

Universidades Lusíada

Mendes, Nuno Miguel Fernandes Ferreira

Fatores explicativos do desemprego na Zona Euro

<http://hdl.handle.net/11067/2873>

Metadados

Data de Publicação

2013

Resumo

Perante a conjuntura económica atual (recessão em alguns dos países da zona euro e crescimento sistemático das taxas de desemprego) o tema “desemprego” ganha papel de destaque na medida em que a situação de desempregado contribui para uma perda de bem-estar significativo tanto a nível pessoal (saúde, autoestima, sentimento de pertença), como a nível social (criminalidade, pobreza) e político. Às consequências anteriormente descritas juntamos as económicas resultantes da produção “perdida”, das c...

Given the current economic climate (recession in some of the euro zone countries and systematic growth of unemployment rates) the theme of unemployment wins a major role. There are a lot of consequences in economic and social terms, arising the unemployment phenomenon. We can say that the unemployment contributes to a loss of well-being significant on a personal level (health, self-esteem, sense of belonging), social level (crime, poverty) and politician. To the consequences described above we c...

Palavras Chave

Economia, Desemprego, Zona Euro, Factores, Análise estatística, Políticas económicas, Políticas de emprego, Empregabilidade

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FCEE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T14:02:56Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**FATORES EXPLICATIVOS DO DESEMPREGO NA
ZONA EURO**

Nuno Miguel Fernandes Ferreira Mendes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Orientador: Professor Doutor Eduardo Luís Campos Soares Tomé

Porto 2013

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar registadas algumas palavras de apreço e consideração às pessoas que foram determinantes na realização deste trabalho. Para aqui chegar, num processo contínuo, ainda que marcado por algumas interrupções, os meus primeiros agradecimentos vão para a minha família.

Um agradecimento especial à minha esposa, Vera, pelo seu apoio e alento ao longo de toda esta jornada. Queria igualmente deixar uma palavra de apreço aos meus pais.

Para além do núcleo familiar, não poderia deixar de agradecer ao orientador deste trabalho, Professor Doutor Eduardo Tomé, para o qual, além do agradecimento gostaria de deixar uma palavra de especial consideração e estima pela disponibilidade, paciência e encorajamento inexcedíveis, levando-me a crer que esta é apenas mais uma etapa num percurso académico ainda em construção.

Por último, mais do que agradecer, quero dedicar este trabalho aos meus filhos Pedro e Marta. Eles que são a minha fonte de inspiração e a quem nem sempre pude dedicar o tempo que desejava, mas para quem o meu amor será sempre incondicionalmente inexcedível.

ÍNDICE

Introdução	1
CAPITULO I – QUADRO CONCEPTUAL	
1.1. Sobre a noção de Emprego e Desemprego	5
CAPITULO II – TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE DESEMPREGO	
2.1. Políticas macroeconómicas	11
2.1.1. Política orçamental	12
2.1.2. Política monetária	13
2.2. Inovação tecnológica	14
2.2.1. Modelo	15
2.3. Capital humano	19
2.4. Capital intelectual	23
2.5. Empregabilidade	24
2.6. Conhecimento	27
2.7. Integração económica: mobilidade e correntes migratórias	30
2.8. Desindustrialização: Serviços e Globalização	37
2.9. Comércio Internacional	42
2.10. Inflação e curva de Phillips	45
2.11. Sindicatos	53
2.12. Legislação laboral	60
2.13. Políticas sociais	64
2.14. Movimento Capitais, deslocalização de multinacionais	66
2.15. Políticas ativas de emprego	69
CAPITULO III – ANÁLISE ESTATÍSTICA	
3.1. Breve enquadramento económico	75
3.2. Desemprego total	77

3.2.1.	Zona euro, união europeia e Portugal	77
3.2.2.	Países periféricos	79
3.2.3.	Países nórdicos	81
3.2.4.	Micro países	82
3.2.5.	Países centrais	83
3.3.	Desemprego consoante duração	85
3.3.1.	Países periféricos	85
3.3.2.	Países nórdicos	86
3.3.3.	Micro países	87
3.3.4.	Países centrais	88
3.4.	Desemprego segundo género	89
3.4.1.	Países periféricos	89
3.4.2.	Países nórdicos	90
3.4.3.	Micro países	91
3.4.4.	Países centrais	92
3.5.	Desemprego por nível escolar completo	93
3.5.1.	Países periféricos	93
3.5.2.	Países nórdicos	95
3.5.3.	Micro países	96
3.5.4.	Países centrais	97
3.6.	Síntese	98

CAPITULO IV – ESTUDO EMPÍRICO

4.1.	Recensão dos estudos sobre desemprego	101
4.2.	Dados, métodos	107
4.2.1.	Variáveis explicativas	107
4.2.2.	Modelos	110
4.3.	Apresentação resultados	111
4.3.1.	Modelo A	111
4.3.2.	Modelo B	113
4.3.3.	Modelo C	115
4.3.4.	Modelo D	117

4.4.	Discussão dos Resultados	118
4.4.1.	Modelo A	118
4.4.2.	Modelo B	120
4.4.3.	Modelo C e D	123

CAPITULO V – COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

5.1.	Apresentação das conclusões	126
5.2.	Propostas de políticas	130
5.3.	Propostas para estudos futuros	131

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – Relação entre taxa de inflação e desemprego tendo por referência NAIRU	48
Gráfico II – Relação entre procura agregada e nível de preços	50
Gráfico III – Relação entre oferta agregada e nível de preços	51
Gráfico IV – Salário de equilíbrio	54
Gráfico V – Taxa de desemprego dos 15 aos 74 anos (EU, zona euro e Portugal)	78
Gráfico VI – Taxa de desemprego Mensal (EU zona euro e Portugal)	79
Gráfico VII – Taxa desemprego “Países periféricos” - Total	80
Gráfico VIII – Taxa de desemprego países nórdicos – Total	81
Gráfico IX – Taxa de desemprego “Micro países”	82
Gráfico X – Taxa de desemprego “Países centrais” – Total	83
Gráfico XI – População desempregada < 1 ano (%) Países periféricos	85
Gráfico XII – População desempregada 1 ou mais anos (%) Países periféricos	85
Gráfico XIII – População desempregada < 1 ano (%) países nórdicos	86
Gráfico XIV – População desempregada 1 ano ou mais (%) Países nórdicos	87
Gráfico XV – População desempregada < 1 ano (%) Micropaíses	87

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I – População desempregada < 1 ano (%) – Países centrais	88
Tabela II – População desempregada 1 ou mais anos (%) – Países centrais	89
Tabela III – Desemprego por género / Homens - Países periféricos	89
Tabela IV – Desemprego por género / Mulheres – Países periféricos	90
Tabela V – Desemprego por género - Países nórdicos	90
Tabela VI – Desemprego por género – Micro países	91
Tabela VII – Desemprego por género / Homens – Países centrais	92
Tabela VIII – Desemprego por género / Mulheres – Países centrais	92
Tabela IX – ISCED 0-2; 3-4; 5-6; - Países periféricos	93
Tabela X – ISCED 0-2; 3-4; 5-6; Países nórdicos	95
Tabela XI – ISCED 0-2; 3-4; 5-6; Micro países	96
Tabela XII – ISCED 0-2; 3-4; 5-6; Países centrais	97
Tabela XIII – Matriz de correlação dos coeficientes de regressão Modelo A	111
Tabela XIV – Coeficientes – Taxa de desemprego zona euro	112
Tabela XV - Matriz de correlação dos coeficientes de regressão Modelo B	113
Tabela XVI – Coeficientes – Variação taxa desemprego zona Euro	114
Tabela XVII - Matriz de correlação dos coeficientes de regressão Modelo C	115
Tabela XVIII – Coeficiente – Taxa de desemprego países periféricos	116

Tabela XIX - Matriz de correlação dos coeficientes de regressão Modelo D	117
Tabela XX - Coeficiente – Taxa de desemprego países periféricos	117
Tabela XXI – Resumo comparativo dos valores estimados	125

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Tipos de desemprego	6
Quadro II - Políticas Macroeconómicas	11
Quadro III - Capital humano	20
Quadro IV – Capital intelectual	24
Quadro V – Empregabilidade	25
Quadro VI – Definição conhecimento	27
Quadro VII – Correntes migratórias	32
Quadro VIII – Desemprego e inflação	46
Quadro IX – Políticas emprego	71
Quadro X – Desemprego; desemprego jovem	101
Quadro XI – Desemprego entre trabalhadores pouco qualificados; Divergências na taxa de desemprego	102
Quadro XII – Taxa de desemprego; Desemprego	103
Quadro XIII – Empregabilidade; Desemprego	104
Quadro XIV – Desemprego	105
Quadro XV – Eficácia das políticas ativas emprego	106

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I – Salário de mercado superior ao salário de equilíbrio	55
Figura II - Salário de mercado inferior ao salário de equilíbrio	57

RESUMO

Perante a conjuntura económica atual (recessão em alguns dos países da zona euro e crescimento sistemático das taxas de desemprego) o tema “desemprego” ganha papel de destaque na medida em que a situação de desempregado contribui para uma perda de bem-estar significativo tanto a nível pessoal (saúde, autoestima, sentimento de pertença), como a nível social (criminalidade, pobreza) e político. Às consequências anteriormente descritas juntamos as económicas resultantes da produção “perdida”, das contribuições sociais não efetuadas, do crescimento económico desperdiçado, dos impostos sobre o consumo não cobrados.

Numa perspectiva mais abrangente do fenómeno, a importância dos custos económicos do desemprego não podem nem devem ser minorados (salários que não são pagos, receitas de Segurança Social que se perdem, taxas de consumo inferiores ao seu potencial e consequentemente crescimento económico aquém das possibilidades - “lei de Okun” (Samuelson and Nordhaus 2005; Alves 2009).

No panorama económico nacional e europeu, temos vindo assistir à crescente importância das restrições orçamentais, delegando para segundo plano a questão do desemprego. Programas e políticas económicas que tenham como finalidade a criação de postos de trabalho, mais não tem sido do que meras intenções, não se definindo concretamente quais os caminhos a seguir. Apesar de existirem linhas orientadoras “estratégia Europa 2020”, onde foram estabelecidas linhas mestras (10) em questões económicas (questões orçamentais, reformas, macroeconomia, ambientais, saúde, educação, tecnologia e desenvolvimento), a grande questão em todo este bem-intencionado processo Europeu, relaciona-se com o ponto de partida de cada país. Fatores diferenciadores em termos sociais, culturais e políticos devem ser levados em consideração, pelo que esta heterogeneidade dos fatores irá igualmente não só caracterizar, mas também influenciar o mercado de trabalho da zona euro.

Com a elaboração deste trabalho pretendemos encontrar fatores comuns explicativos do fenómeno desemprego. Debruçamo-nos essencialmente no estudo dos países da zona euro, estabelecendo dentro desta zona, subzonas. O critério adotado para a criação destas subzonas prendeu-se essencialmente com características geográficas, sabendo de antemão que este fator é descrito como caracterizador de comportamentos sociais.

Desta forma, concluímos, que existem alguns fatores transversais, explicativos dos comportamentos da taxa de desemprego para os países da zona euro. Não obstante a sua transversalidade, a dimensão dos seus efeitos varia consoante a área geográfica analisada (grupo de países analisados).

Palavras-chave

Emprego – Desemprego – Taxa de desemprego - Dinâmica económica – rigidez mercado de trabalho - Desemprego friccional – Desemprego estrutural

ABSTRACT

Given the current economic climate (recession in some of the euro zone countries and systematic growth of unemployment rates) the theme of unemployment wins a major role. There are a lot of consequences in economic and social terms, arising the unemployment phenomenon. We can say that the unemployment contributes to a loss of well-being significant on a personal level (health, self-esteem, sense of belonging), social level (crime, poverty) and politician. To The consequences described above we can add the wasted production, missed social contributions, wasted economic growth, and the consumption tax that is not charged. In a broader perspective of the phenomenon, the importance of the economic costs of unemployment cannot and should not be mitigated (like the wages that aren't paid, Social Security revenues that are lost, consumption rates below to the expected and consequently their potential economic growth below than the expected - "Okun's law" (Samuelson and Nordhaus 2005, Alves 2009).

In the national and European economic outlook, we are watching to the growing importance of budgetary constraints, delegating a second role to the unemployment problems. Economic programs and policies that are intended to create jobs aren't more than mere intentions. However there are guidelines like "Europe strategy 2020", which establish guidelines (10) on economic issues (budget issues, reforms, macroeconomic, environmental, healthcare, education, technology and development). The big question in all this well-intentioned European process, relates to the starting point of each country. Given the heterogeneity of economic indicators across euro zone countries, this heterogeneity (causes and consequences) are also incorporated in the labour market.

With the preparation of this paper we intend to find common factors that explain the unemployment phenomenon. We focus mainly on the study of the euro zone countries, establishing within this zone, sub zones. The criteria adopted for the creation of these sub zones are essentially geographic, knowing beforehand that this factor characterizes social behaviours.

We conclude therefore that there are some common factors that can help to explain the behaviour of the unemployment rate. Although there are some common factors, the dimension of the effects observed vary by geographic area (group of countries analyzed).

Keywords

Employment - Unemployment - Unemployment - Dynamic - rigid labour market - frictional unemployment - structural unemployment

LISTA DE SIGLAS

BCE – Banco Central Europeu

CH – Capital Humano

CI – Capital Intelectual

CUT - Taxa de Crescimento anual dos custos unitários do fator trabalho (tendo por base o ano anterior).

DESPSEDES - Despesas tidas com os benefícios sociais associados ao desemprego, em percentagem do PIB.

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IED - Despesa total efetuada em Investigação e desenvolvimento, levada a cabo em todos os sectores da economia, medidos através da percentagem do PIB.

INFL - Taxa anual de inflação medida pelo índice HICP (2005 = 100)

INVEDUFORM - Despesa anual efetuada por cada Estado em educação (instituições públicas e privadas em percentagem do PIB).

IT – Inovação tecnológica

NAIRU – *Non accelerate inflation rate of unemployment*

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países exportadores de Petróleo

PIB – Produto Interno Bruto

POPESTR - População estrangeira em percentagem da população residente.

TXDESEMP – Taxa anual média de desemprego.

VARTXDESEMP – Variação da taxa anual média de desemprego.

TXDESEMP.NPER – Taxa de desemprego, países não periféricos (Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda, França, Eslovénia, Eslováquia, Malta, Luxemburgo, Finlândia, Estónia).

TXDESEMP.PER – Taxa anual média de desemprego, países periféricos (Portugal, Grécia, Irlanda, Itália, Espanha e Chipre).

“Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância. “

John F. Kennedy

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento”

Platão

Introdução

Perante a atual conturbada realidade económica e social (recessão em alguns dos países da zona euro e crescimento sistemático das taxas de desemprego) o tema “desemprego” assume papel de charneira. Elevadas taxas de desemprego registadas em dois dos principais blocos económicos mundiais (Europa e Estados Unidos da América) associados a questões de rigidez orçamental, conjugadas com uma crise financeira traduzida pela falta de liquidez, compõem uma conjuntura económica única, sem precedentes. Esta peculiar conjugação de fatores transporta-nos para uma nova dimensão em termos económicos, onde a aplicação das diversas teorias económicas tem revelado as suas fragilidades. Uma tentativa de enquadramento da atualidade económica com os parâmetros existentes na teoria económica tem-se revelado tarefa árdua senão mesmo infrutuosa face às particularidades do momento atual e vicissitudes vivenciadas ao longo dos últimos cinco anos. Porém, existe um fator específico que torna esta crise económica única – o desemprego. Os condicionalismos orçamentais, funcionam como um colete-de-forças, pelo que a utilização das fórmulas “keynesianas” ou liberais têm-se revelado estéreis. O possível aumento da procura agregada, pelo lado da despesa, não é sequer equacionável na zona euro (por conseguinte em Portugal), onde os critérios orçamentais se sobrepõem a qualquer tipo de política de emprego que acarrete aumentos de défices e/ou dívida pública.

O desemprego assume pois, uma vertente multidimensional, arrogando por um lado uma dimensão económica, mas também outras não menos relevantes tais como: a dimensão social, a pessoal e a política

A relação entre desemprego e pobreza é uma realidade. Agregados familiares em que o representante se encontra desempregado, têm taxas de incidência de pobreza significativamente superiores às das famílias cujo representante legal está empregado. Situação relevante a considerar no desenvolvimento deste ponto diz respeito aos agregados familiares nos quais o seu representante está desempregado, simultaneamente com o seu cônjuge. Neste caso verificamos que praticamente metades das famílias encontram-se numa situação de pobreza (Alves 2009).

Conseguimos igualmente estabelecer ligações entre o desemprego e a saúde. Psicologicamente, o desemprego pode ser bastante desestruturante, sendo o despedimento

equiparado em termos traumáticos à morte de um amigo, ou a reprovação numa escola (Samuelson and Nordhaus 2005). Desta forma, concluímos que a condição de desempregado tem repercussões não só a nível da saúde psicológica, mas também física, aumentando a procura dos serviços de saúde.

Politicamente o fenómeno do desemprego é muitas vezes utilizado como trunfo de partidos radicais à esquerda e à direita (Pinto 1999), havendo mesmo um aproveitamento da “debilidade política” provocada pelo movimento crescente das taxas de desemprego.

No que concerne à correlação entre desemprego e criminalidade, não existem consensos, (Chamlin and Cochran 2000) no entanto e no âmbito da “debilidade política” anteriormente aludida, esta temática é não raras vezes explorada demagogicamente pelas forças político-partidárias.

Desta forma e perante a conjuntura económica atual, o desemprego ganha um papel de destaque, na medida em que a situação de desempregado contribui para uma perda de bem-estar significativo tanto a nível pessoal (saúde), como a nível social (criminalidade, pobreza) e político. Às consequências anteriormente descritas juntamos as económicas resultantes da produção “perdida”, das contribuições sociais não efetuadas, do crescimento económico desperdiçado, dos impostos sobre o consumo não cobrados. Poderemos mensurar esses custos? Como? Num primeiro momento determinar a riqueza média produzida por cada trabalhador (dividindo o PIB de um determinado ano pela população empregada). Após chegarmos a este valor, multiplicamos pelo número de desempregados conseguindo de uma forma simplista chegar à produção/riqueza perdida.

Numa perspectiva mais abrangente do fenómeno, a importância dos custos económicos do desemprego não pode nem devem ser minorada, desde salários que não são pagos, receitas de Segurança Social que se perdem, taxas de consumo inferiores ao seu potencial e consequentemente crescimento económico aquém das possibilidades - “lei de Okun” (Samuelson, et al. 2005, Alves 2009).

Vozes influentes no panorama económico, tais como Joseph Stiglitz (Prémio Nobel da economia em 2001), ou Richard Wolff têm defendido a criação premente de postos de trabalho e consequente diminuição do desemprego, como a principal via para a saída da crise económica em detrimento do controle dos défices orçamentais que têm sido valorizadas tanto na Europa, como nos EUA. Para além dos economistas já referenciados, Paul Krugman, prémio Nobel da Economia de 2008, tem sido um dos economistas que de forma mais veemente se tem batido por esta solução.

Para o nosso estudo, além da abordagem geral sobre o desemprego, vamos tentar perceber quais os fatores explicativos que levam a que existam taxas de desemprego bastante díspares entre países com um determinado conjunto de regras económicas e financeiras uniformes, como é o caso da zona Euro. O porquê de a Grécia apresentar uma taxa de desemprego de 27,2% e a Áustria 4,7% (Eurostat 2013). Iremos focalizar o nosso estudo na análise micro e macro económica, na inovação tecnológica, competências dos trabalhadores, no capital humano, no capital intelectual, na empregabilidade, no conhecimento, na integração económica, serviços e globalização, comércio internacional, inflação, sindicatos, legislação laboral políticas sociais, multinacionais e políticas ativas de emprego, de forma a tentarmos perceber quais os fatores explicativos para tal disparidade.

Uma vez enunciadas algumas das possíveis consequências do fenómeno “desemprego”, convém orientarmos o nosso enfoque para as causas explicativas do mesmo, na região que nos propomos analisar - zona euro.

Dada a dimensão da Comunidade Europeia (27 países e dado a heterogeneidade das regras económicas e financeiras, convém em nosso entender criar uma homogeneização da amostra. Assim, consideraremos não os países da União Europeia, mas sim os países pertencentes à zona euro (17 países). Dentro destes, a abordagem irá decorrer agrupando os países segundo um critério geográfico-dimensional: *Periféricos*, onde vamos incluir Portugal, Grécia, Espanha, Itália, Irlanda e Chipre; *Nórdicos* e aqui estamos a incluir a Finlândia e a Estónia; *Micro*, Malta e Luxemburgo; *Centrais*, onde nos debruçaremos essencialmente sobre a França, Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica, Eslovénia e Eslováquia.

Tendo em linha de conta os valores referenciados, vamos orientar a nossa abordagem respeitante ao fenómeno “desemprego” no sentido de conseguirmos dar resposta à questão: “Quais os fatores explicativos para o desemprego na Zona Euro?”

Atualmente a comunidade Europeia é constituída por 27 países, dos quais apenas 17 constituem a zona Euro. Sendo a homogeneização económica um objetivo europeu, constatamos que na realidade essa homogeneidade não se verifica, pelo menos no que concerne aos números relativos das taxas de desemprego. As disparidades são evidentes. Segundo o Eurostat *News release STAT/13/70* de 30 de Abril de 2013, a taxa de

desemprego em Março na zona Euro foi de 12,1 %, valor muito próximo do verificado no mês anterior, tendo ultrapassado em apenas 0,1 pontos percentuais. Já quando comparado com igual período do ano passado, verificou-se um acréscimo de 1,1 pontos percentuais, sendo que em Março de 2012 a taxa de desemprego era de 11 %. Em termos numéricos, esta taxa de desemprego significa que no mês de Março de 2013, na zona Euro, estiveram dezanove milhões duzentos e onze mil pessoas desempregadas. Estando a taxa de desemprego, em valores historicamente elevados, torna-se relevante entender as evidentes discrepâncias entre os valores verificados em diferentes países variando entre o mínimo de 4,7 % na Áustria e máximo de 27,2% da Grécia.

Para atingir os objetivos propostos, a dissertação será dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo serão descritos os conceitos fundamentais em que a tese se baseará. No capítulo dois abordaremos algumas das teorias explicativas para o desemprego, baseadas em alguns fatores chave, tais como as políticas macroeconómicas, a inovação tecnológica, o capital humano, o capital intelectual, a empregabilidade, o conhecimento, a integração económica (mobilidade e correntes migratórias), a desindustrialização (serviços e globalização), o comércio internacional, a inflação (curva de Phillips), os sindicatos, a legislação laboral, as políticas sociais, o movimento de capitais (deslocalização de multinacionais) e as políticas ativas de emprego. O capítulo três será dedicado à elaboração de uma análise estatística sobre a temática. Os primeiros três capítulos servirão de base ao capítulo quatro que conterà o estudo empírico. Este capítulo começa com uma revisão dos estudos conhecidos sobre desemprego apresentados num quadro resumo (4.1.); esse estudo serve para basear a escolha da metodologia adotada que é apresentada de seguida (4.2.); os resultados do estudo são apresentados (4.3) e discutidos (4.4.). A dissertação termina com um capítulo conclusivo, em que são apresentadas as conclusões (5.1), proposta de políticas (5.2.), e propostas de estudos futuros (5.3.).

CAPITULO I

QUADRO CONCEPTUAL

1.1. Sobre a noção de Emprego e Desemprego

Consideram-se com emprego todos os indivíduos que estejam numa das seguintes situações (Eurostat 1999):

- a) Empregados ao serviço de uma empresa, organização ou Governo;
- b) Estão ou estiveram auto empregados exercendo uma atividade económica em nome próprio;
- c) Detentores de emprego, mas que por razões de absentismo não se encontravam no emprego para o período de tempo.

Para além do emprego, convém igualmente clarificarmos outros conceitos inerentes, tais como população ativa e inativa. Em termos económicos a população ativa define-se pelo conjunto de indivíduos empregados e desempregados, ou seja, todos aqueles que tem emprego e todos aqueles que não tem emprego mas que perante tal adversidade adotam uma atitude pró-ativa no que à procura de trabalho diz respeito (INE 2006a). Relativamente à população inativa, consideramos como tal todos os indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que *“no período de referência não podiam ser considerados economicamente ativos.”* (INE 2006b).

Outro conceito importante no desenvolvimento do nosso trabalho é o desemprego, pelo que iremos considerar como desempregados todos os indivíduos cuja idade esteja compreendida num determinado intervalo (no caso do Eurostat onde para ser considerado desempregado, um individuo tem que ter idade compreendida entre os 15 e os 74, no entanto este intervalo poderá variar ligeiramente. Em alguns países a idade mínima é de dezasseis anos) e deverão igualmente cumprir mais 3 requisitos fundamentais (Eurostat 2009):

- a) Indivíduos que não tenham trabalhado na semana de referência à recolha dos dados;

- b) Indivíduos que estejam disponíveis para trabalhar por conta de outrem, ou através da criação do seu próprio posto de trabalho e que manifestem essa mesma disponibilidade até ao final das duas semanas seguintes à semana de referência;
- c) Indivíduos que tenham procurado ativamente emprego nas últimas quatro semanas, ou que já tenham encontrado trabalho cujo início se processe nos próximos 3 meses.

A taxa de desemprego poderá igualmente ser traduzida por uma simples equação representada pelo rácio entre a população desempregada e a população ativa (INE 1994).

Existem vários tipos de desemprego, definíveis de acordo com vários critérios, tais como a vontade (involuntário, voluntário e friccional), duração (de longa e curta duração) e a sua origem (estrutural, cíclico, sazonal e clássico).

Quadro I tipos de desemprego

Critério	Tipo desemprego	Definição	Autor/Referência
Vontade	Voluntário	Para um determinado nível de salário, a opção recai pela ociosidade, estando esta opção condicionada pelas prestações sociais existentes	(Gallie 2004)
	Involuntário	Sempre que a passagem para o estado de desemprego, não depende da vontade do próprio.	(INE 1994c)
Duração	Curta duração	Inferior a 12 meses	(INE 1994b)
	Longa duração	Superior a 12 meses	
Origem	Estrutural	“ <i>Miss Match</i> ” entre procura e oferta decorrente de alterações tecnológicas, novas metodologias de trabalho, novas formas organizacionais	(Samuelson, et al. 2005)
	Cíclico	Decorrente da conjuntura económica (aumento do desemprego em alturas recessivas e diminuição do desemprego em momentos expansionistas).	
	Sazonal	Resulta das variações da atividade económica ao longo do ano.	
	Clássico	Consequência de imperfeições. Alguns fenómenos que contribuem para essas imperfeições: - Salário mínimo - Sindicatos - Subsídios de desemprego - Legislação laboral restritiva	(Samuelson, et al. 2005)

Relativamente á vontade, estamos perante uma situação de desemprego involuntário, sempre que se verifiquem os seguintes pressupostos:

- a) O término do contrato de trabalho tenha sido decisão unilateral da entidade empregadora;
- b) Caducidade do contrato, sem que haja lugar à atribuição de pensão;
- c) Rescisão por justa causa, por iniciativa da entidade empregadora;
- d) Situações que permitam o recurso ao despedimento coletivo;
- e) Reformados por invalidez

Desemprego voluntário, caracteriza-se pela opção por parte dos indivíduos em não trabalhar. Para o nível salarial corrente a opção recai sobre a ociosidade. O desemprego voluntário está diretamente relacionado com as prestações sociais decorrentes da situação de desempregado, levando a que alguns indivíduos prefiram as prestações da segurança social ou o subsídio de desemprego a exercer atividades de baixa remuneração (Gallie 2004).

Além do desemprego voluntário, podemos encontrar um outro tipo de desemprego decorrente da situação conjuntural, o desemprego friccional, que é constituído por indivíduos que estão desempregados voluntariamente mas numa situação provisória. Indivíduos que estão numa situação transitória entre empregos, ou na transição do estado de desempregado para o estado de empregado, ou de não ativo para ativo como é o caso dos recém chegados ao mercado de trabalho. De acordo com o conceito de desemprego friccional, mesmo que numa determinada economia o número de indivíduos à procura de emprego seja igual ao número de empregos existentes, haverá sempre indivíduos que não querem trabalhar e/ou que preferem as prestações sociais, ou que estão numa situação de transição entre empregos, determinando desta forma a impossibilidade de se eliminar o desemprego. (Samuelson, et al. 2005).

No que concerne ao critério temporal, o desemprego divide-se em desemprego de longa duração (indivíduos que se encontram na situação de desempregado há pelo menos 12 meses) e desemprego de curta duração (indivíduos na situação de desemprego há menos de 12 meses).

Quanto á origem podemos estar na presença de desemprego estrutural, quando para um determinado nível de salário num determinado mercado de trabalho específico, o número de indivíduos à procura de emprego é superior ao número de empregos existentes

(Samuelson, et al. 2005). Esta tipologia de desemprego tem ocorrido ao longo dos tempos, sempre que numa determinada atividade económica o equilíbrio entre oferta e procura de trabalho é imperfeito. Esta imperfeição poderá ter origem nas variações da procura de trabalho resultantes de inovações tecnológicas, novos métodos de trabalho, novas estruturas organizacionais, limitando desta forma esta tipologia de desemprego a determinadas profissões confinando-se a um determinado período de tempo e/ou a uma determinada área geográfica. O desemprego estrutural, não pode ser eliminado pelo ajustamento salarial uma vez que resulta de alterações estruturais da economia, que poderão ser potenciadas pela existência do salário mínimo ou legislação laboral.

Ainda relativamente à origem, para além do desemprego estrutural, podemos estar na presença do desemprego cíclico. Este tipo de desemprego está associado à conjuntura económica. Em épocas de crescimento económico o desemprego diminui, em épocas recessivas o desemprego aumenta. Desta forma concluímos que o desemprego varia em sentido inverso à tendência de crescimento/decrescimento do PIB (Samuelson, et al. 2005). Estamos perante desemprego clássico, sempre que verificamos a existência de imperfeições do mercado (salário mínimo, sindicatos, subsídios de desemprego, legislação laboral que condicione a componente motivacional e dos custos)(Samuelson, et al. 2005). Estas ditas imperfeições resultam de intervenções governamentais na economia, como tentativa de incrementar melhorias nas condições de trabalho (legislação laboral, salário mínimo) assim como das condições de vida das pessoas que não têm emprego (subsídio de desemprego). Não obstante a melhoria das condições de trabalho, bem como a melhoria das condições de vida, tais fatores condicionam e o número de desempregados.

Sendo o valor do salário oferecido pelas empresas superior ao valor que os trabalhadores estão dispostos a aceitar para exercerem a sua atividade, esta discrepância vai levar a que a oferta de trabalho por parte dos trabalhadores aumente, ultrapassando a respetiva procura por parte das empresas, gerando desemprego.

Desemprego sazonal surge como consequência das oscilações da atividade económica em determinados períodos do ano, que ocorrem de forma periódica e padronizada. Nas zonas rurais, é bastante comum verificarmos a existência deste tipo de desemprego. Regra geral, nas alturas das colheitas o desemprego tende a diminuir. Em zonas turísticas por norma o desemprego diminui no período de verão como consequência de uma maior afluência de turistas (aumento da procura). O contrário também se verifica, no entanto o movimento oposto, traduzido por um aumento do desemprego nos períodos que sucedem ao verão não

representam por si só uma crise a nível de desemprego. É um fenómeno que ocorre de forma repetitiva ao longo dos anos.

Por último iremos definir a taxa natural de desemprego, como sendo a taxa de desemprego inevitável, aliás poderemos mesmo considerar essa inevitabilidade como uma característica do mercado de trabalho. A própria situação de pleno emprego incorpora a presença de desemprego, quer pela existência de desemprego friccional, quer pela existência de desemprego cíclico, quer pelo próprio processo de criação/destruição de emprego, pelo que a taxa natural de desemprego é entendida como sendo uma taxa inevitável, em torno da qual oscilam as taxas de desemprego friccional e cíclico (Krugman and Wells 2007a).

Esta taxa não está diretamente dependente da oferta e da procura, mas antes da estrutura e características do mercado de trabalho, tais como legislação laboral, salário mínimo, subsídio de desemprego, mobilidade geográfica (Pinto 1999). A denominação natural não significa que a mesma seja constante ao longo do tempo, ou que seja desejável, não estando imune às diversas políticas económicas (Mankwin 2005). No entanto, estamos na presença de uma tipologia de desemprego persistente, que poderá oscilar ao longo do tempo, reagindo de forma positiva ou negativa às diversas políticas económicas, sem nunca desaparecer. Constatada a impossibilidade de termos uma taxa de desemprego zero, sabendo igualmente que a taxa de desemprego poderá oscilar em torno da sua taxa natural (desemprego friccional mais o desemprego estrutural), torna-se importante determinar efeitos advenientes dessa mesma oscilação.

Um dos efeitos esperados, sempre que a taxa de desemprego efetiva (taxa de desemprego natural mais a taxa de desemprego cíclico) for superior à taxa de desemprego natural, está relacionado com as pressões inflacionistas. Desta forma a taxa natural de desemprego poderá funcionar como um indicador, para a qual as pressões inflacionistas se anulam. Estamos perante uma taxa de desemprego que corresponde ao desemprego necessário para manter a taxa de inflação estável – NAIRU - Nonaccelarating inflation rate of unemployment (Blanchard 2009).

Esta relação entre a taxa de desemprego e a inflação foi analisada inicialmente pelo Prof. A.W. Philips, através da análise de dados relativos à economia do Reino Unido entre 1861 e 1957, apesar de inicialmente ter relacionado o crescimento dos salários nominais (e não a inflação, embora possamos deduzir evoluções nas taxas de inflação decorrentes das oscilações dos salários nominais) e a taxa de desemprego, naquela que ficou conhecida como curva de Phillips. Numa segunda fase em 1960, os Professores Paul Samuelson e

Robert Solow, transportaram essa relação inicialmente prevista entre salários nominais e desemprego, para uma relação entre inflação e desemprego (Pinto 1999). Esta relação será objeto de uma análise mais aprofundada no ponto 2.10 desta nossa dissertação.

CAPITULO II

TEORIAS EXPLICATIVAS SOBRE DESEMPREGO

2.1 Política macroeconómica

Em termos genéricos podemos definir como objetivos da macroeconomia (Samuelson, et al. 2005):

- 1) Tendência de crescimento para o Produto Nacional;
- 2) Baixo desemprego por um lado e elevado número de indivíduos empregados por outro;
- 3) Inflação estável.

Quadro II - Políticas Macroeconómicas

Políticas Macroeconómicas				
Políticas	Medidas	Consequências económicas	Resultados desemprego	Autores
Política Orçamental	Aumento despesa pública	Aumento procura agregada	Diminuição	(Krugman, et al. 2007a)
	Redução carga fiscal			
Política Monetária	Aumento da oferta moeda	Diminuição taxa juro Incentivo ao investimento	Diminuição	(Samuelson, et al. 2005)

Decorrente da temática inerente, o cerne do nosso trabalho irá centrar-se no ponto dois, sem descuidar as implicações intrínsecas do ponto 1 e 3. Para uma melhor perceção da nossa linha de raciocínio chamamos a atenção para a procura agregada e para a oferta agregada e o respetivo papel crucial que assumem na compreensão e justificação do fenómeno desemprego. Deste modo, será necessário clarificar estes dois conceitos (Krugman, et al. 2007a):

- a) Por procura agregada consideramos a totalidade da despesa efetuada pelas famílias (aqui ponderamos o consumo e o investimento), empresas e Estado, numa determinada economia acrescida da diferença entre exportações e as importações;

b) Por oferta agregada, entendemos como sendo a quantidade de produtos que as empresas estão dispostas a oferecer para um determinado nível de preços.

Regra geral quando estamos perante um decréscimo da procura agregada (diminuição da despesa das famílias, Estado e exportações líquidas), este movimento implicará um decréscimo a nível do PIB e conseqüentemente um acréscimo do número de desempregados, pelo que o âmago da nossa análise incidirá nas possíveis políticas que consigam minorar o número de desempregados.

São várias as teorias económicas que abrangem diferentes tipologias de políticas suscetíveis de solucionar ou minorar o número de desempregados.

Política orçamental e política monetária são duas das políticas com maior aceitação entre a comunidade económica. Ambas têm como objetivo derradeiro o aumento do PIB e conseqüentemente a redução do desemprego, decorrente do um aumento da procura agregada.

2.1.1. Política Orçamental.

Segundo os princípios da política orçamental, o aumento da procura agregada pode ser estimulado ou pelo aumento da despesa pública (consideramos como despesas públicas, as compras do Estado, construções de Estradas, pontes, infraestruturas, pagamentos de ordenados, assim como, transferências sociais), ou através da redução da carga fiscal. No caso do aumento da despesa pública, considerando a função da procura agregada em que as restantes variáveis se mantêm constantes (*ceteris paribus*), o resultado expectável será um aumento da procura.

Para além da vertente da despesa, o Estado pode igualmente influenciar uma outra variável da função procura agregada, que é o consumo, através da diminuição dos impostos. Sendo o consumo influenciado pelo rendimento disponível e se por sua vez considerarmos o rendimento disponível das famílias igual aos rendimentos recebidos pelo seu trabalho mais rendas e juros mais subsídios menos os impostos pagos, uma diminuição dos ditos impostos (*ceteris paribus*) implicará o aumento do rendimento disponível para consumir, influenciando positivamente o resultado da procura agregada pela vertente do consumo (Krugman, et al. 2007a). Tanto pela vertente da despesa

como pela vertente fiscal, a tipologia da medida a adotar irá influenciar o valor do PIB e por inerência o número de desempregados.

A abordagem orçamental confunde-se por vezes com a abordagem Keynesiana. Para Keynes, dentro da política orçamental, o incentivo deveria provir através do aumento da despesa do Estado (incentivando desta forma a procura agregada), como estímulo á economia. Convém mais uma vez relembrar que a procura agregada traduz-se na procura do Estado (despesa pública) mais a procura das famílias (consumo), mais o Investimento deduzido da diferença entre exportações e importações (Samuelson, et al. 2005).

2.1.2. Política Monetária.

Por seu lado, a política monetária traduz-se num aumento ou diminuição de oferta de moeda e correspondentes implicações a nível da taxa de juro (aumento ou diminuição das taxas de juro). Esta variação da taxa de juro, resultante de oscilações do volume de moeda terá repercussões numa outra componente da procura agregada – o Investimento (Samuelson, et al. 2005). Quanto maior for o fluxo de moeda na economia, menor será a taxa de juro e por conseguinte maior o investimento, com repercussões a nível de desemprego (diminuição). Pelo contrário, numa economia em que o fluxo monetário seja reduzido, as taxas de juro serão mais elevadas, conduzindo a um investimento mais tímido conducente ao aumento do desemprego. A teoria económica clássica entendia que uma política monetária seria prejudicial à economia. Segundo eles, alterações das quantidades monetárias teriam como consequência apenas alterações a nível dos preços agregados e não a nível de produto agregado (posição que atualmente não é subscrita pela maioria dos macro economistas) (Samuelson, et al. 2005, Krugman, et al. 2007a).

Milton Friedman, economista signatário da corrente Monetarista, advogou que variações monetárias teriam implicações diretas na procura agregada de curto prazo. A argumentação clássica de que o aumento da massa monetária apenas produziria efeitos sobre os preços agregados, segundo os monetaristas só se verificaria no longo prazo, sendo que no curto prazo oscilações a nível da massa monetária em circulação implicariam flutuações em termos de procura agregada. Ainda segundo a corrente monetarista, a forma de alcançar um crescimento regular seria através de um processo

onde a oferta monetária deveria igualmente crescer de forma regular. Mesmo em períodos onde se verifiquem movimentos oscilatórios, a oferta de moeda deveria continuar a crescer de forma regular (Krugman, et al. 2007a). Para Friedman a presença de uma relação entre as flutuações monetárias e os ciclos económicos era latente, tendo observado que em períodos recessivos a oferta de moeda tinha caído significativamente (Krugman, et al. 2007a).

Uma política monetária discricionária está longe de ser consensual entre a maioria dos macroeconomistas contemporâneos, apesar de reconhecerem a sua importância como incentivo ao crescimento económico de curto prazo. Aliás, os monetaristas argumentavam que a política monetária deveria essencialmente ocupar um papel de destaque no equilíbrio económico mais concretamente na intervenção monetária (através do aumento da oferta de moeda) de forma a evitar períodos recessivos (Krugman, et al. 2007a).

2.2 Inovação tecnológica

O sentido da eventual relação causa/efeito entre inovação tecnológica e desemprego remonta ao século XIX, resultante da revolução Industrial. Desde então, grande parte da classe trabalhadora tem encarado a inovação tecnológica (IT) como potencialmente ameaçadora dos seus postos de trabalho, não deixando de reconhecer contudo aspetos positivos, como a eliminação de tarefas laborais consideradas mais duras (física e psicologicamente), possibilitando desta forma a promoção crescente do bem-estar pessoal. Numa perceção mais abrangente em termos de potencial, ou eventuais limitações decorrentes da inovação tecnológica, torna-se necessário antes do mais efetuar o enquadramento em que esta ocorre. Desde logo a localização geográfica, as transformações económicas e sociais ocorridas, os ciclos económicos passados e presente, são fatores importantes a ter em linha de conta.

Empiricamente a perceção relativa à relação entre inovação tecnológica e desemprego aponta no sentido da existência de uma relação inversa.

Mas será que essa relação é mesmo inversa? Haverá variantes de curto e de longo prazo? Terá aspetos positivos? Se sim quais?

Estas serão algumas das questões que nos propomos responder ao longo do desenvolvimento deste ponto, sendo que, eventualmente para algumas das questões anteriormente colocadas poderemos não auferir respostas absolutas como iremos constatar. Numa primeira fase vamos abordar a relação entre inovação tecnológica e desemprego no curto prazo. Para tal iremos centrar a atenção na produtividade e a forma como o fator emprego reage a variações da produtividade.

2.2.1. Modelo

$$Y = f(K, TL)$$

Admitamos que Y (produto) = $f(K, TL)$, sendo K o capital (que nesta fase da nossa análise iremos ignorar), L o fator trabalho e T a tecnologia associada ao fator trabalho e que o produto por trabalhador é igual á produtividade $Y/L = T$. Por sua vez teremos ainda o nível de trabalho como a relação entre produto e produtividade, $Y/T=L$. Definida a função que nos indica o nível de trabalho, ao analisarmos a mesma podemos tecer algumas considerações em termos de produtividade e desemprego, tais como:

- 1) Um aumento da produtividade superior a um aumento da produção (variação de $T >$ variação de Y), irá provocar uma diminuição do nível de emprego (L).
- 2) Quando a produtividade aumenta, para que não se verifique uma diminuição no nível de emprego, teremos que verificar um aumento da produção no mínimo na mesma proporção.

A interligação entre inovação tecnológica e produtividade é essencial para compreensão de eventuais oscilações em termos de emprego pelo que será fundamental assimilar a forma como a procura e a oferta agregada reagem a aumentos da produtividade decorrentes da inovação tecnológica (Blanchard 2009).

Em termos de oferta agregada, um aumento da produtividade significa que para um mesmo nível de produção iremos necessitar de menos fator trabalho. Esta redução do fator produtivo trabalho poderá resultar numa diminuição dos custos de produção, possibilitando deste modo reduções a nível dos preços (com consequências a nível do aumento da procura e conseqüente incremento da produção).

No que à procura agregada diz respeito, o fator despoletador do aumento da produtividade terá que ser levado em linha de conta (Blanchard 2009). Podemos estar na presença de aumentos da produtividade desencadeados por reestruturações das empresas (note-se que tal processo não implica inovação tecnológica). Esta situação geralmente acontece em sectores de atividade competitivos, sujeitos a forte concorrência, onde a racionalização dos recursos existentes é a resposta mais comum como forma de aumentar a sua competitividade podendo resultar em despedimentos, contribuindo desta forma para a diminuição da procura agregada.

Por outro lado e quando estamos perante aumentos da produtividade gerados pela inovação tecnológica, esta gera um clima prosperidade potenciador de bem-estar, de perspectivas de crescimento, otimismo, confiança, levando a um aumento da procura agregada.

Pelo exposto, numa perspectiva de curto prazo não conseguimos retirar conclusões absolutas desta dicotomia entre desemprego e inovação tecnológica (Blanchard 2009).

No longo prazo, constatamos empiricamente que períodos caracterizados por aumentos de produtividade estão associados a taxas de desemprego mais baixas. Períodos de baixo crescimento de produtividade estão associados a taxas de desemprego mais altas.

È inegável a existência de uma dinâmica de criação/destruição de emprego, resultante de alterações estruturais, provocadas pelas inovações tecnológicas. Queremos com isto evidenciar que alterações estruturais podem conduzir ao aumento de desemprego para alguns (aqueles que se encontram nos sectores de atividade em declínio), cujas competências, formação e habilitações estão obsoletas relativamente à procura de trabalho atual. Em casos mais extremos poderão inclusivamente determinar o desaparecimento de algumas profissões.

Ainda dentro das alterações estruturais, o movimento inverso (diminuição de desemprego) nos sectores de atividade em expansão, provocando o aumento da procura de trabalhadores com as competências, formação e habilitações necessárias aos novos postos de trabalho. Inovações tecnológicas de grande monta poderão culminar no aparecimento de novas profissões até então inexistentes.

Além da perspectiva abordada nos parágrafos anteriores, a relação entre inovação tecnológica e o desemprego poderá ser abordada por outros prismas, conducentes a comportamentos diferenciados (Baumol and Wolff 1998).

Aumento da produtividade consubstanciado pela inovação tecnológica poderá ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos pela diminuição do número de horas de trabalho, mantendo a respetiva remuneração. No entanto, esta melhoria da qualidade de vida só será possível se a diminuição do número de horas trabalhadas for compensada pelo aumento da produtividade (viabilizado pelas inovações tecnológicas).

Estas alterações laborais colocam-nos na presença de uma “economia humana”, centrada na qualidade de vida das pessoas (Atkinson 2006). A ideia subjacente já tinha sido expressa por Maynard Keynes, segundo o qual, o aumento da produtividade deveria conduzir a um modo de vida diferente, com enfoque na qualidade de vida e não no trabalho (Keynes 2010). Aumentos da produtividade deveriam ser convertidos em algo positivo, na busca de mais qualidade de vida por parte dos indivíduos, através de um menor número de horas de trabalho. Estas horas (não trabalhadas) deveriam ser convertidas em lazer, contribuindo desta forma para o aumento do número de horas de ócio.

A dicotomia existente entre emprego mais satisfatório e menos horas de trabalho coabita no espírito de muito trabalhadores e mesmo sendo á primeira vista antagónicos podem ser possíveis, sem perda de retribuição monetária.

Historicamente o número de horas de trabalho tem vindo a ser reduzido pela via legal, legitimadas por aumentos de produtividade (por volta do ano de 1995 no boom da economia digital verificamos uma revolução positiva em termos de produtividade). A redução nas horas trabalhadas e conseqüente conversão em horas de lazer tem implicações diretas a nível social, conseguindo-se uma maior participação dos indivíduos em atividades cívicas, um melhor acompanhamento na educação dos filhos minorando desta forma comportamentos de risco, tais como o consumo de drogas; abandono escolar; gravidez na adolescência; entre outros comprometedores de um futuro lisonjeiro.

Perante o atual panorama económico e social a inovação tecnológica assume papel preponderante uma vez que não só possibilita como também potencia a flexibilidade laboral, o teletrabalho, bem como a deslocalização do local de trabalho para casa como forma de aumentar o número de horas de lazer.

Toda esta questão associada à qualidade de vida influencia o quotidiano dos indivíduos (Atkinson 2006), não só a nível individual mas igualmente a nível coletivo (resultado do somatório das influências individuais). A procura deste equilíbrio entre trabalho, família e sociedade é essencial uma vez que, quanto mais próximo estivermos de uma posição harmoniosa entre estas três vertentes maior será o bem-estar geral propenso a um aumento

da produtividade, por sua vez potenciador da fidelização dos trabalhadores às empresas que consigam estabelecer este ambiente aprazível. Pelo exposto, podemos afirmar que a procura do aumento da qualidade de vida, relacionado com a diminuição do número de horas de trabalho sem redução salarial, está dependente do aumento da produtividade, que por sua vez está dependente da inovação tecnológica. (Atkinson 2006).

Não obstante o referido anteriormente, e em jeito de conclusão consideramos que a inovação tecnológica terá sempre influência no mercado de trabalho que por sua vez tende a reagir de diversas formas distintas (Baumol, et al. 1998):

a) Numa primeira análise observamos que avanços tecnológicos implicam aumento de desemprego, mais concretamente desemprego estrutural. Indivíduos que se encontrem num patamar etário mais elevado, perto ou no limiar da idade da reforma, com menores qualificações serão mais afetados pelas inovações tecnológicas, ficando desta forma mais expostos ao desemprego. Uma vez nesta situação, o tempo médio de duração de desemprego propende a aumentar convertendo-se muitas vezes em desemprego de longa duração. Inclusivamente após chegarem a esta fase (desemprego de longa duração), muitos destes indivíduos nunca mais regressam à vida ativa, tornando-se naquilo que classificamos como “desempregados vitalícios”.

b) Como forma de minimizar os efeitos indesejáveis decorrentes do desemprego de longo prazo, as empresas poderiam equacionar a formação dos trabalhadores menos qualificados, reutilizando por assim dizer os seus trabalhadores, não necessitando de entrar no processo de destruição/criação de emprego. Porém esta conversão de trabalhadores não qualificados, em trabalhadores qualificados é compreendida pelas empresas como um custo e não como um investimento, sobretudo nas situações de trabalhadores que se encontrem num escalão etário próximo da reforma.

c) Este aumento da taxa de desemprego estrutural, pelas características inerentes ao mesmo descrito anteriormente, implica aumento da taxa natural de desemprego.

d) No entanto a inovação tecnológica não tem apenas o dom de destruir postos de trabalho, pelo contrário, também cria postos de trabalho. A tendência natural é a destruição de postos de trabalho pouco produtivos, com remunerações mais baixas, com fracas exigências a nível de da formação e das competências. No entanto faz

igualmente parte da tendência natural a criação de postos de trabalho com exigências mais elevadas em termos de capital humano, salários, e elevadas taxas de produtividade.

Analisados os possíveis efeitos positivos e negativos no mercado de trabalho resultantes da inovação tecnológica podemos concluir que de um modo geral tendem a ser positivos. Inovação tecnológica e taxas de crescimento económico elevadas estão interligadas (Baumol, et al. 1998). Além do mais, sabemos pela lei de *Okun* que taxas de crescimento económico elevadas, onde o PIB real cresce acima do PIB potencial, resultam em diminuições da taxa de desemprego (Samuelson, et al. 2005).

2.3 Capital Humano.

Ao longo dos tempos têm-se registado alterações no que às características do fator trabalho diz respeito. No século XIX o fator trabalho caracterizava-se pela indiferenciação, pela força bruta característica do trabalho intensivo. O século XX, nomeadamente a partir dos anos 60 remeteu-nos para uma realidade diferente, perante a tomada de consciência da existência de outros fatores que poderiam potenciar o valor dos trabalhadores (educação, conhecimentos, competências, experiência profissional). Tendo por base a tendência evolutiva que se tem verificado ao longo dos tempos, em Março de 2000 o Conselho Europeu criou uma estratégia económica com base no conhecimento, cujo objetivo seria transformar a economia europeia na mais competitiva e dinâmica do mundo (sustentada pelo conhecimento). O propósito seria estimular o crescimento económico de forma sustentada, com mais oportunidades e qualidade de empregos conducentes a uma maior coesão social. Através da criação de uma agenda, que ficou conhecida como Agenda de Lisboa (Comission 2013), o Conselho Europeu estabeleceu propósitos e planos de ação de forma a conseguir abranger as metas propostas. É a partir daqui que capital humano, capital intelectual, gestão do conhecimento e intangíveis ganham uma nova dimensão, assumindo inclusivamente protagonismo na avaliação e valorização das empresas. Desta forma, o valor de mercado de uma empresa não se cinge apenas ao seu valor contabilístico (tangível), sendo o seu valor intangível (dado pelo valor de mercado menos o valor contabilístico) igualmente importante para a determinação do seu valor global. Quando nos referimos aos intangíveis estamos a considerar o capital intelectual, capital humano, as

marcas, as patentes, os canais de distribuição, os canais de vendas, a satisfação e fidelização dos clientes.

Quadro III – Capital humano

Capital humano					
Definição	Ref.	Benefícios individuais	Ref.	Benefícios sociais	Ref.
Resulta das aptidões provenientes do processo educacional, das experiências, do talento e motivação de cada individuo	(Tomé 2011)	- Aumento de produtividade e consequente aumento de remuneração -Expectativas dos ganhos têm de ser superiores à dos custos - Auto estima mais elevada - Ganhos médios mais elevados.	(LeGrand, Propper and Robinson 1992)	-Menor necessidade de políticas de apoio social - Ambientes familiares mais estáveis - Maior coesão social - Maior qualidade nas decisões políticas	(McConnell, Brue and Macpherson 2009)

Apesar de estes temas tratarem de fenómenos abrangentes e de difícil mensuração, iremos aborda-los no intuito de tentar perceber eventuais influências dos mesmos na empregabilidade dos indivíduos.

Entendemos que a definição de Capital Humano (CH) deverá abranger as competências resultantes da educação, experiência, motivação, criatividade e talento dos indivíduos. Podemos ainda definir CH, como resultado das características humanas às quais está associado um determinado valor económico (Tomé 2011). Tomemos como exemplo um indivíduo que termina o Ensino Secundário, vendo-se confrontado com o dilema de continuar os estudos ingressando na Universidade, ou iniciar desde logo uma atividade profissional. No seguimento desta linha de abordagem impõe-se a seguinte questão: “Quando um agente económico, individual ou organizacional, despende tempo e dinheiro, em educação, formação e treino, será um investimento ou um custo?”

Na tentativa de porfiarmos uma resposta economicista à questão colocada, deveremos antes do mais examinar a relação benefícios/custos inerentes. Na perspetiva dos custos, existem duas tipologias - diretos e indiretos (LeGrand, et al. 1992, McConnell, et al. 2009). Por custos diretos consideramos todos os custos de índole monetária, resultantes da matrícula, das propinas, material escolar, livros. Ressalva-se que custos de transporte e

custos de alojamento não devem ser considerados diretos, uma vez que estes existiriam, independentemente do indivíduo estar no mercado de trabalho ou não.

Nos custos indiretos, a referência a ter em consideração serão os custos de oportunidade. Rendimento que um indivíduo deixa de receber para estar em situação de formação.

No entanto e tendo em conta que o investimento em CH tem custos, só fará sentido investir no mesmo se houver igualmente proveitos e se estes forem superiores aos custos. Assim sendo podemos considerar como benefícios decorrentes do investimento em CH:

- a) Um eventual aumento da produtividade, através do desenvolvimento e aquisição de novas capacidades, competências e conhecimentos, que por sua vez levarão a um aumento da remuneração.
- b) Perspetivas de ganhos que não seriam possíveis sem se alcançar determinado nível de CH.
- c) Expectativas de ganhos, que compensem os custos decorrentes do investimento em CH. Existem estudos empíricos, que estimam o retorno do investimento em capital humano entre os 10% a 15% (McConnell, et al. 2009). Outros autores, consideram que esse retorno poderá ser superior, entre os 22% e os 27,5% (LeGrand, et al. 1992).
- d) Rendimentos superiores. Empiricamente constatamos que a média dos rendimentos auferidos por indivíduos com mais formação e mais escolaridade (por conseguinte com mais competências) é superior à dos indivíduos com lacunas a este nível. Para além disso, a ascensão dos rendimentos é mais rápida para os indivíduos com maiores índices de capital humano. Portugal tem uma das taxas de retorno mais elevadas, com 27,3 %. No outro extremo, surge a Suíça, com 5,5% (McConnell, et al. 2009).
- e) Autoestima mais elevada.
- f) Maior integração social, com consequências a nível da qualidade de vida.
- g) A interação de todas estas possíveis vantagens gera maior probabilidade de emprego e de um melhor emprego.

Esta ambivalência custo/benefício extravasa a esfera de ação pessoal, interagindo com a dimensão social. Como custos sociais decorrentes do investimento em CH, teremos que equacionar tudo o que seja subsídios à educação. A nível de benefícios sociais, aferimos que:

- i. Populações com taxas de educação e conhecimento mais elevados têm taxas de desemprego inferiores, quando comparadas com as populações que apresentam reduzidos índices de escolaridade (McConnell, et al. 2009). Nestes casos (taxas de desemprego superiores) existem compensações sociais atribuídas pelo Estado (subsídios de desemprego, de reinserção social, entre outros), contribuindo para o aumento das despesas do Estado. Este aumento das despesas por parte do Estado, irá condicionar o investimento em determinadas componentes do CH, nomeadamente a educação. No campo oposto, temos as sociedades com índices de escolaridade mais elevados (nível de capital humano igualmente superior) terão outra margem de manobra no investimento em educação, uma vez que as despesas relativas a políticas de apoio social (segurança social) serão tendencialmente mais baixas.
- ii. Sociedades com um grau de escolaridade superior poderão beneficiar de maior qualidade nas decisões políticas, assumindo que o sistema político funcionará de forma mais eficiente.
- iii. Em termos intergeracionais, regra geral, filhos de pessoas mais instruídas (à partida) crescem num ambiente familiar e educacional mais saudável, potenciando o seu futuro.
- iv. Maior coesão social, diminuindo eventuais tensões sociais.

Estes conhecimentos e competências extra, potenciados pelo nível de educação, são marginalmente decrescentes. À medida que o grau de escolaridade vai aumentando, o retorno proveniente desse investimento tende a ser cada vez menor. Os custos têm tendência a aumentar e os benefícios têm tendência a diminuir. Isto acontece fundamentalmente devido aos custos de oportunidade (rendimentos que deixamos de auferir por via do enriquecimento em capital humano, não estando desta forma a participar de forma ativa no mercado de trabalho). Sendo que, para além de estudos existentes onde

se demonstra que o investimento em capital humano é potenciador de ganhos económicos (McConnell, et al. 2009), empiricamente também já se chegou à constatação que à medida que o nível de escolaridade aumenta, o reflexo do enriquecimento em capital humano no rendimento é cada vez menor. Concluimos portanto que quanto maior for o nível de escolaridade, maiores os custos de oportunidade. Alguém que tenha uma licenciatura e invista num mestrado, os seus custos de oportunidade serão superiores aos de alguém que tenha a quarta classe e decida completar o secundário.

2.4 Capital Intelectual

Este conceito apesar de relativamente recente e apesar de não existir uma definição formal, existe um relativo consenso entre a comunidade académica sobre as componentes envolventes do capital intelectual. Desta forma podemos afirmar que capital intelectual é formado por Capital Humano (educação, experiência, competências, formação, aparência), Capital Relacional (que consiste nas teias relacionais que podem ser detidas por um indivíduo ou organização.

Está igualmente associada às marcas e incorpora as relações com os clientes) e Capital Estrutural (rotinas, tecnologia e bases de dados, direitos de propriedade, patentes, investigação e tecnologia detidas pelas organizações que podem acrescentar valor económico à mesma) (Tomé 2005).

Efeitos positivos individuais e sociais, bem como as limitações abordadas anteriormente relativamente ao capital humano, aplicam-se no caso do capital intelectual. Sendo capital intelectual (por conseguinte também o capital humano, uma vez que é parte integrante do capital intelectual) um fator importante para o desenvolvimento económico, não é fator único e segundo (Tomé 2004) está dependente de vários outros fatores, tais como:

1. Tipo de governo. O facto de estarmos perante diferentes tipos de governo, pode potenciar/limitar o crescimento e desenvolvimento económico. Países com índices democráticos mais elevados, com fortes relações internacionais, são mais propensos ao crescimento económico.
2. Estabilidade Económica. Aqui podemos classificar a estabilidade em três níveis:
 - Crise profunda. Países onde se verifica hiperinflação, elevado desemprego, pobreza massiva, insegurança, agitação social e política, corrupção. Nestes

casos soluções económicas revelam-se insuficientes. A solução terá de ser fundamentalmente política

- Situação problemática. Este nível caracteriza-se por elevadas taxas de inflação, desemprego, débitos externos elevados, contas nacionais desequilibradas.
- Situação estável. Inflação baixa e controlada, taxas de desemprego igualmente baixas, contas internas equilibradas.

3. Integração económica. Existem países que fazem parte de zonas económicas, algumas exclusivas, outras com condições especiais, outras com mobilidade de pessoas para além dos fatores produtivos, zonas monetárias comuns, tudo fatores potenciadores do crescimento e desenvolvimento económico.

Quadro IV – Capital Intelectual

Capital Intelectual		
Componentes	Definição	Fonte
Capital Humano	Consiste no processo de formação, motivação, experiência e apetências dos indivíduos.	Tomé 2005)
Capital Relacional	Como o próprio nome indica, diz respeito às relações, que podem ser detidas pelos indivíduos, ou organizações.	
Capital estrutural	Este tipo de capital é detido pelas organizações e resume-se À tecnologia, Às patentes, marcas, bases de dados, direitos de propriedade.	

2.5 Empregabilidade

A empregabilidade decorre da componente evolutiva das características referentes à força de trabalho. Como já constatamos anteriormente na análise do ponto 2.3., século XIX, força de trabalho “bruta”; século XX consciencialização da existência de fatores diferenciadores da força produtiva - desenvolvimento dos Recurso Humanos. Por último, século XXI, onde a força de trabalho assume determinadas características consequentes das suas competências, capital humano, capital intelectual e pelo conhecimento. Perante a sintética evolução anteriormente descrita, sucede que a empregabilidade toma outros contornos, nos tempos em que vivemos. Se definirmos a empregabilidade como o conjunto de características fundamentais para a obtenção de um emprego, podemos afiançar que

para um trabalhador do século XIX, estas eram relativamente simples e uma vez adquiridas tornavam-se válidas para toda a vida, eventualmente com pequenos ajustes. Presentemente esse conjunto de características que se traduzem na empregabilidade de alguém evoluem de forma muito célere, obrigando a uma atualização permanente em termos de formação, para deste modo manterem elevados níveis de empregabilidade. No entanto é por demais evidente a complexidade e dificuldade na definição dos campos do conhecimento potencialmente geradores de empregabilidade.

Quadro V - Empregabilidade

Empregabilidade	
Para o empregador	Para o empregado
Vantagem para a empresa, traduzida através da produtividade, ou através da capacidade que um determinado individuo tem em trazer mais qualidade a determinado produto.	Capacidade de ter e manter um emprego
(Tomé 2007)	(Brown, Hesketh and Williams 2002)

Estando a noção de empregabilidade intimamente ligada ao capital humano e capital intelectual, para o qual muito contribui para além de outros fatores a formação dos indivíduos, seria de esperar que os jovens fossem mais empregáveis comparativamente com os mais velhos, sobretudo pelo seu grau superior de formação, atirando desta forma os mais velhos para situações mais propensas ao desemprego. Como resposta a esta situação, a formação dos elementos mais velhos poderia ser apontada como uma possível solução para diminuir o desemprego deste grupo específico de trabalhadores. No entanto constatamos que em grande parte dos casos o investimento na formação não será rentável. Estamos na presença de trabalhadores que pelas suas características são menos produtivos, estando simultaneamente mais próximos da idade da reforma, pelo que, o investimento na sua formação não será rentabilizado, resultante do reduzido número de anos de atividade remanescentes. Esta situação tende a tornar-se um ciclo vicioso, na medida em que trabalhadores mais velhos são vistos não raras vezes como um constrangimento pelas empresas, conseqüentemente não investem na sua formação, pois o número de anos restantes até á reforma não permite a rentabilização do investimento sendo preferível a sua substituição por trabalhadores mais qualificados. Uma vez na situação de desemprego estes

trabalhadores tendencialmente transformam-se em desempregados de longo prazo, e não raras vezes em “desempregados vitalícios”.

Do ponto de vista do empregador, a empregabilidade de um determinado indivíduo consiste na vantagem ou vantagens que a contratação do mesmo possa proporcionar para a empresa. Vantagem que se poderá manifestar, ou através da sua produtividade, ou da sua influência no aumento de qualidade do produto (Tomé 2007). De uma forma mais abrangente, podemos definir empregabilidade como a capacidade de conseguir e manter um emprego (Brown, et al. 2002).

No entanto e ao contrário do que se verificava com a força de trabalho do séc. XIX e mesmo XX, atualmente a empregabilidade pode ser caracterizada pela sua dinâmica, pelo que, as características que tornam alguém empregável hoje podem não o ser amanhã. No fundo, cinge-se a um conjunto de fatores (conhecimento, formação, motivação, educação, capital humano, capital intelectual) que podem tornar os indivíduos mais ou menos empregáveis, conseqüentes de eventuais vantagens que estes possam garantir para a entidade empregadora.

Quando alguém investe na sua formação tendo como objetivo potenciar a sua empregabilidade, esse investimento incorre antes de mais em dois possíveis riscos:

- 1) O facto de uma determinada área de formação poder ser um fator potenciador da empregabilidade, não significa que decorrido o tempo necessário para terminar a mesma, esta já não tenha sido preterida pela procura de trabalho em favor de outra.
- 2) A perceção das potencialidades dos conhecimentos formais, possibilita que existam mais pessoas na mesma posição de potenciais empregáveis. Ora este fator de homogeneização transporta-nos para a importância de outros fatores diferenciadores e igualmente potenciadores da empregabilidade de cada um, tais como os conhecimentos informais, aqueles que são adquiridos pela experiência profissional e /ou de vida, assim como o Capital Relacional referido no ponto 2.4.

A empregabilidade está intimamente ligada ao bem-estar económico dos indivíduos. Um bem-estar individual que se insere num bem-estar coletivo, interligado com a vantagem competitiva das nações (Porter 1989) numa sociedade globalmente caracterizada pela evolução e pelo conhecimento. Todos estes fatores articulados resultam numa nova realidade social onde os empregos já não são uma certeza. O facto de já não existirem

“empregos para a vida”, do Estado já não conseguir garantir empregos num ambiente cada vez mais competitivo, cada vez mais evolutivo em termos humanos e tecnológicos, torna a empregabilidade numa característica determinante para a força de trabalho, substituindo a expressão “emprego para toda a vida” por “ empregabilidade ao longo da vida”.

2.6. Conhecimento

A definição de conhecimento tem-se revelado tarefa árdua, algo abstrata e longe de gerar consensos. No entanto, uma linha orientadora comum às mais diversas definições considera a interligação do conhecimento com outros fatores intangíveis, tais como o talento, a educação, a experiência e as competências. Outros fatores a considerar na tentativa de elaboração da definição de conhecimento, são os dados e a informação, através dos quais poderemos chegar ao conhecimento (Nonaka and Takeuchi 1997). Dados e informação não sujeitos a qualquer tipo de procedimento que oriente o seu sentido, não passarão de simples dados e informação desprovidos de qualquer propósito.

Quadro VI - Conhecimento – Definições

Conceitos	Definição	Fonte
Informação	Os dados recolhidos, após a aplicação de métodos transformam-se em informação	(Crawford 1994)
Conhecimento	a) Conjunto de informação aplicada em determinado caso específica.	(Drucker 1995)
	b) Conjunto de informação compilada aplicável à realidade	
Conhecimento tácito	Conhecimento resultante da experiência. Estamos perante um conhecimento não certificado.	(Nonaka, et al. 1997)
Conhecimento específico	Conhecimento decorrente de um processo de aprendizagem formal, com hipóteses e modelos de trabalho.	
Ciclo do Conhecimento	1. Socialização (conhecimento tácito) 2. Exteriorização (passagem de conhecimento tácito em específico) 3. Combinação (conhecimento específico) 4. Interiorização (passagem de conhecimento específico em tácito)	(Krogh, Nonaka and Nishiguchi 2000)

Com os dados conseguimos alcançar informação através de processos metódicos que visam dotar dados desprovidos de qualquer tipo de sentido na dita informação. Esta informação quando aplicada a um determinado acontecimento específico pode resultar em conhecimento (Crawford 1994) . Podemos então definir o conhecimento como sendo um conjunto de informações compendiadas com aplicabilidade direta à realidade factual

(Drucker 1995). Além destas definições, outras existem para descrever o fenómeno “conhecimento”. Segundo Nonaka & Takeuchi o conhecimento poder-se-á revestir de um carácter tácito, sendo este tipo de conhecimento resultante das experiências, valores e educação. É um tipo de conhecimento que não está formalmente certificado, é intuitivo, resultante das experiências do quotidiano. O conhecimento explícito reveste-se de um carácter formal ou de um carácter específico (geralmente decorrente da formação dos indivíduos e transmissível em termos formais). Ainda segundo Nonaka & Takeuchi, estes dois tipos de conhecimento não são independentes e interagem entre si, podendo o conhecimento tácito passar a explícito e vice-versa (Nonaka, et al. 1997). Desta forma concluímos que o conhecimento poderá ser o resultado de um ciclo, pelo simples facto que para uns o que poderá ser definido como informação poderá definir-se como conhecimento para outros. Assim, o conhecimento surge pela emergência de um ciclo próprio, segundo o qual o conhecimento passa por diversas fases. (Krogh, et al. 2000):

- 1) Socialização. Consiste na partilha de experiências, observação e imitação. Nesta fase do ciclo estamos perante a passagem do conhecimento tácito para tácito;
- 2) Exteriorização. Aqui entram os conceitos as hipóteses de trabalho e os modelos. Estamos a perante a transformação de conhecimento tácito em explícito;
- 3) Combinação, que se traduz na passagem de conhecimento explícito em conhecimento explícito, mas revestido de uma maior complexidade. Poderá ser o resultado de uma aprendizagem formal.
- 4) Interiorização. Este é o culminar de todo o processo do conhecimento. Após as três fases anteriormente descritas, a interiorização é de primordial importância para o ciclo do conhecimento. A interiorização consagra a passagem de conhecimento explícito a tácito, pelo que abre a porta ao retomar de todo o ciclo anteriormente descrito, através da socialização.

Uma outra abordagem não menos importante prende-se com a questão da consciencialização dos benefícios inerentes ao investimento em conhecimento.

Num mundo altamente competitivo, empresas e organizações para sobreviverem terão de possuir pelo menos um de três ativos: organização e conhecimento; mão-de-obra barata ou recursos naturais. Apesar destas três possibilidades, apenas o conhecimento é o único que

se consegue preservar no longo prazo. Por outro lado, conhecimento está implicitamente relacionado com produtividade, inovação e tecnologia, investigação e desenvolvimento, sendo para as empresas e organizações, o investimento em conhecimento de primordial importância.

A questão do conhecimento interliga-se igualmente com os equilíbrios de alta e baixa qualificação (Tomé 2005). Equilíbrios de baixa qualificação são caracterizados por baixos níveis de capital intelectual. Associado a estes baixos índices surgem os salários baixos, por sua vez associados a baixa produtividade. Nesta tipologia de equilíbrio o investimento em conhecimento tende a ser reduzido uma vez que o retorno do investimento em termos de salários e oportunidades de emprego não compensa. Neste caso estamos perante um ciclo vicioso. As empresas como não detêm mão-de-obra qualificada (com elevados níveis de CH e CI e por conseguinte capazes de gerar e gerir mais conhecimento) não investem na criação de empregos com elevadas exigências em termos de CI (capital intelectual) e CH, levando á escassez de postos de trabalho qualificados. Por outro lado os baixos salários pagos pelas empresas constituem igualmente um fator constrangedor para o investimento em conhecimento.

Diferentemente, os equilíbrios de alta qualificação caracterizam-se por elevados níveis de CI, CH e por conseguinte conhecimento. Neste tipo de ciclos os investimentos em conhecimento são compensados, quer pela quantidade e qualidade das oportunidades de emprego que surgem, quer por remunerações superiores. Estamos perante um ciclo virtuoso.

A ideia subjacente é a de que quem tem mais Capital Intelectual, gere mais conhecimento. Quem gera e gere mais conhecimento nos ciclos de equilíbrio de alta qualificação tem mais facilidade em encontrar posto de trabalho compatível com as suas características e nível salarial adequado.

Em termos conclusivos tal como vimos no ponto 2.5. definimos empregabilidade, como um fenómeno decorrente das características que a procura de trabalho (empresas e organizações), exige à potencial oferta de trabalho. No entanto, e como também já vimos no ponto anterior essas características evoluem ao longo dos tempos, nomeadamente com os ciclos económicos, podendo o conhecimento ser enquadrado nas características requeridas pela procura de trabalho resultantes dos indices de capital humano e capital intelectual detidos pelos indivíduos. Desta forma, quanto maiores forem esses indices maior será a capacidade de gerar e gerir conhecimento.

Logicamente que sendo o conhecimento das organizações e empresas a extensão do conhecimento dos indivíduos que nelas trabalham, quantos mais indivíduos com conhecimento fizerem parte do quadro de pessoal de uma empresa ou organização, mais conhecimento terão essas mesmas empresas ou organizações. Daqui depreende-se que o conhecimento tenha uma influência positiva na empregabilidade, desde que não estejamos perante ciclos de equilíbrio de baixa qualificação (ciclo vicioso), onde o conhecimento poderá ser considerado um entrave no acesso ao mercado de trabalho, pelo facto de escassearem oportunidades para trabalhadores com elevados níveis de CH e CI.

Pelo contrário, perante um ciclo de equilíbrio de alta qualificação (ciclo virtuoso), o conhecimento será incontestavelmente uma mais-valia nas características que os indivíduos poderão oferecer no mercado de trabalho.

Efetuada a análise do conhecimento pela perspectiva das empresas e organizações, é empiricamente compreensível que mais inovação, tecnologia, investigação, desenvolvimento e produtividade estejam implicitamente relacionados com o conhecimento, numa relação direta.

O ciclo virtuoso funciona na medida em que quanto mais conhecimentos um indivíduo tiver, mais vastas serão as possibilidades de empregos altamente remunerados. Por sua vez os indivíduos com o seu conhecimento individual vão transferi-lo para as empresas que por sua vez com as vantagens decorrentes desse conhecimento organizacional (maior produtividade), continuarão a investir em tecnologia e inovação, criando desta forma postos de trabalho com necessidades de capital humano, intelectual e conhecimento elevadas.

2.7. Integração económica e mobilidade de trabalho (correntes migratórias)

Desde o fim da guerra fria que o mundo deixou de ser “bipolar”, passando paulatinamente para um mundo multipolar (União Europeia, EUA, Rússia, China, Índia, Japão, Brasil e América Latina).

Apesar das diferentes culturas existentes na Europa, a Globalização, antecedida na Europa pela livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas, bem como a disponibilização de fundos destinados a investimentos estruturais, pretensamente terão ajudado ao esbatimento das desigualdades socioeconómicas existentes, pelo que a crescente integração das economias poderá caracterizar o fenómeno vulgarmente descrito por globalização (Spence 2011). O aparecimento das tecnologias de informação assim como o seu rápido e constante

desenvolvimento tem potenciado a figura da “aldeia global”, permitindo não só uma maior integração económica, mas igualmente uma cada vez maior diluição das diferenças culturais.

A temática “globalização” tem gerado fortes discussões tendo inclusivamente surgido o movimento antiglobalização, que coloca fortes entraves a este processo pondo em causa os seus eventuais benefícios e contrapondo com inconvenientes que implicam superiores constrangimentos. Uma das ideias defendidas pelo movimento antiglobalização refere-se aos fluxos do comércio internacional resultantes entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. As suas preocupações prendem-se essencialmente com os baixos salários e as fracas (por vezes miseráveis) condições de trabalho. No entanto, este tipo de argumentação peca pela ausência de alternativas, bem como pela perspetiva errada com que o problema é abordado. Os salários revelam-se baixos e as condições de trabalho miseráveis quando analisados pelos padrões dos países desenvolvidos. Ora se analisarmos esses mesmos salários e condições de trabalho à luz dos padrões dos países subdesenvolvidos, verificamos que as trocas comerciais internacionais proporcionadas pela globalização oferecem oportunidades para os trabalhadores que de outra forma não seriam possíveis. A questão essencial neste caso resume-se à simples argumentação que consiste na defesa dos salários praticados (mesmo que por vezes fiquem aquém do expectável) pois caso os trabalhadores não aceitassem esses mesmos salários (muitas vezes considerados miseráveis quando analisados pelos padrões dos países desenvolvidos), ficariam numa situação pior (Krugman and Obstfeld 2007b). Além do mais e como resultado do comércio internacional, independentemente dos padrões sociais e morais de avaliação das condições laborais, é inegável a existência de uma transferência de rendimentos de zonas desenvolvidas para zonas subdesenvolvidas, com tudo o que isso representa de positivo.

Desta forma, num mundo globalizado e cada vez mais competitivo a força de trabalho tem um papel preponderante na competitividade económica dos países e/ou blocos económicos. Numa altura em que tanto se discute o direito a um emprego, torna-se necessária a consciencialização para a existência de um novo paradigma no mercado de trabalho. O direito a um emprego resulta de um processo dinâmico, que permite aos indivíduos adquirirem um conjunto de características em determinado momento, que os torna empregáveis.

Proveniente de processos economicamente integracionistas (regionais e/ou locais), surgem questões relacionadas com o mercado de trabalho e suas movimentações. Os movimentos

migratórios são um facto histórico que se têm verificado ao longo do tempo, desde as conquistas romanas, passando pelas colonizações europeias, até aos movimentos em massa do século XIX. Hoje em dia, o fenómeno da globalização tende a ser parte integrante da nossa realidade, havendo poucos países (ou mesmo nenhum), que fiquem (direta ou indiretamente) indiferentes.

Em Portugal, os imigrantes (legais), em 2011 ultrapassavam os 430.000, de várias nacionalidades, (Pordata 2013) . À escala Global, segundo dados da ONU (Klugman 2009), os imigrantes serão cerca de 200 milhões.

Quadro VII – Correntes migratórias

Correntes Migratórias			
Motivação	Custo	Consequências	
		Origem	Destino
<ul style="list-style-type: none"> - Componente financeira - Idade assume uma relação inversa. -Desafios Profissionais - Desastres Naturais - Taxas de desemprego elevadas no país de origem. -Políticas migratórias no país de origem e no país de destino. - Sistema político adverso no país de origem, em contraste com regimes políticos democráticos no país de destino. - Fator segurança, refletido por elevadas taxas d criminalidade no país de origem e baixas taxas no país de destino. - Procura de mão-de-obra no país de destino. 	<ul style="list-style-type: none"> - Custo Emocional - Legislação restritiva -Perda de mão-de-obra (capacidade produtiva) inclusivamente qualificada. 	<ul style="list-style-type: none"> -Menos desemprego - Aumento dos salários. -Aumento das remessas financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior capacidade produtiva - Diminuição salarial consequente da pressão exercida pelo aumento da oferta - Desequilíbrios sociais, com as consequências inerentes -Discriminação social.

Chegados a este ponto iremos nortear a nossa atenção para algumas das implicações económicas (diretas e indiretas) para o indivíduo mas também, para os países envolvidos (de destino e de origem) decorrentes dos movimentos migratórios. Desde logo coloca-se a questão relacionada com a motivação: “O que leva um indivíduo a “mudar a sua vida”,

para uma região diferente, muitas vezes pouco conhecida, com língua e cultura diferentes, longe do núcleo familiar?

A resposta parece tomar em consideração uma relação entre custos e proveitos expectáveis, de diferentes ordens de valores.

No que se refere às motivações, quando alguém emigra tem por objetivo aumentar os seus rendimentos globais. Regra geral, os acréscimos percentuais que se conseguem em termos de rendimento ao longo de uma vida serão de 10% a 15% (McConnell, et al. 2009).

Uma outra curiosidade, contrariamente ao que seria intuitivamente expectável aponta no sentido dos maiores fluxos migratórios não serem provenientes dos países mais pobres. Nestes países, onde grande parte da população vive abaixo do limiar da pobreza, os indivíduos não conseguem suportar os custos financeiros inerentes ao processo migratório. São os países em vias de desenvolvimento, aqueles que mais emigram. Países onde os indivíduos, apesar de pobres (comparativamente com os países ricos, comumente definidos como desenvolvidos) conseguem suportar as despesas económicas associadas à emigração.

Concluimos portanto, que as razões económicas são importantes neste processo, existindo contudo outras que, apesar de na sua génese não serem económicas têm implicações que o são. Um desses fatores é a idade. A relação entre migração e idade é inversa (McConnell, et al. 2009). Pessoas com mais idade emigram menos. Regra geral têm família (mulher e filhos), pelo que a decisão de emigrar nestes casos envolve um custo psicológico e emocional muito elevado. Indivíduos solteiros parecem ser mais propensos a emigrar que os casados. Os casados sem filhos emigram mais que os casados com filhos. Este fator no entanto assume um papel dual que, consoante a conjugação de variáveis, tanto pode ser considerado fator dissuasor como fator motivacional. Dissuasor por razões psicológicas, uma vez que as saudades poderão ser um entrave ao processo migratório. Esta situação parece ocorrer maioritariamente quando a situação económica se apresenta como minimamente estável no país de origem. Não obstante, poderá igualmente funcionar como uma motivação caso a situação no país de origem seja precária, onde as necessidades básicas da família estejam em causa. Aqui o indivíduo emigra como último recurso, num ato quase de desespero. Casais onde apenas trabalha o homem também são mais propensos à emigração do que os casais em que os dois estejam no mercado de trabalho ativo. Outro fator condicionante é o nível de capital humano, dos indivíduos. Quando falamos de capital humano referimo-nos às competências resultantes da educação, experiência motivação,

talento dos indivíduos. Pessoas com mais idade, geralmente detêm mais capital humano, adquirido ao longo da sua educação, formação académica, mas também pela experiência acumulada ao longo dos anos. Pessoas com mais capital humano em média ganham mais, diminuindo as motivações económicas para emigrar. Apesar disso muitas vezes emigram por questões profissionais, desafios que se colocam, novos projetos. Existe uma componente mais emocional na decisão de emigrar que tende a ser sobrevalorizada, ao passo que a questão económica nestes casos passa para segundo plano. Nos países mais pobres regra geral o investimento em capital humano é diminuto e pouco atrativo. Mais capital humano, nem sempre é sinónimo de mais salário. O investimento necessário, não terá a desejada correspondência no aumento dos rendimentos.

Contudo, existe uma situação específica, onde o investimento em capital humano é visto como uma opção rentável para o indivíduo. Essa situação, traduz-se na expectativa de emigrar. Não nos referimos ao movimento propriamente dito, mas a expectativa do mesmo vir a acontecer. Aqui capital humano é visto como o "bilhete" para a emigração. Nem todos os indivíduos que alimentam expectativas de emigrar o fazem, nem tal seria viável. Esta expectativa irá gerar uma acumulação de capital humano. Os que não conseguem o "bilhete", ficam no país de origem, mas alimentados pela expectativa, investiram em capital humano, tornando-se num fenómeno positivo para o seu País (pessoas mais qualificadas, trabalho mais qualificado, mais investimento, as remessas dos emigrantes e temos alguns dos ingredientes para o desenvolvimento de uma região). Para além da interligação entre idade, educação e acumulação de capital humano, existe um outro fator que poderá condicionar ou potenciar as emigrações: as experiências migratórias positivas. O caso dos estudantes universitários parece ser um exemplo claro. No processo educativo, os estudantes para se licenciarem, muitas vezes deslocam-se para uma região, uma cidade diferente da sua zona de residência, países diferentes. Se esta experiência tiver sido positiva, as barreiras pré-concebidas relativamente à emigração tendem a baixar, sendo pessoas mais propensas para emigrar. O contrário também poderá ocorrer, condicionando o movimento migratório. Questões culturais podem também impulsionar ou restringir movimentos migratórios. Quanto mais próximas as culturas (por exemplo ex-colónias), menores serão os custos de adaptação.

Situações extremas nas regiões de origem, guerras, revoluções, criminalidade elevada, sistemas políticos ditatoriais, catástrofes naturais, podem potenciar os movimentos migratórios.

Taxas de desemprego elevadas no país de origem e políticas migratórias dos países de destino são também fatores condicionantes.

Após termos analisado alguns fatores que podem potencializar/condicionar o processo migratório e admitindo que a decisão tomada será a de emigrar, convém analisar as consequências diretas e indiretas nos mercados de trabalho (mercado no país de origem e de destino).

Conforme a Teoria da Oferta e da Procura, no caso de haver um fluxo migratório, para um determinado país, isso vai levar a um aumento da oferta de mão-de-obra, que para a mesma procura, irá levar a uma descida dos salários. Ora esta situação irá originar no país de origem o movimento inverso (com o movimento emigratório, vai levar a que a oferta de mão de obra diminua, para a mesma procura, conseqüentemente aumente os salários).

O aumento do número de trabalhadores, leva a que os residentes vejam os seus salários baixar devido ao aumento da oferta (imigrante). Este efeito de substituição da mão-de-obra “nativa”, pela imigrante dar-se-á também pela disposição que os imigrantes têm em aceitar, para as mesmas tarefas rendimentos mais baixos que os residentes (o ponto de comparação para os imigrantes, não são os rendimentos do país de destino, mas, os rendimentos do país de origem).

Poderemos adjectivar de “simplista” a relação direta entre aumento da mão-de-obra e diminuição dos salários, pelo que tal causa efeito não é consensual. Para alguns autores (Peri 2010) os trabalhadores imigrantes não são substitutos dos residentes, mas antes complementares. Com a introdução desta premissa, constatamos que a emigração terá até um efeito positivo nos salários dos residentes, conduzindo a que os residentes subam na respetiva hierarquia, uma vez que os patamares onde estes se encontravam serão preenchidos pelos imigrantes.

Esta complementaridade é mais notória, entre os imigrantes geralmente pouco qualificados e os residentes com um nível de qualificação médio/ médio superior/superior. É perfeitamente perceptível visto que a falta de qualificação dos imigrantes não lhes permite entrar em concorrência direta com os residentes qualificados. A concorrência dar-se-á entre imigrantes pouco qualificados e residentes pouco qualificados. No curto prazo esta concorrência é negativa para os residentes, mas no médio, longo prazo, levará a que esses efeitos se esbatam.

Existem características, experiências, competências inerentes aos residentes, que os imigrantes não conseguem absorver, ou só com o passar de algum tempo é que o

conseguem. Do mesmo modo os imigrantes também têm características, que não os tornam substitutos, mas antes complementares.

Não raras vezes, os processos migratórios adquirem contornos políticos. A ideia generalizada de que a imigração reduz os postos de trabalho, associado a isto, o fenómeno da imigração ilegal e eventual criminalidade, tornam a imigração um barril explosivo de potenciais demagogias, que poderão levar à ostracização de comunidades, raças e religiões. Convém também referir que de maneira genérica criminalidade e imigração, não são fenómenos diretamente relacionados (Guia 2008).

Dentro da migração, torna-se pertinente observar o fenómeno da clandestinidade. Nesta reflexão convém referir que aqui apenas vislumbramos custos. Custos para o próprio imigrante; custos para o país de origem e custos para o país de destino.

A clandestinidade, para o migrante é por si só um custo. Em média, um migrante ilegal recebe menos 41,8%, do que um migrante legal (Chiuri, Conglio and Ferri 2010). Esta diferença deve-se à exploração económica por parte dos empregadores, assim como a uma tabela de serviços e produtos “inflacionada”, pela clandestinidade (por exemplo, geralmente as rendas de casa para os ilegais são mais caras). Em média, são também trabalhadores com menos formação que os legais e geralmente com baixos indices de capital humano. É indiferente um indivíduo ser doutorado ou analfabeto. A dimensão do seu capital humano não lhe trás qualquer tipo de vantagem a este nível, o que leva a que não haja incentivo para este tipo de investimento.

Da mesma forma que os seus rendimentos tendem a ser baixos, também a sua capacidade para consumir bens e serviços no país de destino tende a ser diminuta. Não nos esqueçamos que, para muitos bens e serviços existe uma tabela inflacionada pela clandestinidade. Como estão ilegais, não têm direitos, são explorados económica e socialmente. Não conseguem concorrer de igual para igual no mercado de trabalho, não conseguem melhores empregos, não conseguem mais rendimentos, não conseguem consumir mais, porque são explorados economicamente. Esta exploração económica, associada aos baixos rendimentos, implica que não sejam enviadas remessas para os países de origem, ou mesmo que o façam serão em número e valor reduzido. Em vez disso tendem a poupar para fazer face à insegurança do trabalho. De realçar que as remessas recebidas pelos países de origem são uma receita importante, muitas vezes o motor propulsor para um maior desenvolvimento desses mesmos países. Não recebendo essas remessas os países não se desenvolvem, por falta de capitais, o que levará a um aumento

do processo migratório, numa primeira fase legal, numa segunda fase, ilegal, caso as políticas de acesso aos países de destino se venham a tornar mais restritivas.

Ainda relativamente à expectativa de migrar, em alguns países esta expectativa é alimentada por muitos dos seus residentes. Vêm no investimento em capital humano o caminho para melhorar as suas condições económicas, para aumentar os seus rendimentos. Muitos dos que investem em capital humano não chegam a concretizar a expectativa de migrar. Continuam nos países de origem, constituindo um valioso stock deste capital que, juntamente com as remessas recebidas dos que chegam a concretizar as expectativas, funcionam como motores do desenvolvimento.

Transpondo para a migração ilegal, não existe qualquer tipo de incentivo no investimento em capital humano, uma vez que indivíduos com diferentes patamares de capital humano concorrem de igual para igual, tendo por objetivo empregos pouco qualificados, com remunerações reduzidas acarretando para os países de destino:

- 1) Remessas inferiores ao necessário para o desenvolvimento do país de origem, pelos baixos rendimentos auferidos, pela insegurança existente no trabalho;
- 2) Mão-de-obra com pouco capital humano com todas as desvantagens inerentes.

Nos países de destino, a clandestinidade, tende também a ser um custo. Antes de mais o custo do combate a essa mesma clandestinidade, muitas vezes associada ou conotada com o mundo do crime. Como são clandestinos “não existem”, pelo que, para além de não pagarem impostos ao consumo não pagam mais qualquer tipo de imposto.

Em vários estudos empíricos constatou-se também que os migrantes são geralmente pessoas empreendedoras (muitas vezes, mais empreendedoras que os residentes), dinâmicas, com espírito de iniciativa, características que não são aproveitadas, dado o carácter ilegal dos indivíduos.

2.8. Desindustrialização: Serviços e Globalização

O fenómeno comumente descrito por desindustrialização caracteriza-se essencialmente pela transferência de emprego entre os sectores de atividade industrial e serviços. Esta movimentação de postos de trabalho é um processo que já ocorreu no passado embora os sectores abrangidos fossem diferentes.

A revolução industrial foi um fenómeno que gerou movimentação de tipologia análoga do fator trabalho, sendo que, o sentido desta mesma movimentação foi do sector agrícola para o sector industrial - Industrialização.

Estes movimentos foram objeto de estudo ao longo dos tempos, existindo divergentes abordagens à problemática em questão, sendo que destacamos a que tem por base a perspetiva da procura e da oferta (Rowthorn and Ramaswamy 1997). Segundo a abordagem da procura, Industrialização poderá ser compreendida como resultado de uma alteração dos hábitos de consumo. Queremos com isto dizer que á medida que o rendimento disponível aumenta, a procura de bens alimentares diminui em favorecimento do aumento da procura de produtos manufaturados. Por conseguinte, como resultado de um aumento da procura de produtos manufaturados e logicamente uma diminuição da procura de bens alimentares, em termos de necessidades de mão-de-obra atestamos que a movimentação do fator trabalho resultou num aumento das necessidades por parte da Indústria e diminuição por parte do sector agrícola.

Pelo lado da oferta e associado a este novo padrão de consumo surge o aumento da produtividade do sector agrícola resultante do desenvolvimento tecnológico. A combinação destes dois fatores culminou numa diminuição de postos de trabalho do sector agrícola, uma vez que passou a ser possível produzir o mesmo ou até mais com menos trabalhadores. Este excedente de trabalho (resultante do fluxo de trabalhadores proveniente do sector ou sectores de atividade com menores necessidades de fator trabalho) será tendencialmente integrado pelo sector ou sectores em expansão.

Procedimento análogo tem vindo a ocorrer com o chamado processo de Desindustrialização, caracterizado essencialmente pela diminuição do número de trabalhadores afetos à indústria. Desta feita, o sector em perda de emprego é a indústria e o sector em crescimento em termos de emprego é o dos serviços. Ora, esta compensação surge como um processo natural na tentativa de absorver por parte dos serviços, o excedente de mão-de-obra do sector industrial. No entanto, apesar do esforço de absorção de trabalhadores por parte dos serviços, existirá sempre uma franja de trabalhadores que não conseguirá a reintegração no mercado de trabalho, resultando desta forma num excedente de oferta de trabalho.

Posto isto, intentaremos perceber a razão ou razões para que tal aconteça, sendo que em nosso entender dois fatores destacam-se na sua justificação:

1. **Produtividade.** Considerando a produtividade média determinada pelo quociente entre produto e emprego e sendo por sua vez a função produção determinada pelo produto entre o emprego e a produtividade média. Podem extrapolar da equação anteriormente descrita, que conseguiremos alcançar o aumento da função produção através do aumento do nível de emprego, ou através de um aumento da produtividade média. O ideal seria alcançar um compromisso de equilíbrio entre o nível de emprego e o nível de produto. Não obstante, podemos nos deparar com cenários reais onde á primeira vista o mais vantajoso, passará por um aumento dos postos de trabalho em detrimento da produtividade. Tal solução apesar de tentadora pode-se revelar arriscada no mundo globalizado em que vivemos. O risco referido prende-se com o facto de, sendo a produtividade também uma medida de desenvolvimento e bem-estar, diminuições do seu nível, apesar de aumentarem numa fase inicial os postos de trabalho, no longo prazo tornar-se-ão nefastas para a economia e para o mercado laboral. Isto, apesar de reconhecermos que o desemprego aumenta à medida que a produtividade média cresce, mantendo-se o produto constante. Tal constatação remete-nos para uma análise mais abrangente, pelo que não devermos analisar isoladamente a taxa de produtividade pois poder-se-á revelar redutora, devendo igualmente levar em consideração a taxa de emprego (Pinto 2007). Procedimento relativo á mensuração da produtividade surge como determinante na quantificação da mesma havendo sectores como o industrial onde este procedimento de quantificação é mais visível comparativamente com outros sectores, como é o caso do sector dos serviços. Em termos de valores, constatamos que nos últimos anos a produtividade do sector industrial aumentou mais rapidamente que a dos serviços (Rowthorn, et al. 1997). Este aumento da produtividade, tal como aconteceu no processo de Industrialização reporta-nos a uma redução das necessidades em termos do fator trabalho para se conseguir o mesmo nível (ou eventualmente até nível superior) de produto. Pelo anteriormente exposto concluímos que, aumentos da produtividade (sempre que não sejam acompanhados por iguais aumentos do produto) num determinado sector de atividade serão conducentes a excessos da oferta de trabalho e por conseguinte aumento do desemprego. Este excesso de mão-de-obra será tendencialmente orientado para outros sectores em expansão, resultantes de novos modelos de consumo e melhoramento do nível de vida.

Produtividade interligada com o aumento do rendimento disponível traduz-se, tal como no processo de industrialização mencionado na parte introdutória deste ponto, num novo padrão de consumo, caracterizado pelo aumento do consumo de serviços, tais como a saúde, a educação, a cultura, em detrimento do consumo de bens manufaturados, estimulando a movimentação de emprego da indústria para os serviços

2. Globalização. Quando nos referimos á Globalização, estamo-nos a referir ao processo de “aproximação” dos mercados, resultante da eliminação de barreiras (Spence 2011). Os mercados deixam de ser locais, para passarem a ser regionais, continentais e Internacionais. Resultante desta nova dimensão comercial projetada pela globalização, testemunhamos aumentos de eficácia e especialização implícitos no princípio da vantagem competitiva (Porter 1989). Advêm igualmente vantagens para os consumidores traduzidos pela possibilidade de adquirir mais quantidade e qualidade de bens e serviços. Com o princípio da vantagem competitiva, surge a especialização e o crescimento da contratação de serviços em regime de out sourcing por parte das empresas do sector industrial. Empresas que para além da vertente industrial, asseguravam a realização de serviços necessários, mas colaterais ao funcionamento das mesmas. Com a evolução tendencialmente globalizante dos mercados e a necessidade de especialização de forma a conseguirem assegurar competitividade, parte dos serviços foram adstritos a novas empresas especializadas na prestação dos mesmos. Esta alteração estrutural levou à deslocação de mão-de-obra da Indústria para os Serviços.

O aumento da concorrência por parte, de alguns países de mão-de-obra barata tais como a China, Índia e mesmo países de Leste, tem sido uma das argumentações utilizadas pelos detratores da Globalização. A China em particular é apontada muitas das vezes como uma força potencialmente causadora de concorrência desleal, em virtude dos baixos salários praticados e das precárias condições de trabalho a que os seus trabalhadores estão sujeitos. Não sendo nosso intuito minorar este tipo de argumentação, mas antes desmistificar a mesma, apuramos que mesmo antes da emergência dos países Asiáticos e de Leste, o processo de desindustrialização já se verificava, pelo menos nas economias desenvolvidas (Pinto 2007).

No que á distribuição dos trabalhadores diz respeito, o peso do número de trabalhadores do sector industrial relativamente ao total de indivíduos empregados tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 25 anos (Rowthorn, et al. 1997). Este processo com o decorrer do tempo tem-se revelado transversal a praticamente todas as economias desenvolvidas, apesar de não se ter iniciado simultaneamente em todos os países, nem se realizar com a mesma cadência em todos os países.

Ao contrário do que muitas vezes tem sido proclamado a desindustrialização não deve ser interpretada como um processo decorrente do insucesso da economia como um todo e do sector industrial em particular, antes pelo contrário, deve ser encarado como o resultado natural de todo um processo evolutivo de desenvolvimento associado a melhorias da qualidade de vida.

Numa perspetiva laboral, a argumentação do aumento do desemprego causado pela desindustrialização é pertinente, e é também em nosso entender uma consequência inegável resultante desse mesmo processo.

Conforme já referido o excedente de trabalho da indústria é tendencialmente absorvido pelos serviços. No entanto, o grau de absorção irá depender da rapidez com que ocorra o processo. Ocorrendo de forma rápida, irá levar a um aumento da oferta de trabalho a ritmos que não serão acompanhados pelo lado da procura, gerando excesso de oferta. Aqui a sua incorporação noutras sectores de atividade económica, nomeadamente pelos serviços será mais difícil. Além deste fator existe um outro que em nosso entender é igualmente importante e que tem a ver com a compatibilidade dos trabalhadores. Nem todos os trabalhadores da indústria são compatíveis com o sector dos serviços em termos de CH e CI, pelo que no mínimo alguns deles necessitarão de uma reciclagem, de forma a adaptarem os seus indicies no que respeita ao CH, CI.

Este ponto remete-nos para a questão das qualificações e processos futuros de permutas de empregabilidade entre sectores de atividade. O que nos leva a incidir sobre a questão da importância do CH e CI dos trabalhadores. É nossa convicção que iremos observar num futuro cada vez menos longínquo, um mercado de trabalho dividido não por sectores de atividade, mas antes por graus de qualificação, existindo cada vez mais a dicotomia trabalhadores qualificados (empregáveis independentemente do sector de atividade) e não qualificados (cada vez mais dificilmente empregáveis).

2.9. Comércio Internacional

A temática do comércio Internacional assumiu papel de destaque desde Adam Smith, segundo o qual as importações e as exportações mais não eram senão uma forma de equilibrar a economia. Por um lado as exportações possibilitavam a determinada economia escoarem os seus excedentes. Por outro lado as importações com novas oportunidades de investimento, empregam recursos que de outra forma estariam subaproveitados.

Desde o pós – guerra, temos vindo a assistir a uma crescente integração comercial em termos internacionais, tendo este movimento atingido o seu ponto alto em 1970. Posteriormente, na década de 80 verificamos um ligeiro retraimento deste movimento, para a partir dos anos 90 voltarmos a uma tendência de crescimento do movimento integracionista (Krugman, Cooper and Srinivasan 1995). A diminuição dos custos de transporte por um lado e diminuição dos encargos com comunicações por outro apresentam-se como fatores essenciais que contribuíram para a implementação deste movimento. Globalização e comércio internacional são dois fatores que se inter-relacionam, podendo mesmo chegar a confundir-se, na medida em que quanto maior for a integração comercial mais esbatida se torna a barreira entre comércio internacional e globalização. Durante as últimas décadas observamos alterações de cariz estrutural, mais especificamente nos avanços e progressos tecnológicos que contribuem para o esbatimento de barreiras relativas à procura de bens, serviços e fatores de produção.

O comércio internacional poderá assumir a forma de trocas intrasectoriais correspondentes às existentes entre países de igual nível de desenvolvimento. Para este tipo de comércio e segundo estudos empíricos realizados por (Brülhar 1994) na tentativa de determinar quais os ajustamentos verificados no mercado de trabalho consequentes do comércio internacional intrasectorial, os mesmos não se revelaram conclusivos.

Neste ponto do nosso trabalho vamos dar primazia ao comércio intersectorial, correspondente às trocas entre países com diferentes graus de desenvolvimento. No que ao mercado de trabalho diz respeito, apuramos que o comércio internacional assume um papel importante influenciando a procura e a oferta, quer pelo lado das importações, quer pelo lado das exportações. Alterações nos preços provocados pelas importações transformam as oportunidades de negócios que as empresas enfrentam. A reação natural por parte destas será o de deslocalizar os recursos de indústrias pouco rentáveis, para indústrias e sectores mais rentáveis.

Análises empíricas revelam que aumentos das exportações de países em desenvolvimento ou pouco desenvolvidos para países desenvolvidos, consubstanciam potenciais choques pelo lado da procura de trabalho. Uma das tendências observáveis no mercado de trabalho das economias desenvolvidas passa pelo aumento da procura de mão-de-obra qualificada em detrimento de trabalhadores menos qualificados. Esta discriminação natural terá implicações a nível salarial, podendo ser atribuída a esta tendência discriminatória da procura de trabalho a responsabilidade pelo aumento das desigualdades salariais entre mão-de-obra qualificada e não qualificada (aumento da procura por parte da mão-de-obra qualificada, conseqüentemente aumento dos salários e vice versa).

A diminuição dos salários de trabalhadores não qualificados, mais não é do que uma forma de ajustamento do mercado de trabalho às importações, com o intuito de evitar taxas de desemprego mais elevadas neste grupo específico de trabalhadores. Outra forma de resposta aos choques por parte da procura decorrentes da importação passa por experimentar desigualdades das taxas de desemprego. O facto de estarmos perante desigualdades de salários ou desigualdades das taxas de emprego está relacionado com a estrutura de mercado (Slaughter and Swagel 1997):

- ✓ Mercados de trabalho mais flexíveis a nível salarial, quando confrontados com variações na procura de emprego (no nosso exemplo, referente ao aumento da procura de mão-de-obra qualificada em detrimento da não qualificada) reagem através do aumento das diferenças de rendimentos, mais concretamente através da diminuição dos salários dos trabalhadores pouco qualificados e aumento dos rendimentos dos trabalhadores qualificados.
- ✓ Mercados de trabalho caracterizados pela rigidez salarial, o aumento de mão-de-obra qualificada em detrimento de não qualificada, caracteriza-se não só pelo aumento da diferença entre rendimentos, mas igualmente por uma crescente diferença na taxa de empregabilidade dos trabalhadores qualificados, relativamente aos não qualificados.

Ainda relativamente às importações oriundas de países em vias de desenvolvimento cujo destino serão os países desenvolvidos, atestamos que as mesmas irão exercer pressão nos salários da mão-de-obra não qualificada dos países desenvolvidos. Como resposta a estas pressões, o mercado de trabalho poderá reagir diminuindo os salários nos sectores de

atividade abrangidos pelas importações, conseguindo desta forma manter competitividade das empresas pertencentes aos sectores mais subjugados às importações.

Uma outra forma de se conseguir manter os custos de produção, ou mesmo diminuí-los passa pelo desenvolvimento tecnológico, permitindo desta forma o aumento do produto com o mesmo nível de trabalho (aumento produtividade).

Poderemos igualmente observar desigualdades salariais entre trabalhadores qualificados que se encontrem em sectores económicos diferentes. Ora, esta problemática das desigualdades salariais entre trabalhadores com a mesma tipologia de qualificação, poderá ser explicada por características intrínsecas de cada trabalhador, não observáveis numa primeira abordagem (Turrin 2002). Não obstante, a diferenciação salarial não é exclusiva dos trabalhadores qualificados. Podemos também observar desigualdades de rendimentos entre trabalhadores não qualificados, consoante o grau de exposição dos sectores de atividade em que os trabalhadores se encontrem às ditas importações.

A expressão “comércio internacional” acarreta por si só uma associação imediata às importações com todo o negativismo empírico implícito. Para nós, a questão do comércio internacional e suas implicações no mercado de trabalho, deverão ser abordadas através de duas perspetivas diferentes, importações e exportações. Regra geral, exportações de países desenvolvidos centrar-se-ão em produtos com elevada taxa de incorporação tecnológica, onde a mão-de-obra utilizada é maioritariamente qualificada. Desta forma, aumentos de exportação conduzirão a choques na procura da mão-de-obra qualificada, expressos por aumentos da mesma e conseqüente subida dos salários. Este movimento de aumento da procura dentro dos sectores exportadores provocará aumentos das diferenças de rendimento mesmo dentro da classe de trabalhadores qualificados, mediante o grau de exposição dos sectores económicos às exportações.

Nas importações dos países desenvolvidos, a eventual problemática caracteriza-se pelos índices de tecnologia incorporados nos produtos importados, característicos de países com baixos níveis de qualificação. Este tipo de importações implica movimentos distintos na procura de trabalho.

Nos países recetores das importações, os sectores mais atingidos pelas importações, tendem a ajustar-se ao aumento da competitividade quer através da diminuição dos salários, quer através do aumento da produtividade, ou mesmo pela combinação das duas, contribuindo para o agravamento das desigualdades salariais entre os trabalhadores qualificados e os não qualificados.

Em termos conclusivos numa perspetiva intersectorial e segundo o modelo Hechsher – Ohlin, o aumento e liberalização do comércio internacional fomenta o aumento da remuneração por parte do fator abundante e conseqüentemente uma diminuição do fator escasso (Silva 2006).

2.10. Inflação e curva de Phillips

Sendo o pleno emprego um objetivo em termos de ciência económica e partindo do pressuposto que conseguimos alcançar esse objetivo, verificamos que existem efeitos colaterais de não somenos importância que se poderão traduzir em pressões inflacionistas, fazendo com que o pleno emprego seja por si só um objetivo economicamente arrojado. No sentido de melhor percebermos esta temática iremos recorrer à escola do pensamento económico de Chicago, nomeadamente no conceito introduzido em termos de desemprego - taxa natural de desemprego (ver capítulo I). Segundo esta corrente do pensamento económico, podemos definir taxa natural de desemprego, como sendo a taxa abaixo da qual se verificariam as ditas pressões inflacionistas (Louçã and Caldas 2009). Desta forma e, segundo o conceito trazido à luz pelos economistas da escola de Chicago, existe uma taxa de desemprego de equilíbrio, ou natural, para a qual não se verificam pressões inflacionárias, também conhecida por NAIRU – *Non accelerate inflation rate of unemployment*. Poderemos desta forma definir a NAIRU como sendo a taxa de desemprego não aceleradora da inflação (Pinto 1999, Samuelson, et al. 2005, Krugman, et al. 2007a, Blanchard 2009). No fundo estamos a referir-nos à taxa de desemprego para a qual as forças de mercado em termos inflacionistas estão em equilíbrio, não existindo pressões quer inflacionárias, quer deflacionárias. De uma forma mais simples podemos definir a NAIRU como sendo a “taxa de desemprego que mantém estável a inflação” (Krugman, et al. 2007a). Esta taxa de desemprego “natural” não está dependente da procura e da oferta de trabalho, mas antes de características estruturais do mercado de trabalho tais como, a mobilidade da mão-de-obra, legislação laboral relativa ao salário mínimo, legislação relativa à negociação salarial, não sendo uma taxa socialmente desejável, nem constante ao longo dos tempos (Mankwin 2005).

Conceitos	Definições	Fonte
Taxa Natural Desemprego	Taxa de desemprego, para a qual, valores inferiores ao seu valor, significam pressões inflacionistas.	(Louçã, et al. 2009)
NAIRU	Taxa de desemprego não aceleradora da inflação. Taxa de desemprego para a qual as forças da procura e da oferta estão em equilíbrio em termos inflacionistas.	(Pinto 1999); (Samuelson, et al. 2005); (Blanchard 2009)
Curva de Phillips	Curva numa primeira fase relacionou o comportamento dos salários nominais e da inflação. Mais recentemente, esta curva expõe a relação entre desemprego e inflação	(Pinto 1999); (Samuelson, et al. 2005); (Blanchard 2009)
Curva Phillips de curto prazo	Menos desemprego implica mais inflação Mais desemprego implica menos inflação	(Mankwin 2005)
Curva de Phillips de longo prazo	Pela teoria das expectativas racionais concluímos que a inflação expectável coincide com a inflação de facto. Esta antecipação do comportamento da taxa de desemprego, irá anular alterações na taxa de desemprego.	(Pinto 1999); (Mankwin 2005)
Estagflação	Caracteriza-se pela negação da relação prevista pela curva de Phillips. Mais desemprego, com mais inflação Menos desemprego, com menos inflação	(Mankwin 2005); (Dornbusch, Fischer and Startz 2004)

Em termos práticos, o desemprego é uma realidade mesmo quando falamos de pleno emprego, pelo que mesmo numa situação em que a procura de trabalho iguala a oferta de trabalho, o desemprego é uma realidade incontornável. Isto sucede por um lado pelo constante acesso de novos indivíduos à população ativa oriundos das faculdades e por outro lado pela aproximação de indivíduos que por qualquer motivo tinham deixado de pertencer à população ativa e decidiram ser reintegrados nessa população. Cenários económicos com taxas de desemprego elevadas, impelindo domésticas até então inativas a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes como forma de minorar consequências económicas resultantes de despedimentos da até então fonte de rendimento familiar. Existem da mesma forma situações de indivíduos que se despediram do atual emprego, não sem antes terem assegurado o seu posto de trabalho numa outra empresa. O hiato de tempo verificado entre o ato do despedimento e o início do novo trabalho, traduz-se numa passagem ainda que transitória, da situação de empregado para desempregado. Podemos também observar situações de indivíduos que tenham sido despedidos. Nestes casos, o

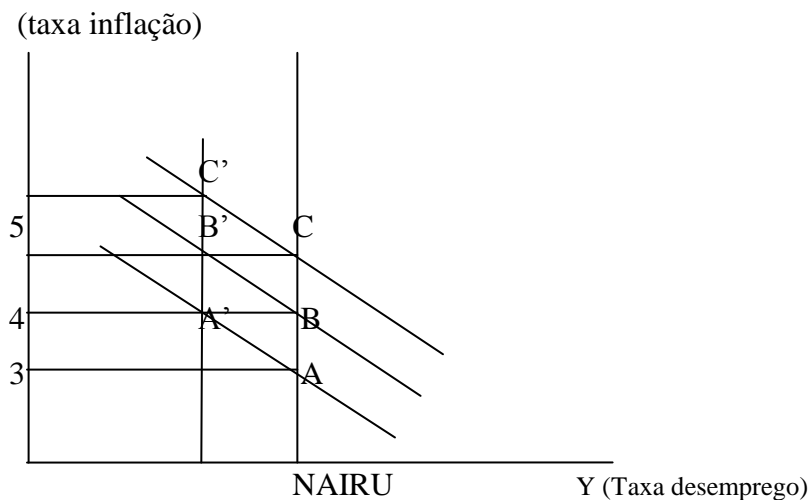
processo de preparação de currículos, entrevistas, enfim, toda a tramitação processual até conseguir novo trabalho implica algum investimento, em termos de tempo, período durante o qual o indivíduo está no estado de desempregado. Desta forma percebemos que economicamente é aceitável a existência de desemprego, como parte integrante de um equilíbrio, desde que dentro de determinados níveis.

Posto isto e dentro do ponto que pretendemos abordar, a relação entre inflação e desemprego ficou vertida por uma curva, conhecida como a curva de Phillips. Esta curva foi descrita pelo economista Neo-Zelandês William Phillips (1958), segundo o qual existiria uma relação inversa, entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego (Pinto 1999); (Samuelson, et al. 2005); (Blanchard 2009). Este autor analisou numa primeira fase dados relativos à Grã-Bretanha (entre os anos de 1861 e 1957), tendo constatado a existência de uma relação inversa entre desemprego e o aumento dos salários nominais. A lógica deste trade-off consiste no facto de sempre que a taxa de desemprego fosse reduzida as empresas teriam que aumentar os salários nominais para conseguirem colmatar as necessidades de trabalho. Salários mais elevados implicariam maiores níveis de consumo e conseqüente aumento dos preços (inflação). Por outro lado, quando o desemprego fosse elevado a tendência seria a diminuição dos salários nominais, ou a estagnação dos mesmos. Este movimento de contração dos salários nominais levaria a um decréscimo do consumo conducente à diminuição dos preços.

Em 1960, dois economistas, Samuelson e Solow, transformaram a relação original (desemprego, salários nominais), numa relação entre desemprego e inflação (Pinto 1999). No entanto esta revelação económica tem gerado intensos debates a nível da ciência económica. A principal questão que se impõe saber através dos princípios da curva de Phillips é se conseguimos comprar mais empregos (menos desemprego), pagando mais inflação? Desta relação podem resultar duas posições, sendo uma pessimista e uma otimista. A pessimista focar-se-á na impossibilidade de se conseguir atingir simultaneamente estabilidade dos preços e desemprego reduzido. A otimista tem por base a ideia de que há pelo menos um mecanismo que possibilita a escolha entre inflação e desemprego (Pinto 1999). É certo que não poderemos ter o melhor de dois mundos, mas caso pretendamos aumentar ou diminuir algum dos fatores (desemprego e inflação), sabemos que existe um mecanismo que nos permite sacrificar um dos fatores em detrimento do outro.

Graficamente a curva de Phillips traduzir-se-á da seguinte forma:

Gráfico 1



Segundo a curva de Phillips, no curto prazo podemos observar que o trade-off entre desemprego e inflação existe de facto. A evidência anteriormente descrita apresenta-se-nos em forma gráfica através dos pontos A e A'. Enquanto no ponto A temos desemprego mais elevado e menos inflação, à medida que nos deslocamos do ponto A para o ponto A', verificamos que a taxa de desemprego vai diminuindo e a taxa de inflação vai aumentando. Esta relação entre desemprego e inflação poderá ser influenciada por políticas monetárias e/ou fiscais, uma vez que tanto uma como outra têm implicações a nível da procura agregada. O aumento da massa monetária, assim como a diminuição de impostos ou o aumento da despesa pública, provocam a expansão da procura agregada, consequentemente conducentes a níveis de inflação mais elevados e taxas de desemprego mais baixas (Mankwin 2005).

No longo prazo, a situação não será bem a mesma devido aos ajustamentos de mercado (Santos, Braga, Teixeira and Aubyn 1994). Numa primeira fase (curto prazo) os trabalhadores serão apanhados de surpresa relativamente ao aumento da inflação (aumento da inflação superior ao esperado). Sendo as negociações salariais eventos que ocorrem anualmente, este fator incorre numa rigidez salarial que irá transferir para a próxima revisão salarial, a atualização dos salários nominais, de forma a acompanhar o aumento da inflação. No patamar do longo prazo, convém abrir parênteses para introduzirmos nesta nossa dissertação o conceito de expectativas racionais. Este conceito deve-se ao economista norte-americano, John Muth (1961) (Krugman, et al. 2007a) e consubstancia a

ideia de que os agentes económicos com base na informação disponível sobre o presente tentam antecipar comportamentos futuros (Krugman, et al. 2007a). A experiência conjugada com as expectativas formadas, alicerçadas na informação disponível, conduzirá à determinação de comportamentos em concordância com as expectativas previamente formuladas. Segundo esta teoria (das expectativas racionais), a inflação expectável coincide com a inflação de facto. Assim sendo, o comportamento da inflação poderá ser muitas das vezes antecipado pelos agentes económicos, anulando eventuais efeitos na taxa de desemprego. Se trabalhadores e sindicatos, com base na informação disponível, projetarem a subida da taxa de inflação, nas negociações salariais vão incluir na sua tomada de decisão essa mesma projeção de uma inflação mais elevada, exigindo salários mais elevados para prevenir uma eventual perda do poder de compra. Quando se verificarem aumentos dos salários, a oferta de trabalho para o nível de salário atual irá aumentar, a procura de trabalho irá diminuir (custos mais elevados), comportamentos conducentes a um aumento do desemprego que conduzirá a uma diminuição dos salários, voltando ao equilíbrio de mercado (NAIRU). Ao retomarmos o ponto de equilíbrio de mercado, este regresso acontece, mas com a diferença de estarmos na presença de preços mais elevados (por conseguinte taxa de inflação mais elevada, mas com o desemprego e o produto a voltarem ao equilíbrio).

Sendo esperada uma determinada taxa de inflação, os comportamentos e decisões dos agentes económicos serão efetuados levando em linha de conta essas projeções. Desta forma concluímos que no longo prazo apenas haverá mais inflação (Mankwin 2005).

Podemos verificar esta nossa explicação através do *gráfico 1*, onde é visível que após o ajustamento dos salários ao nível de inflação esperada, a curva deslocar-se-á para cima, passando para o ponto B, ou seja, no novo equilíbrio (B) a taxa de inflação esperada é de 5 %, pelo que daqui concluímos que no longo prazo, a única alteração verificada foi o aumento da inflação.

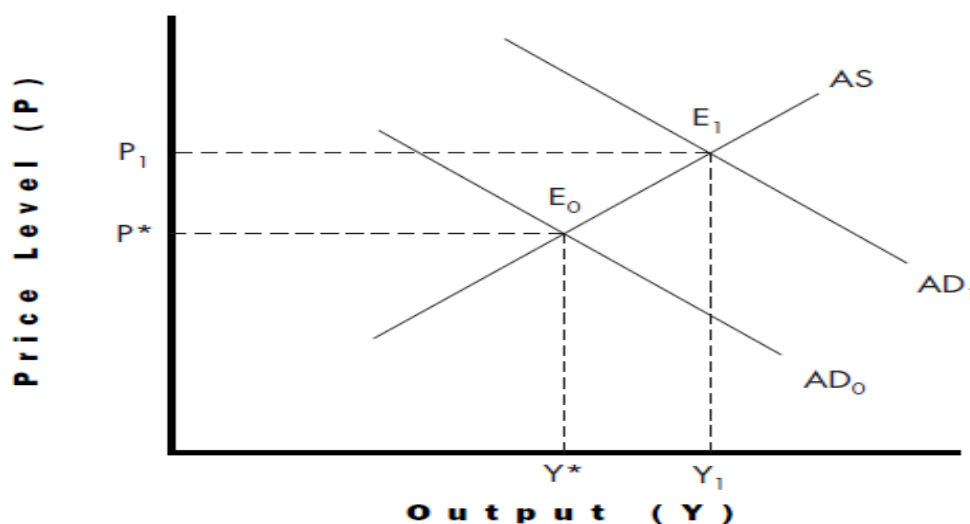
Sempre que se considerem níveis de desemprego inferiores à sua taxa natural (deslocação da taxa de desemprego para a esquerda da taxa natural), estamos a trocar menos desemprego por mais inflação (Pinto 1999, Samuelson, et al. 2005). Este movimento numa primeira fase irá provocar um aumento da produção (políticas de expansão da procura). Por sua vez o aumento da produção possibilitará a contratação de mais trabalhadores, até porque o aumento da inflação implica uma diminuição dos salários reais (preços crescem mais rapidamente que os salários nominais). No entanto, a partir do momento em que os

trabalhadores se aperceberem desta perda a nível do seu salário real, vão reivindicar aumentos dos salários nominais de forma a acompanhar o aumento dos preços (Inflação). Aumentos nos salários reais significam para as empresas aumentos dos custos (mão obra), fazendo com que eventualmente algumas atividades deixem de ser rentáveis, aumentando novamente o número de desempregados.

Quando a taxa de desemprego se situa à direita da NAIRU, o mecanismo é o oposto. Aqui estamos na presença de mais desemprego, conducente a menor consumo (menos inflação). A diminuição da inflação provoca a nível dos salários reais um aumento do poder de compra dos trabalhadores, aumentando o seu consumo, aumentando desta forma a inflação. Trocamos menos inflação por mais desemprego e igualmente este mecanismo apenas funcionará temporariamente até se efetuarem os ajustes necessários para retornar à situação de equilíbrio, em torno da NAIRU (Samuelson, et al. 2005).

Segundo (Chang 1997), a relação entre desemprego, inflação e NAIRU, depende da natureza dos choques que atinjam a economia, pelo que não será correto assumir de imediato que, se a taxa de desemprego de facto se encontrar num valor inferior à NAIRU, a taxa e de inflação irá aumentar, ou o contrário. Para este autor devemos levar em consideração a origem da natureza dos choques económicos, que provocam oscilações ao equilíbrio de mercado. Aliás este autor vai mais longe, afirmando que em certos casos, o desemprego e a inflação podem variar no mesmo sentido (contrariando o principio inicial da curva de Phillips).

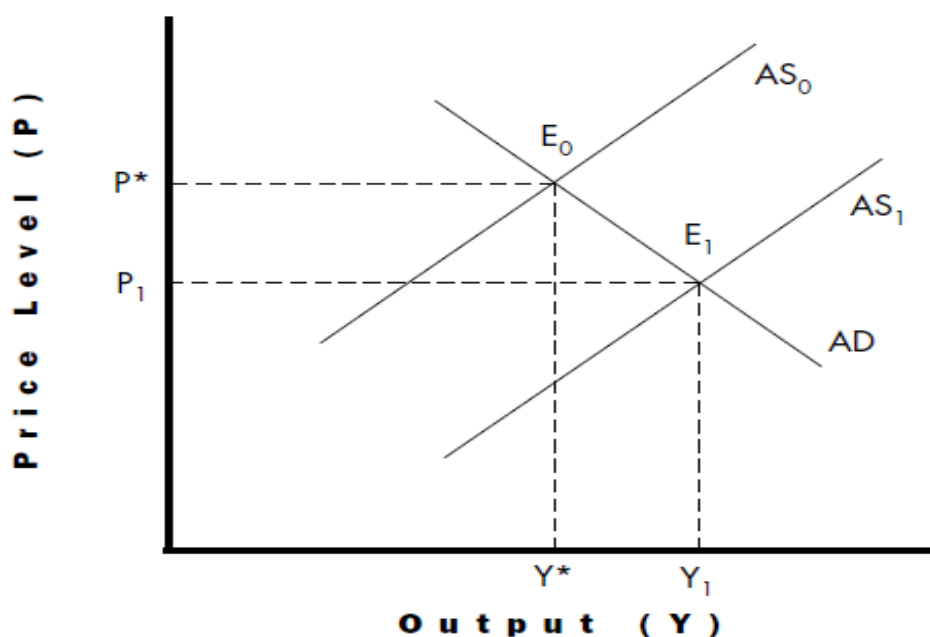
Gráfico II



Fonte: (Chang 1997)

Pelo gráfico, concluímos que um ajustamento da curva da procura agregada para cima e para a direita, leva a um ajustamento por parte dos salários nominais tardio (rigidez salarial), permite às empresas empregar mais trabalhadores para responder ao aumento da procura, que por seu lado conduz a que, um aumento dos preços implique um aumento da inflação. Neste caso o desemprego e a inflação variam em sentido inverso (aumento da inflação, diminuição do desemprego).

Gráfico III



Fonte: (Chang 1997)

Neste caso estamos perante um choque que determinou uma alteração da oferta agregada, passando de AS, para AS1 (aumento da produtividade). Estamos perante uma diminuição dos preços, que por definição significa uma diminuição da inflação. No entanto e curiosamente neste caso constatamos que este tipo de movimento por parte da curva da oferta agregada implica, contrariamente ao intuitivamente expectável, um aumento do produto (Y). Estamos perante uma situação onde a inflação e o desemprego variam no mesmo sentido (diminuição do desemprego e diminuição da inflação).

Choques pelo lado da oferta não terão de ser necessariamente positivos, podemos estar na presença de choques pelo lado da oferta negativos (contração da oferta agregada). O exemplo mais conhecido de choques pelo lado da oferta desfavoráveis foram os choques petrolíferos verificados em 1974 e 1979, altura em que a OPEP (Organização Países

Exportadores de Petróleo) estatuíram diminuir a produção do petróleo, tendo o seu preço nestes períodos praticamente duplicado (Mankwin 2005). Ora o aumento do preço do petróleo desencadeia uma reação em cadeia em termos económicos. Aumento do petróleo significa o aumento dos custos de produção, menos procura, diminuição das quantidades produzidas, que por sua vez levam a um aumento do desemprego. Por outro lado o elevado preço das matérias-primas será transferido para os preços apresentados ao consumidor final, representando um aumento da inflação. Estamos perante o fenómeno económico designado por estagflação (desemprego e inflação simultaneamente) (Dornbusch, et al. 2004). Gráficamente, no caso da estagflação, a diminuição da oferta agregada representa uma deslocação para a esquerda (diminuição da quantidade produzida e aumento do preço, que terá repercussões a nível da curva de Phillips traduzidas em mais inflação e mais desemprego). Esta situação apresenta-se para a ciência económica como um dilema, cuja solução não é única. Poderemos combater a inflação, através da diminuição da procura agregada. No curto prazo e pelo *trade-off* já analisado, será expectável um aumento da já de si elevada taxa de desemprego. Se decidirmos combater o desemprego através do aumento da procura agregada, verificar-se-á um aumento da já de si elevada taxa de inflação. Desta forma verificamos que no curto prazo e perante uma situação de estagflação, o trade-off entre desemprego e inflação mantém-se embora em condições mais desfavoráveis, decorrentes das elevadas taxas de desemprego e de inflação (Mankwin 2005).

De entre os fatores que podem atenuar ou esbater o *trade-off* entre inflação e desemprego, estão os choques favoráveis pelo lado da oferta (Pinto 1999), choques esses que se podem traduzir em:

- 1) Baixos preços dos produtos importados, sendo que se o acréscimo da procura for colmatado pela importação de produtos a baixos preços, vai diretamente influenciar a inflação por um lado, mas por outro vai igualmente obrigar os produtos nacionais concorrentes a manterem ou até mesmo baixar os preços dos seus produtos para os tornar competitivos.
- 2) Outro choque pelo lado da oferta limitador do trade-off entre desemprego e inflação está patente no aumento da produtividade, quer pela adoção de novos métodos organizativos, quer pela substituição dos trabalhadores por maquinaria,

através de serviços de out sourcing, ou através de formação de trabalhadores para manuseamento de nova maquinaria.

- 3) Por último o aumento da concorrência e da competitividade configuram-se como choques favoráveis pelo lado da oferta, com influência direta no esbatimento da relação inversa entre desemprego e inflação.

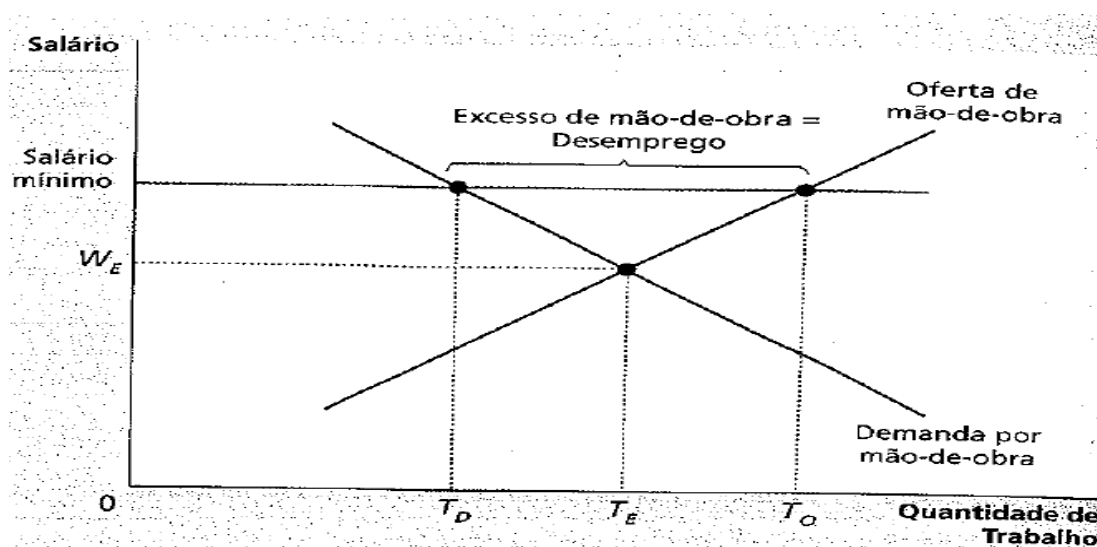
2.11. Sindicatos.

Com a Revolução Industrial surgiram duas novas classes sociais, nomeadamente a capitalista e o proletariado, que levaram à transformação das relações sociais em si mesmas. As duras condições de trabalho características deste período (elevado número de horas de trabalho, trabalho infantil, condições físicas das instalações fabris precárias) potenciaram o aparecimento de movimentos de trabalhadores organizados, com o intuito de reivindicarem melhores condições de trabalho.

A relação entre sindicatos e desemprego está longe de gerar consensos a nível da ciência económica . Os sindicatos assumem papel importante em termos económico-sociais, enquanto organizações representantes e defensoras dos direitos dos trabalhadores. Teoricamente de (Groot 2001)veriam ser organizações preponderantes na defesa dos interesses de todos os trabalhadores, mesmo aqueles que momentaneamente se encontrassem na situação de desemprego. No entanto, a realidade transmite uma imagem diferente, sendo dada primazia á defesa dos interesses dos trabalhadores que se encontram empregados, em detrimento dos desempregados. Este tipo de comportamento leva-nos a situações em que as ações sindicais e conseqüente resultado dessas mesmas ações consubstanciam comportamentos que poderão ser interpretados economicamente como perniciosas à criação de emprego.

A relação entre sindicatos e desemprego tem por base a formação do salário de equilíbrio, pelo que iremos definir salário de equilíbrio, como sendo o valor para o qual a quantidade de trabalho oferecida pelos trabalhadores coincide com a quantidade de trabalho procurada pelas empresas, para um determinado nível de salário (Mankwin 2005)

Grafico IV – Salário equilíbrio



Fonte: (Mankwin 2005)

No entanto a realidade nem sempre retrata esta situação de equilíbrio, podendo o salário real encontrar-se num ponto que poderá ser superior ou inferior ao valor de referência (W_E) com diferentes consequências económicas.

A atividade sindical é percebida por parte dos trabalhadores e empresas como uma forma de pressão, para desta forma conseguirem elevar o patamar dos seus direitos, entre os quais o seu nível salarial. Esta subida dos salários decorrente das ações sindicais, traduzidas em termos empresariais pelo aumento dos custos do fator trabalho é comumente apontada como geradora para o aumento do desemprego. Aliás o aumento dos custos do trabalho poderá gerar um aumento do desemprego por três vias (Pinto 1999):

- 1) Aumento dos custos do trabalho determinarão resultados económico-financeiros mais fracos por parte das empresas podendo levar em última instância ao encerramento de áreas de exploração.
- 2) O aumento dos custos do trabalho poderá levar dentro do possível à substituição do fator trabalho pelo fator capital.
- 3) Custos mais elevados com o fator produtivo trabalho implicam perda de competitividade dos produtos nacionais comparativamente com produtos importados, podendo levar ao aumento das importações.

Desta forma e pelo anteriormente descrito, vamos tentar perceber quais as consequências de salários superiores ao salário de equilíbrio no comportamento do desemprego e qual o papel desempenhado pelos sindicatos na determinação desse valor superior ao equilíbrio de mercado.

Figura I – Salário mercado superior ao salário equilíbrio



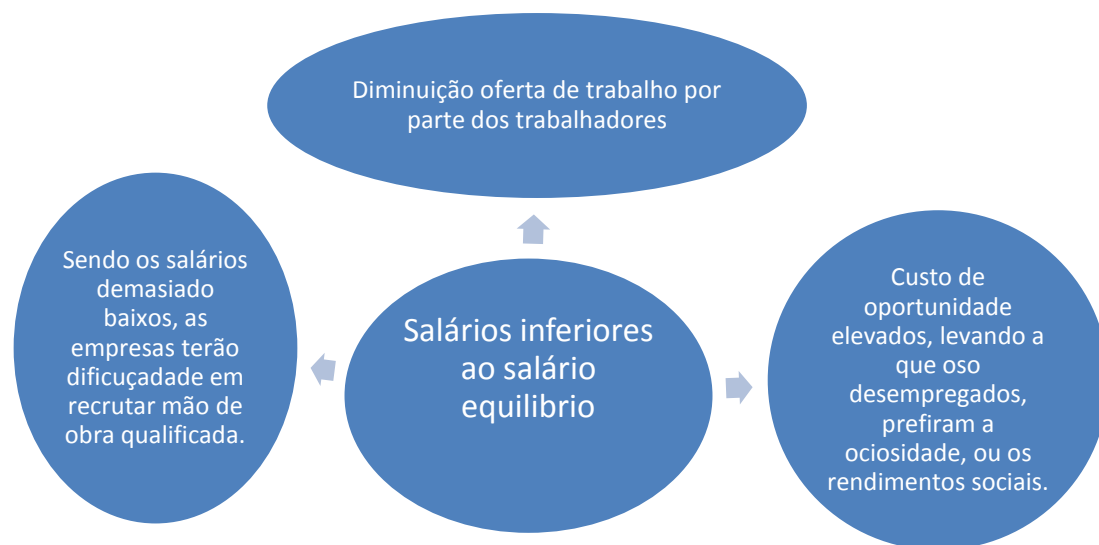
Empiricamente verificamos que, níveis de salários elevados provocam um aumento da oferta de trabalho por parte dos detentores da força de trabalho. As empresas tendo maior poder de escolha na altura de contratar trabalhadores, poderão optar por trabalhadores mais qualificados, que tendem a ser mais produtivos não só pela suas qualificações, mas igualmente pelo facto de serem trabalhadores com maior capacidade de adaptação a novas realidades, absorvendo choques e transformações na sua atividade profissional de forma mais rápida e eficaz do que trabalhadores não qualificados, mantendo indices de produtividade elevados. Todas estas características inerentes aos trabalhadores qualificados, conduzem a aumentos da produtividade, acarretando para a empresa mais e melhores resultados, tendo como consequência o aumento do investimento e consequente aumento do número de postos de trabalho.

A visão anteriormente descrita não tem a mesma interpretação por parte dos agentes económicos envolvidos. Salários superiores aos salários de equilíbrio redundam num

aumento dos custos por parte das empresas. Estes custos por sua vez, dependendo do país, sector ou ciclo económico em que nos encontramos, poderão ter diferentes abordagens. O aumento dos custos em situações depressivas ou em sectores de atividade altamente concorrenciais poderá ser um entrave à sua competitividade, ou em último caso poderá culminar no encerramento de determinadas áreas de exploração (aumentando desta forma a taxa de desemprego). Chegados a este ponto, a forma de voltarmos ao equilíbrio de mercado passa pela diminuição do nível salarial até o ponto de equilíbrio ser novamente retomado. Esta diminuição salarial necessária para retomarmos o ponto de equilíbrio não é fácil de se obter, devido em grande parte às forças de pressão exercidas pelos sindicatos. Constatamos pois que, níveis salariais elevados provocam uma distorção pelo lado da oferta, fomentando um aumento da mesma (Krugman, et al. 2007a). Inclusivamente aumentam o tempo médio de desemprego. Indivíduos desempregados, na tentativa de conseguirem trabalho melhor remunerado, estão dispostos a aguardar mais tempo sem trabalhar, investem mais tempo na espera, tendo no horizonte a perspectiva de conseguirem um trabalho com melhor remuneração. Outra consequência dos salários elevados prende-se com a deslocação de indivíduos de sectores e áreas de atividade com salários mais baixos, para outros em que o salário seja superior ao salário de mercado do seu sector (que poderá ser superior ao salário de equilíbrio). Todos estes fatores contribuem para uma tipologia de desemprego caracterizado pela oferta superior á procura – desemprego clássico (ver capítulo I).

E no caso de nos depararmos com salários de mercado inferiores ao salário de equilíbrio? Ora, esta situação tal como a descrita anteriormente insere-se na tipologia de desequilíbrios com implicações diretas no desemprego. Esta situação contribui para uma diminuição dos custos de produção, estimulando um potencial aumento dos resultados económico-financeiros das empresas, consentindo desta forma investimentos na criação de novos postos de trabalho traduzidos pela conseqüente diminuição do desemprego. A posição dos sindicatos, na defesa e reivindicação de salários pressionará os salários no sentido ascendente até ao valor de equilíbrio, tendo como reverso da medalha o aumento do desemprego (aumento dos custos de produção, diminuição dos resultados das empresas, eliminação de áreas de exploração e conseqüente desemprego).

Figura II – Salário mercado inferior ao salário equilíbrio



Quando estamos na presença de salários de mercado inferiores ao salário de equilíbrio, constatamos que muito do desemprego existente é voluntário. O custo de oportunidade do trabalho é demasiado elevado, não compensando a troca de lazer por trabalho. Perante o nível de salários praticados a oferta de trabalho por parte das famílias é inferior à verificada numa situação de equilíbrio, pelo que as pessoas preferem a ociosidade ao trabalho (Samuelson, et al. 2005). A diminuição da oferta de trabalho manifesta-se para as empresas numa dificuldade crescente em contratar fator produtivo trabalho revelando-se numa perda de capacidade seletiva dos trabalhadores, traduzindo-se essa falta de arbítrio numa contratação de força de trabalho pouco criteriosa, cujas características dos trabalhadores não se adequam às oportunidades de trabalho existentes. Esta falta de coincidência entra as oportunidades de trabalho e as características dos trabalhadores materializa-se não raras vezes em perdas de produtividade, com as consequências a nível competitivo decorrentes (diminuição), por sua vez interligados a diminuições dos resultados empresariais possivelmente culminando na eliminação de áreas de exploração que não sejam rentáveis, aumentando o desemprego.

A relação de trabalho entre empresas e trabalhadores vai além da determinação do salário. Existem outras componentes envolventes, tais como o horário de trabalho, horas extra, plano de promoções, plano de férias, plano de saúde, pelo que o papel dos sindicatos enquanto representantes dos trabalhadores permite a nível negocial um maior equilíbrio e uma maior homogeneização das condições de trabalho decorrentes da manifestação da vontade da maioria.

Um dos argumentos favoráveis à ação dos sindicatos prende-se com o equilíbrio negocial que os mesmos transmitem (Mankwin 2005). Sendo a relação entre empresas e sindicatos, pautada por uma constante luta de poder, o tão desejado equilíbrio de mercado será mais fácil de obter se o poder negocial entre as partes estiver equilibrado, daí a importância da existência dos sindicatos.

Não podemos contudo dissociar a evolução da atividade sindical do progresso que tem caracterizado as alterações das relações laborais observadas ao longo dos tempos. De uma forma retrospectiva, relativamente à força de trabalho, podemos afirmar que ao longo do século XIX esta caracterizava-se fundamentalmente pela sua indiferenciação. No entanto, a sua evolução ao longo do século XX conduziu à consciencialização da existência de outros fatores que poderiam potenciar o comportamento do fator trabalho, tais como a educação, o conhecimento, as competências, a motivação entre outros. Por seu lado o século XXI tem-se traduzido por uma nova visibilidade e dimensão de certos elementos, tais como o capital humano, capital intelectual, gestão do conhecimento e intangíveis. Fatores que passaram a adotar papel fundamental no valor das empresas, visto que a metodologia de avaliação para além de conceber uma parte tangível concebe igualmente uma intangível. Esta última ganhou uma maior relevância, resultante da nova dimensão dada aos fatores anteriormente mencionados.

O investimento por parte dos trabalhadores em formação, capital humano e capital intelectual (remetemos estas definições para o ponto 2.3. e 2.4.), conduz à diferenciação entre trabalhadores. Esta heterogeneidade conduziu dentro da classe anteriormente descrita como proletariado (detentora da força de trabalho) ao aparecimento de subclasses sendo as ordens profissionais um exemplo disso mesmo. Apesar da coabitação na maior parte das vezes pacífica entre Ordens profissionais e sindicatos, existem algumas especificidades próprias de cada um destes tipos de organizações de trabalhadores. Os sindicatos tendem a ser mais abrangentes na defesa dos direitos dos trabalhadores. Regra geral defendem interesses de sectores de atividade, ignorando especificidade de certas profissões. Por seu lado, as Ordens são tidas como organizações representantes de mão-de-obra qualificada limitadoras no que à oferta de trabalho diz respeito, através da criação de requisitos que os trabalhadores têm que preencher para desempenhar determinada profissão, assumindo-se muitas vezes como lóbis, com elevado poder negocial. Dentro desta dinâmica de novas instituições representantes dos trabalhadores com diferentes competências das abrangidas pela atividade sindical, restringindo inclusivamente o acesso ao desempenho de

determinadas profissões, os sindicatos vão perdendo poder de representatividade da generalidade dos trabalhadores e por conseguinte poder reivindicativo, para as Ordens profissionais.

Fruto da integração económica europeia, muitas das decisões com abrangência em termos de mercado de trabalho não são determinadas na esfera de decisão nacional, sendo determinadas por Bruxelas. Desta forma, em termos sindicais para que estes não percam poder de influência torna-se necessário ganharem dimensão Europeia (Sindicatos Europeus, Confederação de Sindicatos).

Em jeito de conclusão, deixamos no ar a questão: fará sentido manter exigências a nível de aumentos salariais que se traduzam num aumento do desemprego? Pelo exposto, concluímos que tal como afirmamos na parte inicial desta abordagem (papel dos sindicatos e a sua influência no desemprego) os sindicatos são preponderantes na defesa dos direitos dos trabalhadores empregados, em detrimento dos trabalhadores desempregados. Assim sendo, as ações levadas a cabo pelos sindicatos como forma de pressão, no sentido de melhorar as condições de trabalho para os trabalhadores pode-se revestir de várias formas, tais como:

- a) Diminuição do número de horas trabalhadas.
- b) Defesa de subsídios de desemprego cada vez mais elevados, por períodos de tempo cada vez mais longo.
- c) Reivindicação de salários mínimos muitas das vezes superiores ao salário de equilíbrio.

Todos estes fatores são potencialmente geradores de uma menor flexibilidade do mercado de trabalho influenciando negativamente a procura e a aceitação de emprego, podendo contribuir para o aumento do tempo de permanência no desemprego, traduzidas pela criação temporária de uma zona de segurança com implicações diretas no número de desempregados. (Pinto 1999).

Pelo anteriormente exposto podemos afirmar que os sindicatos e as ordens profissionais, enquanto agentes económicos intervenientes na determinação dos salários de mercado, contribuem para uma “afetação distorcida de recursos” (Samuelson, et al. 2005), podendo

o seu contributo revelar-se nocivo para a criação de emprego, principalmente pela rigidez salarial resultante de toda a envolvimento da atividade sindical.

2.12. Legislação laboral

A partir dos anos 60/70, a igualdade dos cidadãos assume toda uma nova dimensão. Como resultado de toda esta nova dimensão surgiram diversos fatores sociais com implicações económicas. Este novo regime de igualdade acarretou um aumento da carga fiscal, de forma a permitir a existência de prestações sociais cada vez mais generosas. Na verdade todas estas políticas sociais consubstanciadas em princípios igualitários provocaram ao longo do tempo alguns efeitos perversos em termos económicos, tais como a diminuição do número de horas trabalhadas (que contribuiu até certo ponto para uma perda de produtividade), restrições legais no que ao despedimento diz respeito, aumento da duração e facilidade no acesso do subsídio de desemprego e salário mínimo (Siebert 1997).

No que à regulamentação laboral diz respeito, o seu fundamento inicial relacionava-se com a proteção e melhoramento das condições do trabalho. No entanto e por mais paradoxal que possa parecer esta mesma proteção dos trabalhadores é apontada como fator inibidor da criação de emprego, uma vez que se poderá revestir na forma de custos acrescidos para as empresas. Esta forma de protecionismo resultante da legislação laboral poderá funcionar por um lado como um entrave à contratação de novos trabalhadores e por outro lado poderá igualmente dificultar a capacidade de adaptação das empresas a ambientes económicos voláteis decorrentes de uma economia imbuída em processos de inovação tecnológica e organizacionais característicos da globalização.

Uma outra abordagem relativa à legislação laboral coloca o enfoque nos efeitos paradoxais resultantes da legislação laboral, pelo que podemos argumentar que a proteção legal apenas abrange quem está no sistema (empregado). Além de que poderá consubstanciar numa maior dificuldade da entrada de novos trabalhadores, pela limitação e criação de postos de trabalho como resultado da dificuldade de recorrer à figura legal do despedimento, pelo que na hora de criar novos postos de trabalho estes fatores serão tidos em conta podendo funcionar como um desincentivo à sua criação.

A legislação laboral pode assumir diversas feições, limitação do tempo de trabalho, formas de remuneração fixas e variáveis (dependentes do desempenho profissional de cada um), estipulação de prestações sociais para indivíduos que se encontram na situação de desempregado, determinação de salário mínimo, pelo que algumas destas regras legais vão

resultar no aumento dos custos de trabalho. O estabelecimento do salário mínimo é disso um exemplo claro. Caso não existissem mínimos legais a cumprir em termos salariais, eventualmente o desemprego seria menor, isto se considerarmos que podem existir indivíduos dispostos a trabalhar a um preço inferior ao legalmente determinado (salário mínimo). Regra geral o salário mínimo irá fazer com que os valores dos salários em geral aumentem.

O subsídio de desemprego apesar de poder ser considerado como prestação social, poderá igualmente ser considerado legislação laboral. Em termos de efeitos a nível de mercado de trabalho, a existência do subsídio de desemprego, permite que indivíduos que se encontram desempregados sejam mais seletivos nas escolhas de novas oportunidades de emprego, podendo inclusivamente recusar algumas oportunidades que surjam, devido ao facto de terem parte do seu rendimento assegurado (através de prestações sociais na forma de subsídio de desemprego). Períodos prolongados de subsídios de desemprego, regra geral traduzem-se em períodos de inatividade igualmente prolongados (Nickell 1997).

Salários mínimos, benefícios sociais em caso de desemprego, constrangimentos legais, número máximo de horas de trabalho, são potenciais fatores causadores da rigidez do mercado laboral. Segundo esta linha orientadora, bastaria liberalizar o mercado de trabalho tornando-o mais flexível, reduzindo desta forma o desemprego. No entanto alguns estudos recentes (Galbraith and Garcilazo 2010) vêm contradizer o comumente aceite, sugerindo que a liberalização poderá estar associada ao aumento do número de desempregados. Segundo Galbraith e Garcilazo, a liberalização traduzir-se-á num aumento das disparidades sociais, resultantes da discrepância de salários dos trabalhadores qualificados e não qualificados ou pouco qualificados, conducentes por sua vez a um agravamento do desemprego e a uma realidade onde a quantidade de empregos pouco qualificados com baixa remuneração é excedentária, ao invés da escassez de oportunidades de emprego com elevada remuneração. Perante esta conjuntura constatamos que indivíduos detentores de formação média ou superior tendencialmente rejeitam oportunidades de emprego com baixa remuneração e quanto maior for a diferença salarial, mais tempo eles estarão dispostos a esperar por um emprego com elevada remuneração.

Toda esta interligação entre rigidez e flexibilização do mercado de trabalho com o desemprego é extremamente complexa, podendo daqui resultar dois tipos de argumentação. Por um lado a argumentação dos trabalhadores, segundo os quais a perda de emprego acarreta custos diretos e indiretos, pelo que devem beneficiar de regulamentação

protecionista de forma a dificultar o despedimento (na ausência de motivos válidos). Por outro lado, as empresas ao esgrimir o argumento da existência de proteção excessiva dos postos de trabalho, pretendem realçar eventuais constrangimentos por parte das empresas na decisão de contratarem mão-de-obra, sendo como é óbvio mau para a economia, pois estamos a falar num fator limitador da criação de novos postos de trabalho.

A flexibilização surge como resposta à rigidez provocada pela legislação laboral e com o crescente número de desempregados, a sua pertinência está cada vez mais na ordem do dia. Não obstante a sua atualidade, é um tema que não reúne unanimidade de opiniões, sendo muitas delas extremadas. Por essa razão parece-nos antes do mais necessário distinguir “flexibilização” de “desregulamentação”. Por flexibilização entendemos a possibilidade de trabalhadores e empresa estabelecerem acordos diretamente, ou através das respetivas entidades representantes (sindicatos, ordens, camaras), preenchendo de forma mais abrangente as necessidades de cada uma das partes. Por desregulamentação entendemos que seja a falta ou ausência de regras. Ora quando falamos de flexibilização estamos a referir a um fator que se pretende contributivo para a solução de problemas de mercado de trabalho relacionados com a rigidez do mesmo sendo que, neste caso a rigidez está inerente a regras limitadoras e constrangedoras, referentes muitas das vezes a realidades sociais, umas que já não se verificam e outras que estão em vias de desaparecimento, ou mesmo existindo estão obsoletas. Até que ponto alguns dos direitos adquiridos não serão prejudiciais para os trabalhadores na conjuntura económica atual?

Quando falamos de flexibilização não nos referimos à abolição dos direitos dos trabalhadores. Existem limites que devem ser assegurados pelo Estado, através da legislação.

No entanto, é igualmente inegável a existência de especificidades decorrentes dos ciclos económicos, avanços tecnológicos, com algumas particularidades muito próprias de determinadas indústrias e sectores económicos que deverão na nossa perspectiva ser tidas em conta. Convém mais uma vez realçar que flexibilidade poderá coexistir com direitos por parte dos trabalhadores, sendo a capacidade de resposta a uma realidade que se encontra em constante mutação o fator que poderá ditar a competitividade de uma economia.

No fundo pretendem-se criar mecanismos que permitam uma rápida adaptação mediante as necessidades de produção das empresas, através por exemplo de contratos a termo, ou horários de trabalho flexíveis. Da mesma forma a possibilidade das empresas ajustarem o

seu quadro de pessoal a oscilações e conjunturas de mercado, através de maior facilidade no despedimento, ou através da possibilidade de alargamento dos prazos dos contratos a termo, sem nunca esquecer os direitos dos trabalhadores garantindo a validade dos critérios através dos quais os trabalhadores possam ser dispensados. Não menos importante é a flexibilidade financeira, consistindo esta na possibilidade das empresas substituírem a remuneração fixa, por um tipo de remuneração variável, mediante o desempenho de cada trabalhador (Pinto 2007).

Algumas destas formas de flexibilização já existem e estão previstas no código trabalho, tais como:

- ✓ Banco de horas, segundo o qual é possível acumular num “banco” as horas trabalhadas além do horário laboral. Este tempo pode ser depois gozado, pago em dinheiro, ou ambas, conforme artigo 208.º do Código do Trabalho.
- ✓ Horários concentrados ao abrigo dos quais é possível concentrar em menos de cinco dias seguidos o n.º de horas previstas no horário semanal, estendendo o fim-de-semana por mais tempo, conforme art.º 209.º do Código do Trabalho.

O modelo dinamarquês é tido como um exemplo de reestruturação competitiva das regras do mercado de trabalho. De forma sucinta, este modelo consiste num aumento da flexibilidade efetiva dos despedimentos, sem precariedade do emprego. Segundo o sistema dinamarquês, apesar da existência de facto de uma maior facilidade em despedir trabalhadores por parte das empresas, a contraparte surgiu na forma de vigorosas políticas ativas (formação profissional e medidas concretas que auxiliam os desempregados a encontrarem novamente emprego) e passivas (subsídio de desemprego vantajoso apesar das medidas mais restritivas de acesso). Desta forma a Dinamarca conseguiu que a rotação de empregos por ano seja de 30%, para além de que o tempo que um desempregado demora a encontrar um novo emprego varia entre três e seis meses e o rácio de desempregados de longo prazo é de um em cada dez (Pinto 2007). Estes números reforçam o argumento da importância da existência de um mercado flexível apesar de termos a consciência de que a transposição dos mecanismos de sucesso do modelo dinamarquês não possa ser aplicada a todos os mercados de trabalho, português incluído, pela existência de diversos fatores. No caso específico português a dificuldade da aplicabilidade do modelo

dinamarquês resulta de fortes restrições orçamentais, que impossibilitam a aplicação de medidas ativas e passivas inerentes. A aplicação das referidas medidas só seria possível através da elevação do nível de fiscalidade, situação pouco recetiva por parte da população. Além das questões financeiras, surgem também questões culturais, tais como a corrupção, fraude e a dificuldade no cumprimento de normas, que se revelam igualmente como um entrave à aplicabilidade do modelo dinamarquês,

Mercados de trabalho flexíveis, são mais vantajosos para a mão-de-obra qualificada, que pelas características inerentes terá menos dificuldade em encontrar novos postos de trabalho. Já no que respeita à mão-de-obra pouco qualificada, em mercados de trabalho cuja possibilidade de despedimento é de certa forma facilitada, uma vez encontrados na situação de desemprego, terão mais dificuldade em sair da mesma, sendo esperado que muitos não retornem ao mercado de trabalho e outros se transformem em desempregados de longa duração. Desta forma, mercados de trabalho menos flexíveis, com maior proteção legal, têm por objetivo proteger classes laborais mais frágeis (mulheres, jovens e mão de obra pouco qualificada), ao passo que a flexibilização do mercado de trabalho, surte efeito (pelo menos a nível de dinâmica) em mercados de trabalho compostos por mão-de-obra maioritariamente qualificada

2.13 Políticas sociais

O desemprego tem sido uma realidade com a qual, um cada vez maior número de pessoas tem contactado, assumindo particular importância o desemprego de longa duração que tem vindo a aumentar, acarretando constrangimentos pessoais (nomeadamente a nível de saúde física e psicológica) e sociais (no que respeita às transferências sociais prolongadas implícitas ao desemprego de longo prazo).

A problemática dos fatores explicativos do desemprego assume uma componente motivacional, arrogando que o mesmo surge como resultado de um défice motivacional, que por sua vez está inter-relacionado com os benefícios decorrentes do “Estado Social” (Gallie 2004).

A exclusão social é outra vertente abordada por Gallie, segundo a qual os constrangimentos decorrentes do estado de desempregado conduziriam a uma espiral negativa com sentido descendente, por sua vez potenciadoras de situações de pobreza e consequentemente de exclusão social. Por exclusão social entendemos como sendo a

existência de múltiplas desvantagens traduzidas na marginalização decorrentes de situações de pobreza, alheamento do mercado de trabalho, isolamento social propensas a um ciclo vicioso (Gallie 2004). Em termos práticos, tudo começará com a perda de emprego, conducente a variados cortes a nível económico afetando o padrão de vida dos indivíduos, aumentando o risco de pobreza, por si só limitativa dos recursos económicos necessários ao investimento pessoal como forma de aumentar as possibilidades de emprego. Esta sequência de acontecimentos agravaram a situação de desemprego, para desemprego de longa duração, traduzindo-se por um lado numa diminuição crescente dos recursos e por outro lado potenciando uma menor participação na vida social, reduzindo laços sociais (marginalização). Chegados a este patamar estão reunidas as condições necessárias para a exclusão social. Todo este ciclo vicioso despoletado pela diminuição dos rendimentos poderá ser de certa forma compensado com as ajudas do Estado aos indivíduos desempregados, minorando os possíveis impactos sociais causado pelo desemprego. No entanto esta solução não resolve a totalidade do problema, uma vez que existe toda a questão relacionada com o stress psicológico traumatizante inerente à condição de desempregado (Whelan, Hannon and Creighton 1991).

As pressões cada vez maiores em relação à redução dos défices orçamentais, a nível Europeu, são temas prementes das agendas económicas dos países da zona euro. Desta forma e do lado das receitas o espaço de manobra é cada vez mais limitado face às taxas e impostos já de si elevadas. Um dos caminhos apontados para o equilíbrio orçamental está relacionado com a diminuição das despesas públicas associadas aos sistemas de proteção social. Este elemento que se pretende de auxílio aos indivíduos que dele necessitem transformou-se num ponto de discórdia, apontado como um das causas do fraco crescimento económico e desemprego. A questão dos benefícios sociais no que aos desempregados diz respeito poderá desencadear efeitos perversos, na medida em que maiores níveis de benefícios sociais têm como contrapartida cargas fiscais mais elevadas, que por sua vez terão um impacto negativo no que aos custos de trabalho dizem respeito, causando um aumento do desemprego. No entanto estamos longe de conseguir convergência de opiniões relativas á existência de evidências negativas decorrentes da intervenção do Estado, até porque esta mesma intervenção terá de ser contextualizada em termos de avaliação, designadamente a nível social.

Transferências sociais atribuídas pelo Estado a indivíduos que se encontrem na situação de desempregado, visam colmatar diminuições de meios financeiros, pelo que a existência de

rendimentos atribuídos pelo Estado ainda que em montantes inferiores aos da condição de empregado, provocam sempre um determinado efeito substituição. No fundo a diferença entre o rendimento do indivíduo empregado e o rendimento proveniente de transferências sociais no caso de desemprego, vai pesar no processo decisório de procurar um novo emprego, motivar a sua manutenção, ou pelo contrário optar por continuar desempregado. No entanto não serão apenas estes dois elementos a serem levados em consideração, outros influirão na determinação do efeito substituição, tais como (Centeno and Novo 2007):

- a) Despesas inerentes ao estado de empregado, tais como deslocações, vestuário alimentação.
- b) Custos com creches e/ou amas, no caso de existirem dependentes. Além dos rendimentos brutos, há todo um conjunto de interligações a nível de custos que deverão ser levados em conta, conduzindo a uma análise do efeito substituição líquido. Sendo que os apoios sociais variam de país para país, da mesma forma o efeito substituição irá ser maior ou menor, consoante os países.

2.14 Movimento de capitais, e deslocalização de empresas multinacionais.

Antes de começarmos a nossa abordagem relativa à temática em questão, convém antes do mais definir convenientemente “empresas multinacionais”. Podemos considerar como multinacionais as empresas que tem a sua sede num país e filiações ou subsidiárias num outro país ou em mais do que um país (Hijzen and Swaim 2008).

Pelas suas características intrínsecas, as multinacionais são mais suscetíveis a fenómenos provenientes da globalização, alterações das condições dos mercados mundiais em termos competitivos, avanços tecnológicos, políticas concorrenciais, além de fatores internos tais como políticas comerciais e organizativas. Confrontadas com toda esta dinâmica interna e externa, as multinacionais estão cada vez mais disponíveis para proceder a possíveis alterações das suas capacidades produtivas passando pela deslocalização dos fatores produtivos, nomeadamente o fator trabalho.

Estamos perante uma temática muito pouco consensual. Por um lado há quem considere esta movimentação um processo natural de adaptação das empresas às condições de mercado, havendo lugar apenas a uma transferência de postos de trabalho de um país para outro. No entanto e não obstante, não é menos verdade que esta transferência acarreta efeitos práticos no mercado laboral de origem e de destino.

A argumentação de que os postos de trabalho são maioritariamente assegurados pelas pequenas e médias empresas em detrimento das grandes empresas é em parte falaciosa. O estabelecimento de uma multinacional numa determinada região potencia a criação de postos de trabalho diretos, assim como indiretos provenientes da criação de *clusters*. Se por um lado é verdade que as pequenas e grandes empresas têm grande responsabilidade na criação de emprego, não é menos verdade que muitas delas prosperam devido à existência das multinacionais e toda a cadeia de sinergias positivas que daí advém. Desta forma, as economias não podem depender apenas das pequenas e médias empresas. Além de que, a existência de uma rede de pequenas e médias empresas quer a jusante, quer a montante de uma determinada indústria pode ser fator influenciador no processo decisório de estabelecimento de uma multinacional numa determinada região (Morley 2009). Não sendo fator único, existem outros influenciadores do processo de deslocalização, tais como:

- I. Custos do fator trabalho. Este fundamento é de elevada importância e em muitos casos decisivo nas tomadas de decisão das multinacionais. Não obstante a sua importância, esta revela-se preponderante essencialmente no caso das empresas manufatureiras. Outras existem em que o custo do fator trabalho não é considerado prioritário no processo de tomada de decisão.
- II. Qualificação da mão-de-obra. Para empresas a laborar em sectores tecnologicamente avançados, torna-se essencial que a mão-de-obra preencha os requisitos que as empresas considerem necessários. Além da qualidade, a quantidade de trabalhadores qualificados que assegurem as eventuais necessidades é também um fator a ter em consideração.
- III. Capacidade logística, meios de transporte, vias de comunicação, proximidade de portos marítimos, são também fatores considerados nos processos decisórios das multinacionais.
- IV. Legislação laboral. A existência de um enquadramento legal mais ou menos flexível irá influenciar o número de trabalhadores inicialmente contratados por parte das multinacionais. Legislações mais rígidas no que respeita aos despedimentos irá diminuir o número de contratações iniciais. Sistemas mais

flexíveis permitem que as empresas contratem mais trabalhadores sem estarem excessivamente preocupadas com eventuais ónus provenientes de processos de despedimento.

- V. Maior ou menor proximidade com mercados em desenvolvimento, com elevado potencial de crescimento económico e comercial.
- VI. Estabilidade política.
- VII. Incentivos fiscais, como forma de atrair investimento direto estrangeiro.

Expostos os fatores, convém clarificar que não existe uma ordem hierárquica para os mesmos. Estes são apenas alguns dos muitos vetores que as empresas consideram no seu processo decisório de deslocalização, pelo que a quantidade de elementos analisados, bem como a ordem hierárquica irá depender antes do mais do sector de atividade a que a empresa pertence, bem como das políticas estratégicas e comerciais das mesmas.

Mas serão as multinacionais capazes de gerar mais empregos? Empregos mais bem pagos? Com melhores condições e práticas de trabalho? Ou pelo contrário serão responsáveis pela falta de progresso fruto da sua hipotética ganância?

A presença de multinacionais num determinado país levanta incontornavelmente o dilema das vantagens e desvantagens da presença das mesmas, sendo que em nosso entender as vantagens ficam-se maioritariamente pelo país anfitrião, ao passo que as desvantagens assumem destaque nos países de origem.

Relativamente aos países anfitriões, a presença das multinacionais pode-se traduzir:

- i. Melhorias salariais. Empresas estrangeiras tendem a pagar salários mais elevados, sendo a diferença salarial tanto maior quanto menor for o grau de desenvolvimento do país. Isto acontece devido á questão da maior produtividade evidenciada pelas multinacionais relativamente às nacionais. Este incremento de produtividade, pode ser explicado em parte por um maior *know-how* tecnológico, além da melhor organização. Por outro lado esta melhoria salarial por parte das multinacionais consubstancia-se na forma de salário de eficiência (Krugman, et al. 2007a).
- ii. As condições de trabalho são outro aspeto a ter em consideração. Relativamente a este, e apesar da literatura existente apontar numa melhoria das condições de

trabalho decorrentes da compra de empresas nacionais por multinacionais, segundo (Hijzen, et al. 2008) esta situação nem sempre acontece. As multinacionais tendem a adaptar-se às condições de mercado em vez de impor as suas próprias condições, tendo em conta constrangimentos legais existentes nos países anfitriões.

- iii. Apesar da adaptação das multinacionais às condições de trabalho locais, a sua organização difere, bem como o *know-how* e conseqüentemente a produtividade. Estes fatores poderão influenciar positivamente as empresas nacionais, uma vez que estas tendencialmente irão copiar os métodos de trabalho.
- iv. Outro aspeto positivo decorre da cooperação que as multinacionais tenham com os seus fornecedores locais, através da passagem de tecnologia, exigindo padrões de qualidade elevados, ou mesmo criando códigos de conduta a que os seus fornecedores estão sujeitos.
- v. Além dos aspetos abordados anteriormente, a simples concorrência acarreta por si só a vantagem das empresas locais procurarem eliminar ineficiências das suas estruturas de forma a conseguirem assegurar a competitividade no mercado.
- vi. A nível do mercado de trabalho a chegada de multinacionais a um determinado país pode influenciar a procura e a oferta de trabalho. Por um lado, a expansão das atividades das multinacionais num determinado país levam a um aumento da procura de trabalho, aumentando desta forma os salários. Por outro lado, expectativa de melhores condições de trabalho e de salários mais elevados, leva a que as empresas nacionais para não deixarem sair os seus colaboradores tenham que aumentar os seus salários.

Quanto aos países dos quais as multinacionais se deslocalizaram, é evidente a diminuição dos postos de trabalho com todas as conseqüências económico-sociais decorrentes.

2.15. Políticas ativas de emprego

Políticas ativas de emprego, inserem-se no objetivo de minimização dos custos económicos, pessoais e sociais provocados pelo desemprego. Apesar das políticas ativas serem o cerne deste ponto, convém fazer uma breve abordagem das políticas de emprego passivas, não menos importantes e em muitos casos inclusivamente complementares.

Estas visam fundamentalmente assegurar uma fonte de rendimentos para indivíduos que se encontrem desempregados, pretendendo-se desta forma, que a procura de novo emprego se possa estabelecer num ambiente condigno de alguma estabilidade financeira e emocional. No seio desta Tipologia de medidas, a principal medida com carácter instrumental reveste-se sob a forma do subsídio de desemprego. Este possibilita que no caso de alguém ser despedido e vendo-se na iminência de perda dos seus rendimentos, consiga de forma transitória uma fonte de rendimento alternativo. No entanto, esta garantia de substituição de rendimentos poderá acarretar efeitos perversos como o caso do denominado “*moral hazard*”, que se traduz no risco resultante da estabilidade garantida pelo subsídio de desemprego, levando a que os trabalhadores sejam menos temerários de uma eventual situação de desemprego podendo deste forma influenciar negativamente o seu comportamento (Centeno and Novo 2008). Por outro lado e numa situação de desemprego, havendo a garantia de uma fonte de rendimento alternativa, esta poderá conduzir à ocorrência de períodos de desemprego mais longos do que aqueles que eventualmente ocorreriam caso não existisse subsídio de desemprego. Outro efeito perverso consequente da atribuição do subsídio de desemprego, relaciona-se com o custo dos períodos de ócio. Indivíduos desempregados vão exigir salários mais elevados uma vez que a diferença entre os rendimentos provenientes por via de subsídios e os rendimentos resultantes do fator trabalho terá de ser suficiente para o que o trabalho compense, caso contrário preferem a ociosidade.

Em termos fiscais atestamos a amplificação dos efeitos perversos ao não tributar os rendimentos provenientes dos subsídios e agravando excessivamente em termos de carga fiscal os rendimentos provenientes do trabalho, se bem que a tendência atual passa pela correção desta situação. Estatisticamente a tendência aponta no sentido do aumento do tempo de duração do desemprego, à medida que aumenta o tempo de duração ou o valor do mesmo (Centeno, et al. 2008).

Políticas de emprego		
Ativas	- Medidas que permitam a aproximar as características da oferta às exigências da procura – Formação.	
	- Vantagens fiscais à contratação de trabalhadores - Emprego público - Incentivos financeiros à criação do próprio emprego	
Passivas	Subsídio de desemprego	
	Consequências positivas	Consequências negativas
	-Maior estabilidade financeira e emocional -Proporciona uma maior pesquisa no intuito de conseguir encontrar procura coincidente com a oferta	- <i>Moral Hazard</i> -Efeito substituição -Períodos de desemprego mais prolongados

Mas nem todos os efeitos decorrentes da existência de uma política de subsídios de desemprego são nefastos. A garantia de um suporte financeiro permite aos potenciais candidatos que estejam em transição entre empregos uma maior estabilidade em termos económicos e pessoais, possibilitando uma pesquisa mais seletiva na procurar de um emprego que melhor se adapte às suas características pessoais, profissionais e que melhor preencha as suas expectativas e ambições, com melhores condições de trabalho e melhores condições remuneratórias.

Não querendo minorar as potencialidades das políticas passivas a abrangência das políticas de emprego só estarão completas quando complementadas com medidas ativas.

Relativamente às políticas ativas, estas pretendem sobretudo criar uma maior dinâmica em termos de transição do estado de desempregado para o estado de empregado, podendo assumir diversas formas. Uma das formas de incentivar esse dinamismo passa pela correspondência entre as características da oferta à procura, suprimindo défices de carácter escolar e formação profissional nomeadamente nos trabalhadores jovens.

A relação entre desempregados e as suas qualificações vai ditar muito do comportamento destes no mercado de trabalho, pelo que o abandono escolar prematuro poderá conduzir a situações de desemprego e eventualmente marginalização social. Daqui advém a importância das políticas ativas de emprego, através de medidas que possibilitem colmatar lacunas em termos das qualificações escolares, profissionais e até mesmo sociais.

A constante mutação do mercado de trabalho em termos de qualificações e competências necessárias para aceder a um emprego, eleva a importância das políticas ativas, na tentativa de adaptar as características da oferta com os requisitos da procura. Também já referido no ponto 2.8 desta nossa dissertação, onde abordamos a questão da desindustrialização e dos serviços, a tendência crescente da transferência de postos de trabalho do sector industrial para o sector de serviços aumentou a exigência em termos de características intelectuais. Desta forma a importância das qualificações escolares e profissionais foram elevadas a um patamar superior.

Em países como Portugal, onde a escolaridade obrigatória foi ao longo dos anos baixa e com elevadas taxas de abandono escolar, constatamos que muitos trabalhadores encontram-se na condição de desempregado, uma vez que não conseguem preencher os requisitos necessários em termos de qualificações escolares e profissionais, para as profissões disponíveis. Assim, políticas ativas que perseguem o objetivo de colmatar lacunas a nível escolar e mesmo profissional, assumem tanto ou mais importância, quanto maior for o fracasso do sistema educacional. Além de que, mesmo com as constantes alterações no sentido ascendente do número de anos mínimos de escolaridade obrigatória, este fator só produzirá efeitos passadas gerações. A título de exemplo, em Portugal a escolaridade obrigatória para indivíduos hoje com 46 ou mais anos é a 4.^a classe. Para indivíduos entre os 31 e os 46 anos a escolaridade obrigatória é o sexto ano (Pedroso, et al. 2005).

Ainda relativamente a Portugal, por volta dos anos 80, em termos de qualificações escolares, a preocupação centrava-se na ausência de formação profissional por parte do sistema educacional. Como resultado desta omissão em termos de ensino, surgiu um sistema formativo de carácter técnico a nível do ensino não superior de forma a levar jovens a concluir o 9.^o ano de escolaridade. Este sistema evoluiu para um outro cuja finalidade passaria pela conclusão do ensino secundário e formação profissional. Desta forma e sendo os jovens não qualificados uma população de risco em termos de exclusão social a prazo, as políticas ativas pretendem suprir as carências a nível de qualificações profissionais e escolares (Pedroso, et al. 2005). No âmbito das políticas ativas de emprego, há ainda a destacar o papel dos serviços públicos de emprego, assumindo primordial importância na tentativa de compatibilizar a oferta com a procura de emprego.

Os incentivos ao emprego são uma outra forma de políticas ativas. Com a atribuição destes incentivos pretende-se garantir a contratação de determinados grupos tidos como

desfavorecidos em termos de oportunidades de trabalho. Estes incentivos podem-se revestir de vantagens fiscais, traduzidas pela redução de contribuições sociais, apoios financeiros diretos destinados a auxiliar a criação de emprego próprio, emprego público, entre outras.

Em suma, o objetivo das políticas ativas e passivas de emprego e sua respetiva complementaridade prende-se com a tentativa de criar um maior dinamismo no mercado de trabalho, em termos de transição de uma situação de desempregado para uma situação de empregado. Dentro do fenómeno desemprego, o desemprego de longa duração assume negativamente papel de destaque, não só pelas questões económicas uma vez que os desempregados de longa duração estão mais próximos da perda de fonte de rendimento alternativo (subsídio de desemprego) podendo esta situação de dificuldades económicas transformar-se em exclusão social, mas também pelas perdas de competências inerentes a longos períodos de inatividade. Também nestas circunstâncias as políticas ativas de emprego assumem papel essencial através das ações de formação, procurando desta forma minorar perdas de competências e consequentemente aumentar a empregabilidade dos indivíduos através de incrementos de qualificações que vão ao encontro da procura no mercado de trabalho.

Países com maiores debilidades estruturais em termos de qualificações escolares e profissionais potenciam a criação de postos de trabalho apoiados em atividades de fraca incorporação de conhecimento intelectual e tecnológico. Nestes casos o recrutamento por parte das empresas passa por trabalhadores pouco qualificados, estando estas pouco recetivas a formações com o intuito de aumentar os padrões de qualificações dos seus trabalhadores.

Populações mais atingidas pelo desemprego (no caso português, as mulheres, indivíduos com 45 ou mais anos e indivíduos com baixos índices de qualificação (IEFP 2011) sentem grandes dificuldades de reintegração no mercado de trabalho, pelo que a existência de políticas de emprego que procurem aumentar essa reinserção são de todo importantes, apesar de admitirmos a pertinência da discussão relativa à eficácia das mesmas (IEFP 2011).

Não obstante a exigência em termos de qualificações por parte da procura de trabalho ser cada vez mais elevada, verificamos que apesar do desemprego afetar maioritariamente trabalhadores não qualificados, atinge igualmente licenciados. No caso destes e apesar das

suas habilitações, o facto de não conseguirem um posto de trabalho deve-se essencialmente ao desajustamento em termos de procura e oferta de trabalho.

Desta forma temos que as políticas passivas procuram minimizar os impactos económicos e sociais decorrentes da situação de desempregado, atribuindo uma fonte de rendimento substituta, embora que provisória. No entanto esta “garantia” de estabilidade poderá ter influência no aumento do tempo médio em que os indivíduos estão desempregados.

Políticas ativas pretendem ajustar a oferta à procura de trabalho, através de formações académicas e profissionais dotando a oferta de trabalho das competências exigidas por parte da procura, quer através da criação de incentivos fiscais para a contratação de grupos de trabalhadores (que pelas suas características são marginalizados), quer através da atribuição de estímulos financeiros à criação de emprego próprio.

CAPITULO III

ANÁLISE ESTATÍSTICA

3.1. Breve enquadramento económico

O fenómeno do desemprego ameaça tornar-se no flagelo do século XXI. Dois dos principais blocos económicos, Europa e Estado Unidos da América (E.U.A), estão a braços com elevadas taxas de desemprego conjugadas com limitações económicas decorrentes de políticas orçamentais restritivas, bem como uma crise financeira sem precedentes. Nos Estados Unidos, apesar de haver indícios de recuperação de postos de trabalho, o nível do pleno emprego registado na década de 90 com taxas inferiores a 6% (Samuelson, et al. 2005) está ainda longe de ser alcançado. Na Europa o cenário é ainda mais sombrio, tendo vindo a registar-se uma trajetória ascendente, facilmente comprovada através dos dados divulgados pelo Eurostat ao longo do último ano. Dos valores observados conseguimos apurar disparidades entre taxas de desemprego dos países da zona Euro exorbitantes. Por um lado a Espanha com 23,3% e no extremo oposto, a Áustria com 4% (Eurostat 2012 31/2012) . É esta disparidade que nos causa alguma curiosidade. Como conseguimos justificar tais diferenças? Foi este o nosso ponto de partida. Seguimos na investigação com o intuito de estabelecermos uma conexão entre fatores explicativos em termos teóricos do desemprego, para desta forma nos aproximarmos das causas e consequentemente eventuais explicações para as disparidades existentes.

Fazendo uma breve retrospectiva, a crise imobiliária verificada nos E.U.A. despoletada por uma “bolha especulativa”, repercutiu-se um pouco por todo o mundo inclusivamente na Europa. Economias fortemente sustentadas pelo sector imobiliário e a criação de uma panóplia de produtos financeiros de risco elevado tendo por base o sector imobiliário, fizeram parte da receita que levou países como a Espanha e a Irlanda, que no período que antecedeu a atual crise económica e financeira apresentavam orçamentos excedentários, serem a arrastadas pelo turbilhão Americano. A crise alastrou-se ao sector financeiro em consequência da diminuição abrupta da procura, produzindo uma desvalorização dos imóveis dados como garantia ao sector financeiro, decorrentes de processos de financiamento. Este facto levou por seu lado à desvalorização das folhas de balanços dos diversos bancos Europeus e Americanos, provocando a desconfiança do mercado quanto à

sua solvabilidade. Ora, num sector onde o bem mais precioso é a confiança, quando esta é quebrada encontramos-nos na presença dos ingredientes necessários para o colapso. Como forma de evitar este cenário catastrófico de colapso iminente do sector financeiro, os Estados viram-se na inevitabilidade de prestar auxílio quer através de garantias bancárias, quer através da criação de linhas financeiras de apoio, funcionando como “tábua de salvação”, contribuindo desta forma para o endividamento dos países um pouco por toda a zona euro. Com o intuito de tranquilizar os mercados relativamente à robustez das instituições financeiras, a resposta Institucional por parte da União Europeia confluuiu num aumento dos rácios em termos de capitais próprios, aumentos que as estruturas acionistas dos bancos não estavam preparadas para efetuar, criando desta forma um estrangulamento em termos de liquidez (apesar das linhas de crédito criadas para o efeito).

A perda de confiança por parte de investidores provocou uma retração do investimento, assistida pela diminuição do crédito disponível por parte das famílias e empresas. Se juntarmos a estes fatores a tendência crescente da dívida pública e défices orçamentais, o único fator que poderia ser um contrapeso neste desequilíbrio macroeconómico seriam as exportações. No entanto, um Euro forte em nada ajuda as economias dos diversos países Europeus, assim como uma posição rígida por parte do Banco Central Europeu (BCE), que tende a adotar um comportamento reactivo em vez de preventivo. Pelo exposto anteriormente, concluímos que medidas corretivas utilizadas em anteriores crises económicas, com o objetivo de restituir o equilíbrio económico, tais como o aumento da massa monetária em circulação, a diminuição das taxas de juro, o aumento da despesa pública, ou mesmo a conjugação de todas estas medidas estão fortemente limitadas pelas regras de estabilidade e crescimento económico europeias.

Face às vicissitudes resultantes das dificuldades (em alguns casos estruturais) de alguns países, surgiu uma onda especulativa dos mercados de dívida pública que levaram à necessidade de pedidos de auxílio por parte de alguns países (Grécia, Portugal e Irlanda) junto da União Europeia, FMI e BCE (troika). Não obstante o auxílio prestado, a contraparte tem-se revelado dolorosa colocando algumas dúvidas quanto à dimensão dos ajustamentos exigidos.

Em termos Macroeconómicos, aferimos que grande parte das variáveis explicativas do Produto Nacional na ótica da despesa, tais como as Despesas do Estado (G) e Investimento (I) sofreram fortes contrações, surgindo as exportações como contrapeso, mas revelando-se

manifestamente insuficiente. Todo este ambiente economicamente contrativo conduz a diminuições por parte da procura, conducentes a aumentos das taxas de desemprego.

Toda esta deambulação pelo estado da economia europeia serve-nos de enquadramento para a análise estatística referente à temática analisada neste nosso trabalho.

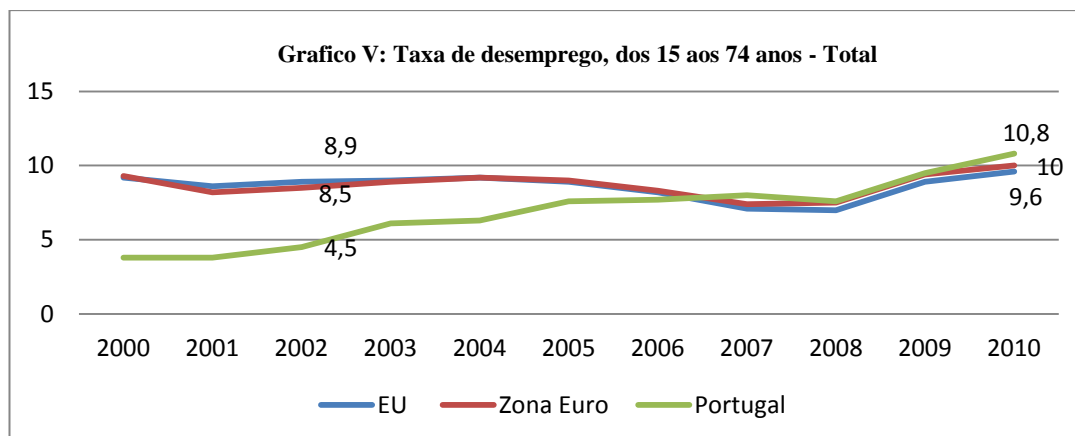
Conforme já abordado na parte introdutória, vamos analisar os dados estatísticos do desemprego referentes aos países da zona euro, tendo em conta alguns critérios. Primeiro vamos analisar o desemprego no geral (3.2.), posteriormente vamos considerar as taxas de desemprego consoante a sua duração (3.3). Continuaremos a abordagem estatística ao desemprego tendo em linha de conta o género (3.4), para no final abordarmos o desemprego consoante o nível escolar (3.5). Dentro de cada um dos critérios analisados, vamos elaborar uma segmentação Geográfica dos 17 países da zona euro, em quatro grupos:

- ✓ Países periféricos, dos quais fazem parte Chipre, Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal.
- ✓ Micro países, constituídos por Luxemburgo e Malta.
- ✓ Países Nórdicos, caso da Estónia e Finlândia
- ✓ Países Centrais, grupo composto por Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, França e Holanda.

3.2 Desemprego Total

3.2.1. Zona Euro, União Europeia e Portugal

Continuando esta nossa abordagem estatística, relevante para a evolução do nosso trabalho, e estipulando o período de análise compreendido entre 2000 e 2010, iremos começar por analisar a evolução dos dados para a União Europeia (EU), Zona Euro e Portugal.



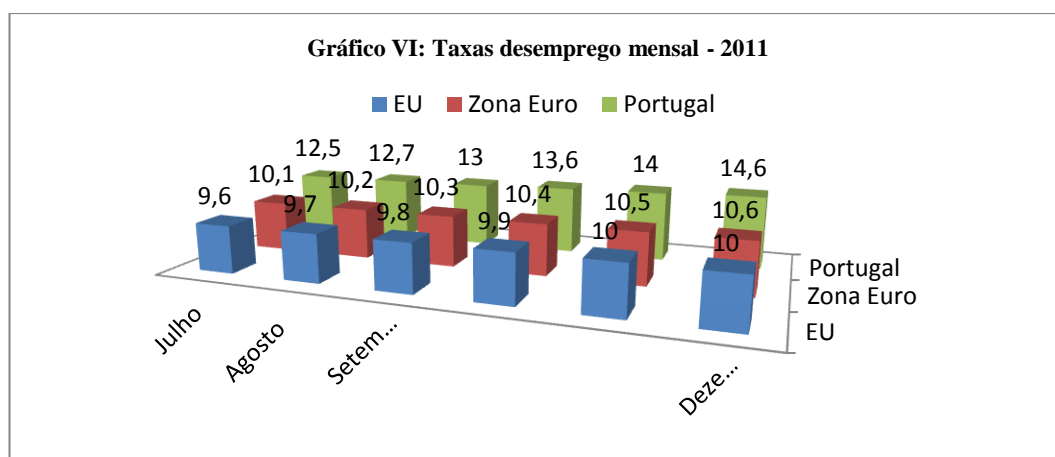
FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-23

Desta forma e considerando que a União Europeia é um espaço que tem sido alvo de constantes alargamentos ao longo dos anos (último dos quais em 2007, com a adesão da Roménia e da Bulgária, tendo passado para os atuais 27 países), em termos de análise estatística, vamos considerar a União Europeia (EU) como um todo, sendo que, sempre que considerarmos que alterações ocorridas possam ter influenciado o comportamento dos indicadores estatísticos recorreremos à respetiva ressalva.

Para os dados analisados, desde o ano de 2000 até ao ano de 2010, em termos de EU, constatamos uma tendência crescente até ao ano de 2005, onde se regista uma ligeira recuperação passando dos 9,2% referentes a 2004 para 8,9% em 2005 (ver Gráfico V, Quadro I do Anexo). Tendência decrescente que se verificou nos anos subsequentes até 2008, tendo nesse ano atingido o mínimo para o período em análise de 7%, começando no ano seguinte uma nova trajetória ascendente até ao ano de 2010 com uma taxa de desemprego de 9,6%. Na zona euro o desemprego seguiu a mesma tendência para o mesmo período em análise. Uma taxa ligeiramente inferior nos anos de 2002 de 8,5%, contra os 8,9% verificados na EU. No entanto e tendo seguido a mesma tendência crescente verificada por parte da EU até ao ano de 2005, ano a partir do qual a taxa de desemprego verificada ficou sempre acima da taxa verificada na EU, tendo atingido o pico em 2010 com 10%, contra os já referidos 9,6% da EU.

Para Portugal e comparativamente tanto com a zona euro, como com a EU, as taxas de desemprego mantiveram-se sempre em patamares inferiores, sendo a diferença para com aqueles dois grupos considerável. Para o ano de 2002 a taxa de

desemprego em Portugal atingiu o valor de 4,5%, contra 8,5% da zona euro e 8,9% da EU. No ano seguinte, 2003 Portugal tinha uma taxa de desemprego de 6,1%, ao passo que nesse mesmo ano a EU registou uma taxa de desemprego de 9% e a zona euro, uma taxa de 8,9%. Nos anos seguintes a diferença entre a taxa de desemprego Portuguesa para com a taxa de desemprego da EU e da zona Euro foi diminuindo tendo invertido a tendência no ano de 2007. Neste ano, Portugal teve uma taxa de desemprego de 8%, enquanto a EU se ficou pelos 7,1% e a zona euro pelos 7,4%. No ano de 2010, Portugal atingiu o valor de 10,8%.



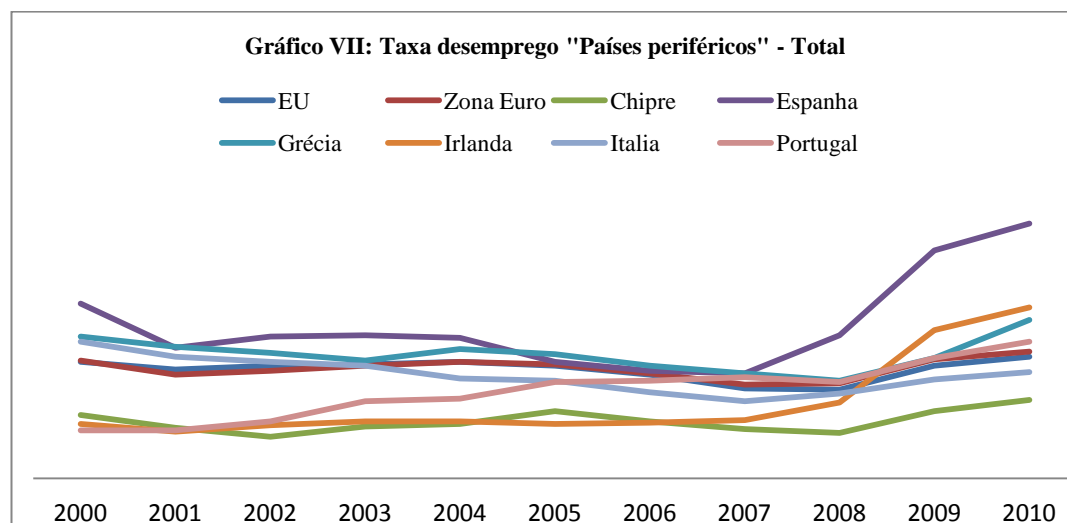
FONTE: Dados obtidos de "Eurostat newsrelease euroindicators" 31-2012 – 1 March 20112

Comparando dados relativos ao último semestre de 2011 (ver Gráfico VI, Quadro II do anexo), a tendência evidenciada é de crescimento, sendo de apenas 0,5 de pontos percentuais no caso da Zona Euro e de 0,4 pontos percentuais no caso da EU. Em Portugal a tendência de subida é mais forte, passando de 12,5% em Julho de 2011, para 14,6% em Dezembro, o que se traduz num agravamento de 2,1 pontos percentuais na taxa de desemprego, em apenas seis meses.

3.2.2 Países Periféricos

Continuamos este nosso trabalho através da segregação geográfica já anteriormente mencionada em Países Periféricos (Chipre, Espanha Grécia, Irlanda, Itália e Portugal), Países Micro (Luxemburgo e Malta), Países Nórdicos (Estónia e

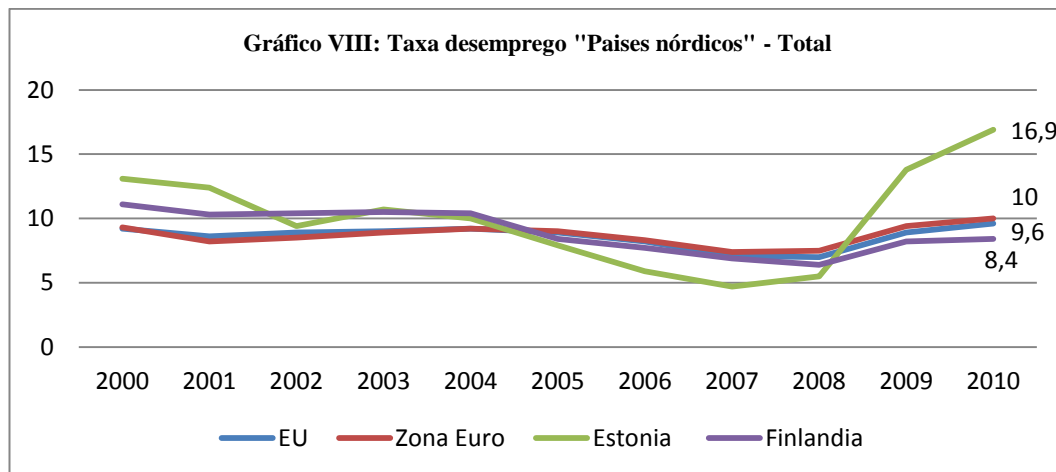
Finlândia) e finalmente Países Centrais (Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia a Países Baixos).



FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-23

No caso dos países periféricos, o ponto de partida de cada um destes países é díspar. Por um lado temos para o ano de 2000 Portugal com uma taxa de desemprego de 3,8%, seguida da taxa de 4,3% da Irlanda e de 5 % do Chipre. Por outro lado, países como Espanha, Grécia e Itália registaram taxas de 13,8%, 11,2% e 10,8% respetivamente. Para o ano em questão a zona euro registou uma taxa de desemprego de 9,3%, ao passo que a EU registou 9,2%. De notar que Portugal e Irlanda inverteram a tendência. Sendo duas das mais baixas taxas de desemprego no início da década, passaram no caso da Irlanda para a segunda maior taxa de desemprego dos países periféricos, com 13,5 % no ano de 2010. Portugal seguiu igualmente uma trajetória ascendente, cifrando-se a taxa de desemprego para o ano de 2010 em 10,8%. Aqui há a destacar a Itália e o Chipre que mantiveram estáveis as suas taxas de desemprego, em patamares diferentes. O Chipre com um aumento de apenas 1,2 pontos percentuais atingindo desta forma em 2010 6,2%, ao passo que a Itália registou uma diminuição de 2,4 pontos percentuais, ficando-se a sua taxa de desemprego pelos 8,4% (ver Gráfico VII, Quadro III).

3.2.3. Países Nórdicos

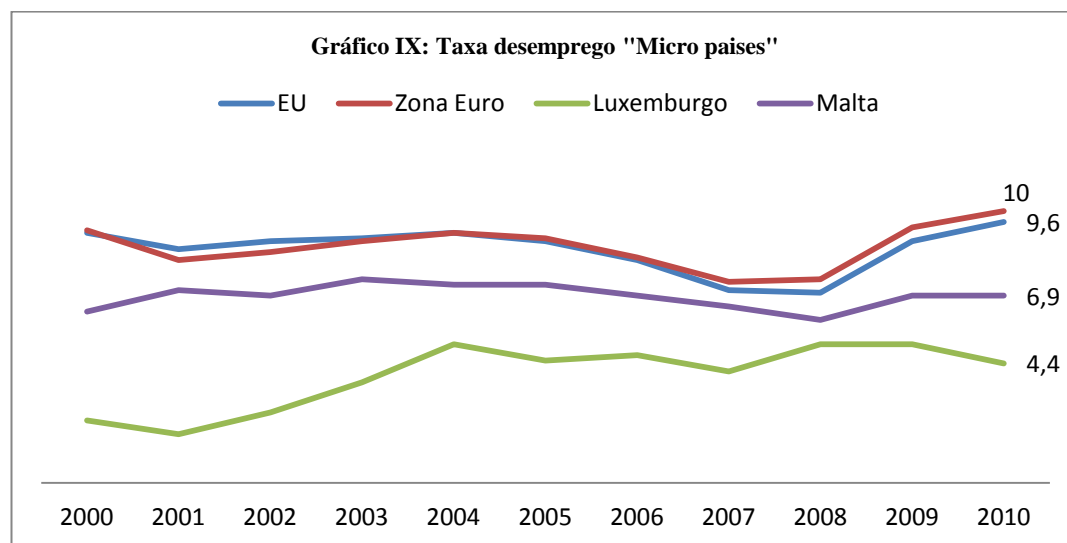


FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-23

Nos países Nórdicos (Finlândia e Estónia), verificamos que as taxas de desemprego se comportaram de forma bastante distinta. Por um lado a Estónia, com grandes oscilações de valores 13,1% para o ano de 2000; 4,7% para o ano de 2007; 16,9% no ano de 2010. Já a Finlândia apesar de partir de um valor base, para o ano de 2000 de 11,1% registou uma descida na taxa de desemprego nos anos subsequentes atingindo o mínimo no ano de 2008 com uma taxa de 6,4%, retomando uma trajetória ascendente nos anos seguintes para em 2010 registar uma taxa de 8,4%.

Ambos partiram no início da década com taxas superiores às apresentadas pela EU e zona Euro, no entanto e no final da década apesar de a Estónia manter um valor consideravelmente elevado de 16,9%. A Finlândia com uma taxa de 8,4% conseguiu baixar a fasquia de referência da EU e zona euro 9,6% e 10% respetivamente (ver Gráfico VIII, Quadro IV do Anexo).

3.2.4. Micro Países.

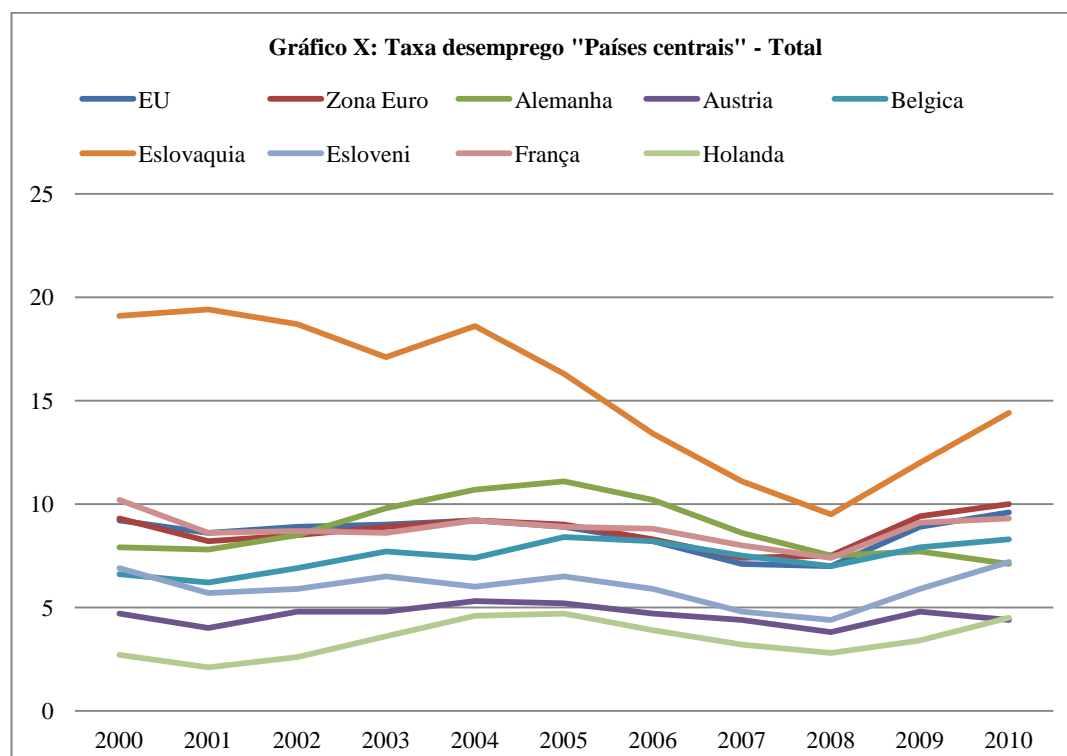


FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-23

Do lado dos países micro (Luxemburgo e Malta), para o período em análise a evolução para cada um destes países tem sido diferente. Luxemburgo inicia o período em questão com uma taxa de desemprego anormalmente baixa, 2,3%, tendo sofrido uma trajetória ascendente desde então até ao ano de 2004 (5,1%). Nos anos seguintes, 2005, 2006 e 2007 as taxas recuaram ligeiramente até ao valor de 4,1% (ano de 2007), retomando a sua caminhada ascendente até ao ano de 2009 (5,1%), para em 2010 recuar novamente até aos 4,4%. Valor ainda consideravelmente baixo, mas que sofreu um aumento considerável desde início do ano 2000 (mais 2,1 pontos percentuais).

Para Malta, o valor inicial referente à taxa de desemprego é consideravelmente mais elevado (6,3%), no entanto sua variação até ao ano de 2010 não sofreu grandes oscilações. Uma tendência crescente com pequenas variações até ao ano de 2005, tendo atingido o pico no ano de 2003 com uma taxa de desemprego de 7,5%. Para o último ano do período em análise, a taxa de desemprego registada foi de 6,9%, sendo a diferença verificada entre a taxa de desemprego no ano 2000 e a taxa verificada no ano de 2010, de apenas 0,6 pontos percentuais (ver Gráfico IX, Quadro V do Anexo).

3.2.5. Países centrais.



FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-23

Para os países centrais, constatamos que independentemente dos pontos de partida serem completamente diferentes conseguimos delinear graficamente um desenho das curvas que nos permite perceber uma tendência, consoante os períodos considerados, com exceção para a Eslováquia.

No extremo das taxas mais elevadas, destaca-se a Eslováquia, com uma taxa de desemprego de 19,1% em 2000. Desde então a evolução da taxa de desemprego neste país tem vindo a decrescer, com a exceção de um ou outro ano, sendo que em 2010 registou uma taxa de 14%. Taxa que podemos caracterizar como elevada, mas ainda assim bem abaixo dos 19,1% verificados em 2000. Além da Eslováquia, a França foi outro dos países centrais a registar no ano 2000 uma taxa de desemprego na casa dos dois dígitos (10,2%). No ano de 2001, a taxa caiu para 8,6%, valor que se manteve praticamente inalterado até 2003. No ano seguinte, 2004, a taxa de desemprego na França elevou-se para os 9,2%, tendo iniciado um ciclo de descida

apenas interrompido no ano de 2009, onde registou uma taxa de 9,1%. Em 2010, consolidou-se a tendência de subida até aos 9,3%.

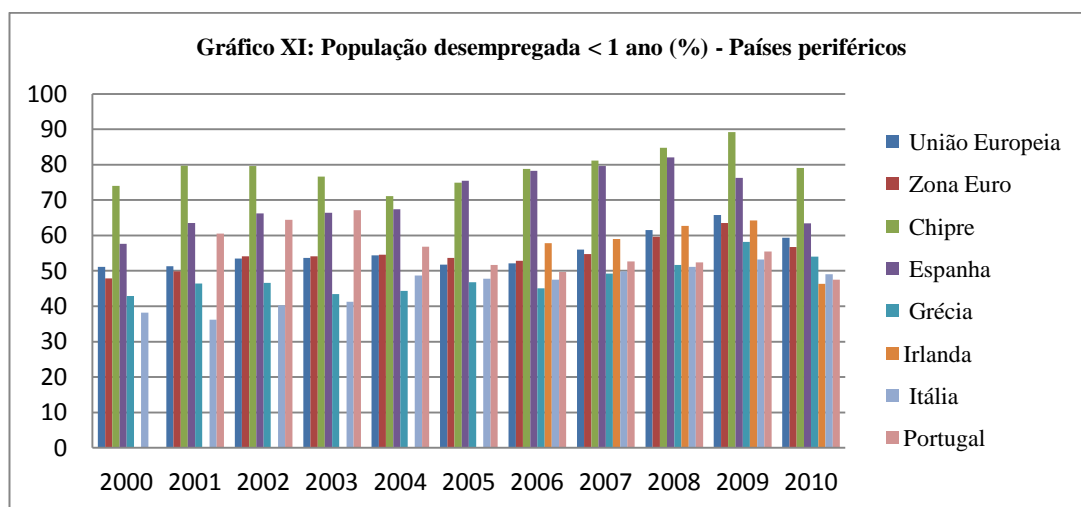
Com taxas de desemprego baixas (valores inferiores a 5%), encontramos a Holanda e a Áustria, com valores para o ano de 2000 de 2,7% e 4,7% respetivamente. Porém, a evolução do desemprego na Áustria foi mais constante, tendo conhecido o seu valor mais elevado, no ano de 2004 com uma taxa de desemprego de 5,3%. Já no que concerne aos Países Baixos, a oscilação foi superior, tendo atingido a taxa máxima de desemprego para no ano de 2005 (4,7%), com uma oscilação de 2 pontos percentuais, tendo em 2010 registado uma taxa de 4,5%.

Os restantes países, Alemanha, Bélgica e Eslovénia, apresentaram à partida taxas na ordem dos 7,9%, 6,6%, 6,9% respetivamente. O comportamento evolucionar das taxas de desemprego nestes três países foi comum. Crescimento da taxa de desemprego até ao ano de 2005, para valores de 11,1% no caso da Alemanha, 8,4% no caso da Bélgica e 6,5% para a Eslovénia. Desde então a tendência inverteu-se até 2008, ano em que as taxas de desemprego baixaram para os 7,5%, 7% e 4,4%, para a Alemanha, Bélgica e Eslovénia respetivamente. No ano de 2009 constataram-se aumentos das taxas de desemprego na Alemanha (7,7%), Bélgica (7,9%) e Eslovénia. O ano de 2010 registou comportamentos diferentes. No caso da Alemanha houve uma diminuição para os 7,1%. A Bélgica e a Eslovénia observaram aumentos das suas taxas de desemprego, passando para 8,3% no caso da Bélgica e para 7,2% no caso da Eslovénia.

De notar que para estes países denominados por “centrais”, com exceção da Eslováquia, no ano de 2010 todos eles registavam valores inferiores aos observados para as Zona Euro, assim como para EU (ver Gráfico X, Quadro VI do Anexo).

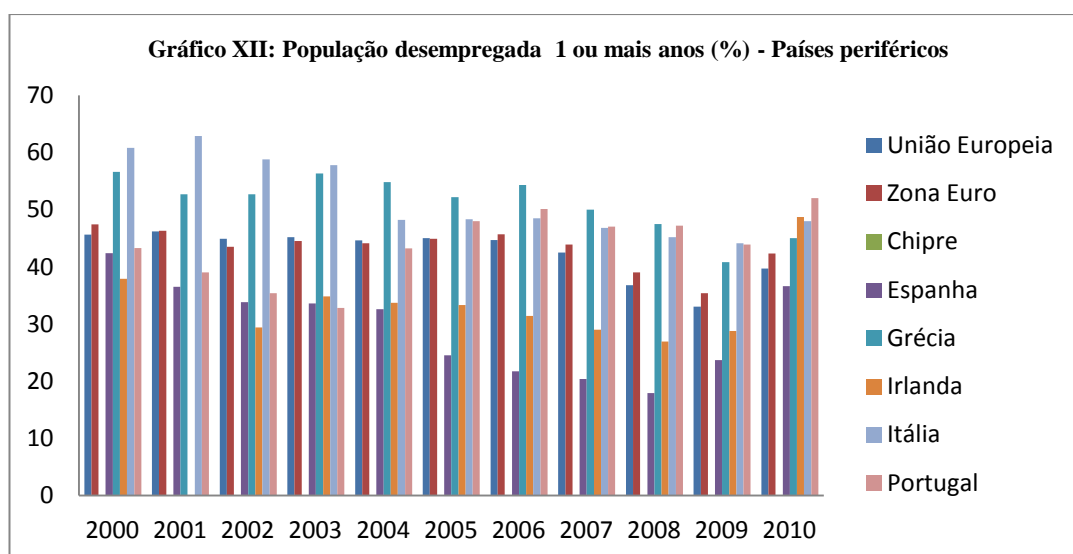
3.3. Desemprego consoante a duração

3.3.1 Países periféricos.



FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

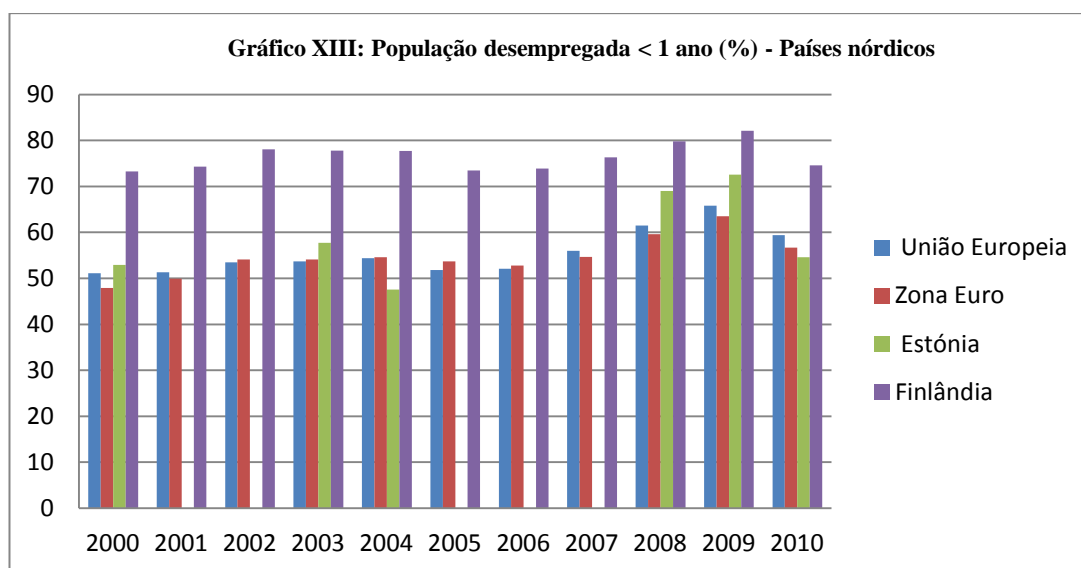
Relativamente à duração do período de desemprego, temos duas tipologias de desemprego, o de curto prazo (menos de um ano) e o de longo prazo (mais de um ano). Relativamente ao desemprego de curta duração e analisando os dados para os países periféricos, verificamos que o Chipre para o período analisado é aquele que apresenta valores mais elevados, chegando mesmo ao valor de 89,2% para o ano de 2009 (ver Gráfico XI, Quadro VII do Anexo).



FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Do lado do desemprego de longo prazo, destaca-se a Itália e a Grécia, em praticamente todos os anos analisados. Verificamos igualmente que apesar de a Irlanda apresentar dos valores mais baixos, no ano de 2010 foi o segundo valor mais elevado, com 48,7% de desemprego de longo prazo, tendo como valor superior apenas o de Portugal (52%). Convém igualmente realçar que para os anos de 2000; 2001, 2002, 2003 e 2004, apenas a Grécia e a Itália registaram valores superiores aos registados pela EU e pela zona euro. Nos anos seguintes, até 2009 surge Portugal, com uma das taxas mais elevadas, juntando-se desta forma à Itália e à Grécia. No ano de 2010, a Irlanda junta-se aos países que registam taxas de desemprego de longo prazo superiores às taxas da EU e zona Euro, com uma taxa de 48,7% (ver Gráfico XII, Quadro VIII do Anexo)

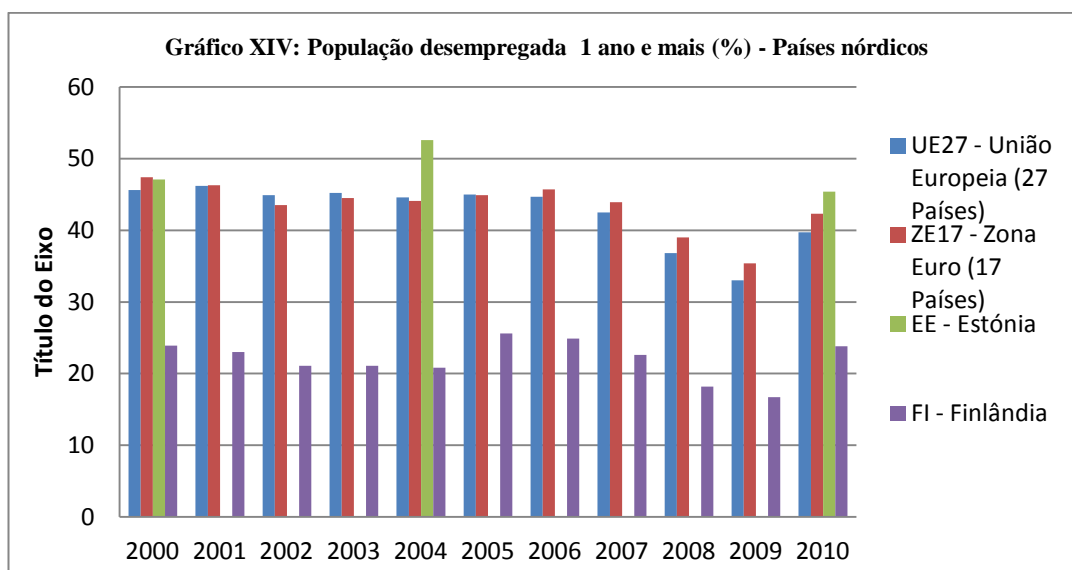
3.3.2 Países Nórdicos



FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Relativamente aos países Nórdicos e no que respeita à taxa de desemprego de curto prazo, os valores para os anos em que existe informação, a Finlândia regista taxas de desemprego de curto prazo elevadas, sempre superiores a 70% (ver Gráfico XIII, Quadro IX do Anexo). Já a Estónia e apesar de não existir informação estatística para todos os anos analisados, o seu comportamento é algo irregular, pelo que observamos taxas de desemprego de curto prazo superiores aos valores de

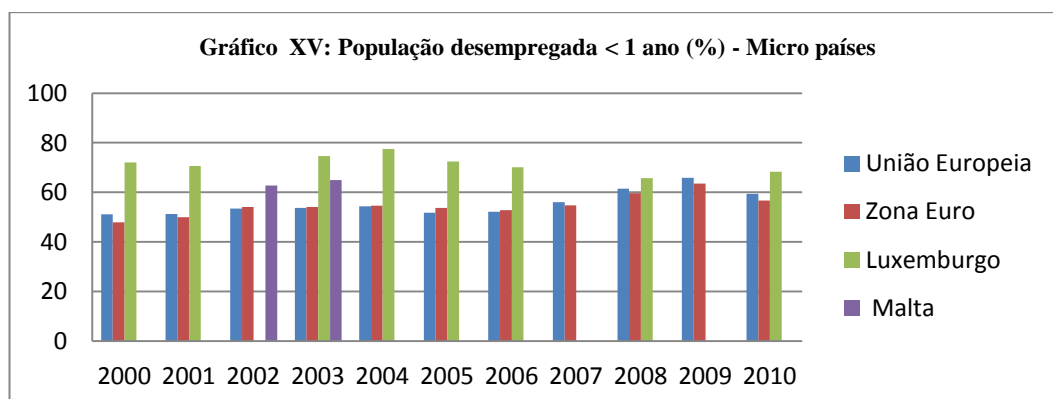
referência para determinados anos (2003,2008 e 2009), assim como taxas inferiores aos valores de referência (2004 e 2010).



FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Para o desemprego de longa duração, a Finlândia destaca-se pelas taxas consideravelmente baixas, quando comparadas com as taxas da Estónia, mas também com as taxas apresentadas pela Estónia ao longo dos anos. Ao contrário, a Estónia, para os anos em que existe informação disponível evidencia-se pelas altas taxas de desemprego de longa duração (pelo menos para os anos em que existe informação disponível), inclusivamente superiores às taxas da EU e da zona euro (ver Gráfico XIV, Quadro X do Anexo).

3.3.3 Micro países



FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Do lado dos micro países, convém antes de mais esclarecer que os dados relativos a Malta não estão disponíveis para todos os anos analisados, mesmo assim, para os poucos anos que conseguimos informação apuramos taxas de desemprego de curto prazo elevadas, assim como no caso do Luxemburgo, embora aqui também não disponhamos de informação estatística para todos os anos. As taxas observadas para qualquer um dos países em questão correspondem a taxas de desemprego de duração inferior a um ano, superiores às taxas verificadas para a EU e zona euro (ver Gráfico XV, Quadro XI do Anexo).

3.3.4 Países Centrais

Tabela I

População desempregada < 1 ano (%) - Países centrais									
	União Europeia	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Holanda
2000	51,1	47,9	47,4	71,6	43,7	44,6	37,5	49,6	
2001	51,3	49,9	48,8		48,3	41,7		55,2	
2002	53,5	54,1	51,2		50,2	34,7	45,3	59,2	70,6
2003	53,7	54,1	49,3	72,9	53,5	33,8	43,5	60,1	69,1
2004	54,4	54,6	47,5	71,9	50,4	36,1	46,9	59,9	66,4
2005	51,8	53,7	46,5	74,3	48,2	28,1	52,7	57,4	59
2006	52,1	52,8	43,1	72,4	48,7	23,6	50,7	56,6	55,9
2007	56	54,7	42,9	73	49,5	25,8	54,1	58,3	59,2
2008	61,5	59,6	46,8	75,5	52,3	30,4	57,8	61,6	63,7
2009	65,8	63,5	53,8	78,6	55,7	46,1	70	63,9	74,1
2010	59,4	56,7	52,1	74,8	51,1	35,9	56,6	59	71,3

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Para este grupo de países, de notar as taxas referentes à Áustria, com taxas de desemprego inferior a 1 ano, na casa dos 70%. Outro país a registar taxas também elevadas de desemprego com duração inferior a um ano foi a Holanda, se bem que esta com algumas oscilações. Os valores que variam entre os 55,9 % em 2006 e os 74,1% em 2009. Deveremos ter também em consideração que estes dois países são os que registam as mais baixas taxas de desemprego (total), na zona euro, pelo que sendo apenas uma constatação de dados numéricos, deverá ser tida em linha de conta, para além de eventuais fatores relevantes que estejam na origem destas convergências estatísticas.

TABELA II

População desempregada 1 ou mais anos (%) - Países centrais									
	União Europeia	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Holanda
2000	45,6	47,4	50,3	28,4	56,3	-	62,7	39,7	-
2001	46,2	46,3	49,6	26,1	51,7	58,2	63,3	36,9	-
2002	44,9	43,5	47		49,4	65,2	54,7	32,7	25,7
2003	45,2	44,5	49,3	23	46,2	66,2	56,5	36,3	28,5
2004	44,6	44,1	51,1	27,7	49,5	64	53,1	38,5	31,9
2005	45	44,9	52,5	25,4	51,6	71,9	47,4	40,7	39,6
2006	44,7	45,7	55,7	27,4	51,1	76,3	49,2	41,4	42,3
2007	42,5	43,9	56	26,8	50,2	74,2	45,9	39,8	38,5
2008	36,8	39	52	24,3	47,4	69,6	42,2	37,1	34
2009	33	35,4	45	21,3	44,2	54	30	34,9	24,4
2010	39,7	42,3	46,9	25,2	48,6	64	43,2	39,7	27,1

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

População desempregada há um ou mais anos, no caso dos países centrais, as maiores taxas verificam-se na Eslováquia, país que regista uma taxa de desemprego total das mais elevadas da zona euro. No extremo oposto temos a Áustria e os Países Baixos, com taxas de desemprego de longo prazo bastante inferiores às taxas de referência da EU e da zona euro, no caso da Áustria com taxas entre os 25% e os 28%.

3.4. Desemprego segundo o género

3.4.1. Países periféricos

Tabela III

Desemprego por género / Homens – Países periféricos								
	União Europeia	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	8,2	7,7	3,2	9,5	7,4	4,4	8,3	3,1
2001	7,7	7	2,7	7,3	6,9	3,8	7,4	2,9
2002	8,2	7,4	2,6	7,8	6,4	4,6	7	3,8
2003	8,4	8	3,8	8,2	6	4,8	6,9	5,2
2004	8,6	8,3	3,5	8,2	6,3	5	6,3	5,6
2005	8,3	8,1	4,4	7	6,1	4,6	6,2	6,7
2006	7,5	7,4	3,8	6,3	5,6	4,6	5,4	6,5
2007	6,5	6,6	3,4	6,4	5,2	4,8	4,9	6,6
2008	6,6	6,8	3,2	10,1	5,1	7,1	5,5	6,5
2009	8,9	9,2	5,1	17,7	6,9	14,7	6,8	8,9
2010	9,6	9,8	6	19,7	9,9	16,7	7,6	9,8

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Tabela IV

Desemprego por género / Mulheres - Países periféricos								
	União Europeia	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	8,2	7,7	7,4	20,3	17	4,3	14,8	4,7
2001	7,7	7	5,7	15	15,9	3,6	13	4,9
2002	8,2	7,4	4,1	16,3	15,2	3,8	12,6	5,3
2003	8,4	8	4,6	15,9	14,3	4	11,9	7,2
2004	8,6	8,3	5,4	15,2	15,9	3,8	10,2	7,2
2005	8,3	8,1	6,5	12,2	15,3	4	10,1	8,7
2006	7,5	7,4	5,4	11,6	13,6	4,2	8,8	9
2007	6,5	6,6	4,6	10,9	12,8	4,2	7,9	9,6
2008	6,6	6,8	4,3	13	11,4	4,6	8,5	8,8
2009	8,9	9,2	5,5	18,4	13,1	7,9	9,3	10,2
2010	9,6	9,8	6,4	20,5	16,2	9,5	9,7	11,9

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

A questão do desemprego por sexos, para os países periféricos revela-se bastante desigual em quase todos os países, exceção feita a Chipre, Irlanda e a Portugal, onde as taxas de desemprego entre sexos se equiparam, sendo mesmo em alguns casos a taxa de desemprego masculina superior à feminina. Apesar de os valores serem próximos, verifica-se que a taxa de desemprego entre as mulheres é superior à dos homens. Para os restantes países, com já referimos existe uma grande discrepância de valores sendo as taxas de desemprego feminino bastante superiores às correspondentes masculinas.

3.4.2. Países nórdicos

Tabela V

Desemprego por género / Homens Países nórdicos					Mulheres	
	União Europeia	Zona Euro	Estónia	Finlândia	Estónia	Finlândia
2000	8,2	7,7	14,6	10,4	11,5	12
2001	7,7	7	11,8	9,9	13	10,8
2002	8,2	7,4	10,3	10,7	8,6	10,2
2003	8,4	8	11	11	10,4	9,9
2004	8,6	8,3	11,3	10,2	8,7	10,6
2005	8,3	8,1	8,8	8,2	7,1	8,6
2006	7,5	7,4	6,2	7,4	5,6	8,1
2007	6,5	6,6	5,4	6,5	3,9	7,2
2008	6,6	6,8	5,8	6,1	5,3	6,7
2009	8,9	9,2	16,9	8,9	10,6	7,6
2010	9,6	9,8	19,5	9,1	14,3	7,6

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Para os países nórdicos, não conseguimos observar nenhum tipo de tendência. No caso da Estónia e apesar de ser um país com elevada taxa de desemprego (total), o desemprego feminino, é menor do que o masculino. Na Finlândia a tendência é mista. Para o ano de 2000, a taxa de desemprego masculina era de 10,4%, enquanto para as mulheres a taxa não ia além dos 12%. No entanto em 2010, já observamos uma taxa no caso dos homens de 9,1% e de 7,6% no caso das mulheres.

3.4.3. Micro países

Tabela VI

Desemprego por género / Homens Micro países					Mulheres	
	União Europeia	Zona Euro	Luxemburgo	Malta	Luxemburgo	Malta
2000	8,2	7,7	1,8	6,2	3,1	6,5
2001	7,7	7	1,6	6,7	2,1	8
2002	8,2	7,4	1,9	6,3	3,6	8,3
2003	8,4	8	3	6,4	4,8	10
2004	8,6	8,3	3,6	7	7,1	8,3
2005	8,3	8,1	3,5	6,6	5,8	8,9
2006	7,5	7,4	3,6	6,1	6,2	8,5
2007	6,5	6,6	3,6	5,9	4,7	7,6
2008	6,6	6,8	4,3	5,6	6,1	6,8
2009	8,9	9,2	4,4	6,6	6,2	7,5
2010	9,6	9,8	3,8	6,8	5,1	7,1

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Como já vimos no início desta nossa abordagem estatística, estamos perante dois países com taxas de desemprego muito baixas. Quanto aos valores para o desemprego por sexos, registamos uma predominância do sexo feminino no que respeita às taxas de desemprego mais elevadas. No entanto ambos os países apresentam taxas de desemprego mais baixas do que as registadas para a EU e zona euro.

3.4.4. Países Centrais

Tabela VII

Desemprego por género/ Homens - Países centrais									
	União Europeia	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Hoalnda
2000	8,2	7,7	7,6	4,8	5,3	19,4	6,8	8,5	2,2
2001	7,7	7	7,8	3,9	5,6	20,1	5,4	7	1,8
2002	8,2	7,4	8,7	5,1	6,2	18,7	5,6	7,8	2,3
2003	8,4	8	10,2	5,1	7,4	17	6	7,7	3,4
2004	8,6	8,3	11,3	5,3	6,6	17,7	5,7	8,2	4,3
2005	8,3	8,1	11,4	4,9	7,6	15,5	6	8	4,4
2006	7,5	7,4	10,3	4,3	7,4	12,3	4,9	8,1	3,5
2007	6,5	6,6	8,5	3,9	6,7	9,9	4	7,5	2,8
2008	6,6	6,8	7,4	3,6	6,5	8,4	4	6,9	2,5
2009	8,9	9,2	8,1	5	7,7	11,4	5,9	8,9	3,4
2010	9,6	9,8	7,5	4,6	8,1	14,2	7,4	9	4,4

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Tabela VIII

Desemprego por género/ Mulheres Países centrais									
	União Europeia	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Holanda
2000	10,6	11,4	8,3	4,6	8,3	18,6	7,1	12,2	3,5
2001	9,6	9,8	7,8	4,1	6,9	18,6	6	10,5	2,5
2002	9,8	10	8,2	4,5	7,8	18,8	6,3	9,8	2,9
2003	9,8	10,2	9,3	4,3	8	17,3	7	9,6	3,8
2004	9,9	10,4	10,1	5,3	8,3	19,6	6,4	10,3	5
2005	9,7	10,1	10,7	5,5	9,5	17,2	7	9,8	5,1
2006	8,9	9,5	10,1	5,2	9,3	14,7	7,2	9,7	4,4
2007	7,8	8,5	8,7	5	8,4	12,7	5,8	8,6	3,6
2008	7,5	8,3	7,5	4,1	7,6	10,9	4,8	7,9	3
2009	8,8	9,6	7,2	4,6	8,1	12,8	5,8	9,4	3,5
2010	9,5	10,2	6,5	4,2	8,5	14,6	7	9,7	4,5

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Relativamente aos países centrais as taxas de desemprego masculina e feminina equiparam-se e acompanham a trajetória da taxa de desemprego total, havendo pequenas oscilações da predominância quanto ao género, durante o período em questão.

3.5 Desemprego por nível escolar completo

3.5.1. Países periféricos

Antes de começarmos a nossa abordagem relativamente à variação da taxa de desemprego de acordo com o nível escolar, convém definir os diferentes níveis considerados na nossa dissertação. A ISCED é uma classificação internacional normalizada da educação, sendo aqui considerada a ISCED 97, podendo os níveis de educação variar entre o zero (correspondente à educação pré- escolar) e o 6 (correspondente a um nível onde se enquadram estudos avançados e de investigação – doutoramentos). Desta forma e de uma forma resumida teremos então o ISCED 0 - que corresponde ao pré-escolar, ISCED 1 – Ensino Básico, ISCED 2 – segunda etapa do ensino básico, ISCED 3 – ensino secundário, ISCED 4 – pós secundário não superior, ISCED 5 – ensino superior, ISCED 6 - estudos avançados e de investigação – doutoramentos.

Tabela IX

ISCED 0-2 Países periféricos								
	União Europeia	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	11,9	12,2	6,3	15,2	9,2	7,9	12,1	3,9
2001	10,8	10,6	5,1	11,6	8,8	6,4	11	4
2002	11,3	11	3,8	12,5	8,3	6,8	10,7	4,5
2003	11,5	11,5	4,9	12,8	7,8	7,1	10,6	6,3
2004	12	11,9	6,3	12,8	9,3	7,5	T 9,6	6,8
2005	11,9	11,9	6,1	T 11,0	8,8	7,1	9,1	7,9
2006	11,5	11,4	4,8	10,5	8,1	6,8	8,1	7,9
2007	10,6	10,7	4,8	10,5	7,5	7,3	7,3	8,2
2008	11,3	11,5	4,9	15,3	7,4	9,7	8,4	7,9
2009	14,5	14,9	6,1	24,6	9,4	17,2	9,5	10,4
2010	15,7	16,2	7,2	27,3	12,5	21,1	10,3	11,8

Tabela IX

ISCED 3-4 Países periféricos								
	União Europeia	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	9,5	8,9	5,4	13,8	15,1	3	10,6	4,8
2001	9,1	8,1	4	10,5	13,6	3	9,2	4,4
2002	9,5	8,4	3,6	11,4	13	3,6	8,7	5,4
2003	9,5	8,8	3,9	11,6	12,2	3,9	8,1	6,7
2004	9,6	9,2	3,8	11	12,4	3,9	T 7,2	6,4
2005	9,2	8,9	5,5	T 8,8	11,8	3,9	7	8,1
2006	8,2	8,1	4,5	8,1	10,7	4,2	6,2	8,5
2007	6,9	7,1	3,9	8,1	9,8	4,4	5,6	8,2
2008	6,5	6,8	3,6	10,6	8,8	6,1	6,1	7,9
2009	8,3	8,5	5,6	17,1	10,9	13,4	7,3	9,7
2010	9	8,8	6,3	19,2	14,4	15,7	7,9	11,3

Tabela IX

ISCED 5-6 Países periféricos								
	União Europeia	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	4,9	5,5	2,9	10,9	8,1	1,7	6,1	2,8
2001	4,3	4,8	2,8	7,8	7,7	1,7	5,5	2,6
2002	4,7	5,2	2,4	8,7	7,1	2,3	5,5	3,9
2003	4,9	5,5	3,8	8,3	6,8	2,7	5,6	5,4
2004	5	5,7	3,1	8,3	7,8	2,3	T 5,1	4,5
2005	5	5,6	4,4	T 6,8	7,8	2,5	6,1	6,3
2006	4,5	5,1	4,4	6	7,2	2,7	5,2	6,4
2007	4	4,4	3,4	5,3	7	2,7	4,4	7,5
2008	3,8	4,3	3	6,3	6,3	3,4	4,6	6,9
2009	5	5,4	4,5	9,7	7,4	6,9	5,5	6,5
2010	5,4	5,8	5,6	11,3	9,8	7,5	5,7	7,2

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Posto isto e retomando a análise dos quadros supra, para os países periféricos cabe-nos dizer que para os níveis escolares mais baixos as taxas de desemprego são mais elevadas, quando comparados com os restantes níveis escolares. De salientar no caso do ISCED 0-2, que as taxas de desemprego para Portugal e Irlanda terem conhecido um crescimento bastante elevado, passando de 3,9% e 7,9% em 2000, para 11,8% e 21,1% respetivamente no ano de 2010. Chipre apresenta as taxas mais baixas, mas igualmente com uma trajetória ascendente quando comparamos o valor inicial e o valor final do período em análise.

Para o nível escolar seguinte ISCED 3-4, mais uma vez o Chipre apresenta as taxas mais baixas. Do lado oposto surge a Espanha e a Grécia com as taxas mais

elevadas do grupo de países periféricos. Também aqui Portugal e Irlanda apresentam crescimentos consideráveis desde o ano 2000, até 2010, passando a Irlanda de 3% para 15,7% e Portugal de 4,8% para 11,3%. A trajetória apresentada pela Itália é claramente descendente, apesar de apresentar anos com taxas de contraciclo.

No nível de escolaridade que compreende o ensino superior, assim como estudos avançados e de investigação, observamos que pelo lado das taxas mais baixas surge mais uma vez o Chipre, tendo inclusivamente taxas inferiores às verificadas para a EU e zona euro. Na Itália observamos uma tendência decrescente com valores mais elevados no início do período analisado, ao que se seguiu uma descida das taxas com ligeiras variações entre 2008 e 2010 (período coincidente com o pós crise de 2007). Mesmo assim registou para o ano de 2010 um valor de 5,7%, inferior em 0,4 pontos percentuais do valor verificado em 2000 (6,1%).

Para o ano de 2010, todos os países registaram taxas de desemprego mais elevadas quando comparadas com os valores verificados pela EU. No caso da zona euro exceção feita ao Chipre e Itália, o comportamento manteve-se.

3.5.2. Países nórdicos

Tabela X

	ISCED 0-2 Países nórdicos				ISCED 3-4 Países nórdicos				ISCED 5-6 Países nórdicos			
	União Europeia	Zona Euro	Estónia	Finlândia	União Europeia	Zona Euro	Estónia	Finlândia	União Europeia	Zona Euro	Estónia	Finlândia
2000	11,9	12,2	25,2	18,7	9,5	8,9	14,7	11,1	4,9	5,5	4,8	5,2
2001	10,8	10,6	18,5	17,5	9,1	8,1	13,3	10,6	4,3	4,8	8,1	4,3
2002	11,3	11	18,5	18,8	9,5	8,4	10,1	10,4	4,7	5,2	4,8	4
2003	11,5	11,5	17,6	18,3	9,5	8,8	12,2	10,9	4,9	5,5	5,2	4,2
2004	12	11,9	19,7	19,4	9,6	9,2	10,5	10,1	5	5,7	5,7	4,9
2005	11,9	11,9	14,5	14,3	9,2	8,9	9,2	8,8	5	5,6	4	4,4
2006	11,5	11,4	12,8	13,9	8,2	8,1	6,2	8,1	4,5	5,1	3,2	3,7
2007	10,6	10,7	11,2	12,6	6,9	7,1	4,8	7	4	4,4		3,6
2008	11,3	11,5	12	12,5	6,5	6,8	5,8	6,4	3,8	4,3	2,9	3,3
2009	14,5	14,9	28,7	14,8	8,3	8,5	15,8	9,1	5	5,4	6,2	4
2010	15,7	16,2	31	16,1	9	8,8	19,3	8,9	5,4	5,8	9,3	4,4

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

A relação entre taxa de desemprego e nível de escolaridade, no caso dos países nórdicos segue a mesma tendência verificada para os restantes países já analisados.

Senão vejamos o caso da Estónia que para o ano de 2000, registava para o nível

mais baixo de escolaridade uma taxa de desemprego de 25,2%, no nível intermédio (ISCED 3-4) taxa de desemprego era de 14,7% e no nível de escolaridade mais elevado, a taxa de desemprego era de apenas 4,8%. Para a Finlândia verifica-se a mesma tendência decrescente. Para o ano de 2010 e no primeiro nível de escolaridade, apresentava uma taxa de desemprego de 16,1%. 8,9%, para o segundo nível e para o terceiro nível de escolaridade a taxa verificada foi de 4,4%.

3.5.3. Micro países

Tabela XI

	ISCED 0-2 Micro países				ISCED 3-4 Micro países		ISCED 5-6 Micro países	
	União Europeia	Zona Euro	Luxemburgo	Malta	Luxemburgo	Malta	Luxemburgo	Malta
2000	11,9	12,2	3,7	7,2	1,9			
2001	10,8	10,6	2,5	7,9	1,4	8,4	1,4	
2002	11,3	11	4,6	8	1,5		1,7	
2003	11,5	11,5	4	8,2	3,3	7,2	u 4,3	
2004	12	11,9	7	9,2	4,4	5,6	3,9	
2005	11,9	11,9	6,4	9,7	3,8		3,5	
2006	11,5	11,4	6,6	9	4,4		3,1	
2007	10,6	10,7	5,8	8,6	3,4		u 3,2	
2008	11,3	11,5	6,6	8,4	5,9		u 2,5	
2009	14,5	14,9	8,1	9	4,3	4,6	4,2	
2010	15,7	16,2	u 6,1	9,1	4	5,1	3,8	

FONTE: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

Para os países micro e tendo em linha de conta a limitação dos dados referentes ao período em questão, analisando a tabela supra, conseguimos traçar uma tendência decrescente das taxas de desemprego, à medida que aumenta o nível escolar. Conseguimos igualmente constatar que as taxas de desemprego independentemente do nível escolar em questão são consideravelmente mais baixas para estes dois micro países do que para a EU ou zona euro.

3.5.4. Países centrais

Tabela XII

ISCED 0-2 Países centrais									
	União Europeia	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Países Baixos
2000	11,9	12,2	12,6	8,1	10,3	40,4	10,8	15,3	4,4
2001	10,8	10,6	11,6	7	10,9	42,5	9,1	13,2	3
2002	11,3	11	13,4	8	11,2	46	8,7	13	3,7
2003	11,5	11,5	15,8	8,8	11,7	47	10,5	12,1	5,8
2004	12	11,9	17,7	10,6	12	52,1	9,5	12,9	7,2
2005	11,9	11,9	19,1	10,2	13,9	53,3	9,5	12,9	7,3
2006	11,5	11,4	18,6	9,2	13,9	48,4	7,8	13,1	6,1
2007	10,6	10,7	17	8,6	12,9	44,9	6,8	12,3	5,2
2008	11,3	11,5	15,3	7,8	12,4	39,3	6,2	11,8	4,6
2009	14,5	14,9	15,6	9,8	13,6	41,5	8,8	14,3	5,5
2010	15,7	16,2	14,9	8,5	15,3	44,2	11,7	15,4	7,2

ISCED 3-4 Países centrais									
	União Europeia	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Holanda
2000	9,5	8,9	7,9	4,2	6,8	18,4	6,9	9,1	2
2001	9,1	8,1	8	3,6	5	18,7	5,5	7,6	1,7
2002	9,5	8,4	8,7	4,7	6,5	17,8	6	7,7	2,1
2003	9,5	8,8	10	4,2	8	15,9	6,2	7,8	2,9
2004	9,6	9,2	11,2	4,5	7,4	16,9	6,1	8,4	4,2
2005	9,2	8,9	11	4,4	8,5	14,4	6,9	8	4,3
2006	8,2	8,1	9,9	4	8,1	11,8	6,5	8,1	3,6
2007	6,9	7,1	8,2	3,7	7,6	9,4	5	7,1	2,9
2008	6,5	6,8	7,2	3,3	6,9	8,1	4,4	6,9	2,4
2009	8,3	8,5	7,5	4,1	8,1	11,5	6,3	8,8	3,1
2010	9	8,8	6,9	3,9	8,1	14,1	7,5	8,7	3,9

ISCED 5-6 Países centrais									
	União Europeia	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Holanda
2000	4,9	5,5	4,3	2,2	2,7	5,3	2,2	5,5	1,7
2001	4,3	4,8	4,1	1,9	3,1	5,2	2,3	4,9	1,6
2002	4,7	5,2	4,3	1,8	3,5	4	2,5	5,5	1,7
2003	4,9	5,5	5	2,4	3,8	4,4	3,7	5,9	2,4
2004	5	5,7	5,4	T 3,0	3,7	5,9	2,8	6,4	2,9
2005	5	5,6	5,5	2,7	4,4	5,1	3,2	6,2	2,9
2006	4,5	5,1	4,8	2,6	4,5	3,3	3,2	5,9	2,3
2007	4	4,4	3,8	2,5	3,8	4,1	3,3	5,4	1,8
2008	3,8	4,3	3,3	1,7	3,6	3,5	3,4	4,5	1,7
2009	5	5,4	3,4	2,3	4,5	4,2	3,2	5,5	2,2
2010	5,4	5,8	3,1	2,4	4,5	5,8	4,3	5,5	2,8

Fonte: Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-04-25

A análise do quadro referente aos países centrais apenas corrobora o que foi dito para os restantes países da zona euro, com taxas de desemprego decrescentes à medida que aumenta o nível de escolaridade. Ainda no caso particular dos países centrais, realçamos o facto de para os três níveis escolares analisados, com exceção da Eslováquia (para todos os níveis de escolaridade) e da França (no caso do nível de escolaridade mais baixo), os restantes países apresentam taxas de desemprego por nível de escolaridade inferiores aos verificados para a EU, e zona euro. Facto relevante a considerar são as taxas anormalmente elevadas da Eslováquia, assim como as taxas extremamente baixas da Holanda.

3.6. Síntese

No que diz respeito ao desemprego total, a tendência de crescimento é latente em 12 dos 17 países constituintes da zona euro. As exceções são a Alemanha, Áustria, Eslováquia e Itália. Dentro desta tendência de crescimento e tendo em conta o critério geográfico, dos 5 países que não registaram crescimento da taxa de desemprego, quatro pertencem ao grupo dos países centrais (Alemanha, Áustria, Eslováquia e França).

Observamos igualmente para os dados estatísticos em questão, que os micro países inscreveram ao longo dos 11 anos analisados taxas inferiores às verificadas pela EU e zona euro, registando das taxas mais baixas para os países analisados. Comportamento idêntico foi observado por parte da Finlândia. Quanto aos países periféricos, com a exceção do Chipre e da Itália, a tendência de crescimento mantém-se para este subgrupo de países. No entanto a sua evolução ao longo dos anos nem sempre foi uniforme, mais concretamente quando comparadas com as taxas da EU e zona euro.

Num quadro evolutivo das taxas de desemprego analisadas, numa década que se pode caracterizar de “generosa” em acontecimentos à escala mundial com repercussões económicas, surgem anos marcantes. Logo à partida, o início da década em análise é marcado pela criação de uma moeda única, inicialmente para um conjunto de 11 países - o Euro. A data de criação da moeda única remonta a 1 de Janeiro de 1999, apesar de só ter entrado fisicamente em circulação em 1 de Janeiro de 2002. Relacionado com a criação de uma moeda única está a perda de soberania por parte dos países constituintes da zona euro no que à política monetária diz respeito. A adoção de políticas de cariz monetário como mecanismo de defesa contra choques económicos externos adversos deixou de ser uma

possibilidade. Este constrangimento poderá estar relacionado, com o facto um número significativo dos 11 países inicialmente constituintes da zona euro apresentarem para o período em questão taxas de desemprego inferiores às verificadas para a EU e zona Euro.

O ano de 2001 fica marcado por um dos maiores eventos terroristas de que há memória (o 11 de Setembro), ocorrido nos E.U.A., caracterizado por uma dramática envolvência humana, mas igualmente pelas repercussões políticas e económicas que lhe sucederam.. Convém frisar que na sequência deste ataque terrorista eclodiu a invasão do Iraque. Ora, é certo e sabido que todo e qualquer tipo de movimento desestabilizador na região do Médio Oriente culmina com subidas do preço do petróleo, com as consentâneas repercussões económicas.

Também no ano de 2001 e a juntar ao facto anteriormente descrito, surgiu a eclosão de uma bolha especulativa por parte das empresas de novas tecnologias.

Em termos de desemprego, para os anos anteriormente mencionados, com maior evidência para o ano de 2003, empiricamente constatamos que as reações em termos de mercado de trabalho resultaram num movimento ascendente por parte das taxas de desemprego que se prolongou até ao ano de 2005. A partir deste ano e apesar do Produto Interno Bruto (PIB) da maioria dos países pertencentes à EU ter regredido ou estagnado até final da década, a taxa de desemprego para a maior parte dos países da zona euro diminuiu até ao ano de 2008. Este apresenta – se como um ponto de viragem, tendo-se verificado a partir do ano em questão um novo aumento das taxas de desemprego. Empiricamente associamos os aumentos verificados nas taxas de desemprego à crise do sub-prime (caracter hipotecário), que teve início com a falência do banco americano Lehman Brothers (4.º maior banco Americano). A crise hipotecária que no caso Americano degenerou numa crise financeira. Na Europa, os efeitos da crise hipotecária alastraram-se igualmente ao sector financeiro; no entanto, se é sabido que nos EUA a crise se ficou pelo sector financeiro com todas as repercussões económicas daí decorrentes, na Europa essa mesma crise financeira degenerou numa outra crise cumulativa com as anteriores, a crise de dívida pública, cujas implicações económicas na sua globalidade ainda são desconhecidas. Aliás, na Europa e fruto das crises anteriormente descritas, mais precisamente da crise de dívida pública, houve necessidade de intervenção por parte da troika (FMI, BCE e EU) em três países, Grécia, Irlanda e Portugal, para colmatar as necessidades de financiamento para os países em questão.

Não estando excluída a possibilidade de intervenção em outros países, tal fato por si só tem contribuído para um forte clima de instabilidade económica e política estando mesmo a ser equacionados cenários de emergência que compreendem a saída de países da zona euro, com a inerente incerteza da continuidade existencial da mesma.

CAPITULO IV

ESTUDO EMPIRICO

4.1. Recensão dos estudos sobre Desemprego

Neste capítulo vamos analisar alguns estudos sobre o desemprego, tendo por base fatores conducentes ao desemprego que anteriormente classificamos como clássico (ver Quadro I)

Quadro X – Desemprego, desemprego jovem

Autor	Área Geográfica	Período Temporal	V. Explicada	V. Explicativa	Resultados
(Annett 2007)	Dinamarca, Holanda, Irlanda e Reino Unido	Últimas duas décadas	Desemprego	Salários Sistema fiscal Despesas estatais Apoios sociais Regulamentação laboral	Reformas mistas compreendendo a vertente fiscal, a vertente salarial, que tem como referência a produtividade são complementares. Países que adotaram reduções fiscais na taxação do fator trabalho, acompanhadas por reformas do Mercado laboral (como compensação da perda de produtividade) proporcionando moderação salarial, conseguiram inverter uma tendência de desemprego elevado.
(Todaro 2008)	França, Alemanha, Noruega, Holanda, Suécia e Reino Unido.	1970-2003	Desemprego jovem	Benefícios sociais; Sindicalização; Taxa de juro; Produção Industrial; Legislação laboral protecionista	Existe uma relação positiva entre os benefícios sociais, a taxa de juro e o desemprego jovem. Relativamente à sindicalização a relação é inversa, o que segundo a autora, leva-nos a concluir que quanto maior o grau de sindicalização, mais difícil se torna o processo de despedimento. Em alguns países, como a França, Alemanha e Holanda a relação entre desemprego jovem e produção industrial mostra-se inversa, ou seja, à medida que a produção industrial aumenta, mais postos de trabalho serão criados e por conseguinte diminui o número de indivíduos desempregados.

Quadro XI – Desemprego entre trabalhadores pouco qualificados; divergência nas taxas de desemprego

Autor	Área Geográfica	Período Temporal	V. Explicada	V. Explicativa	Resultados
(Oesch 2009)	Países OCDE	1991 – 2006	Desemprego entre trabalhadores pouco qualificados	Processo de determinação salarial, salário mínimo e dispersão salarial; Proteção laboral; Benefícios decorrentes da situação de desempregado; Globalização e movimentos emigratórios; Política monetária (taxa de juro)	Os dados analisados, não suportam a hipótese inicialmente avançada, dos benefícios sociais decorrentes da situação de desempregado, assim como os mecanismos de proteção laboral estejam na origem de taxas de desemprego (trabalhadores pouco qualificados) elevadas. Da mesma forma não foram encontradas evidências entre a determinação salarial (salário mínimo) e taxas de desemprego elevadas para trabalhadores pouco qualificados. Por outro lado, os dados analisados evidenciam que políticas ativas (práticas mais eficientes na procura, programas e formação) de combate ao desemprego são fatores que contribuem para taxas de desemprego não qualificado mais baixas. Encontramos ainda evidência estatística que suporta a hipótese da taxa de desemprego não qualificado reagir a políticas monetárias. Períodos de recessão deverão ter como resposta por parte dos governos políticas monetárias expansionistas (diminuição das taxas de juro) de forma a incentivar a procura agregada, sempre que os níveis inflacionistas o permitam.
(Saint-Paul 2004)	Europa	1970-2000	Divergência nas taxas de desemprego	Dualismo; Conjuntura económica; Constrangimentos políticos; Dimensão do país; Fatores geografico-culturais.	Conclui o autor que a discrepância das taxas de desemprego verificada nos diferentes países europeus está relacionada com as reformas laborais que alguns países efetuaram na década de 90, conseguindo desta forma uma diminuição substancial das suas taxas de desemprego. Não conseguindo mensurar qual o peso individual de alguns fatores de rigidez como o dualismo, poder sindical, proteção laboral, salário mínimo, questões ideológicas, e a sua influência na diminuição do desemprego, é evidente para o autor que e no seu conjunto influenciam negativamente as taxas de desemprego, pelo que as reformas devem ser abrangentes integrando os diversos fatores potenciadores de rigidez. Apesar dos resultados não serem conclusivos, o autor aponta como fatores inibidores das desejadas reformas os apontados neste quadro como variáveis explicativas (Dualismo, conjuntura económica, constrangimentos políticos, questões ideológicas, dimensão do país e fatores geográfico – culturais).

Quadro XII – Taxa de desemprego

Autor	Área Geográfica	Período Temporal	V. Explicada	V. Explicativa	Resultados
(Baker, Glyn, Howell and Schmitt 2004)	OCDE	1980-1998	Taxa de desemprego	Poder dos sindicatos na negociação salarial; Legislação laboral; Subsídio de desemprego; Benefícios sociais generosos	Na década de 80 e 90 a rigidez do mercado de trabalho era tida como principal fator gerador das elevadas taxas de desemprego. Esta linha de orientação foi seguida tanto pela OCDE, como pelo FMI, com recomendações no sentido de se proceder a uma maior flexibilização do Mercado, nomeadamente em países com taxas de desemprego mais elevadas. Não obstante, concluem os autores deste estudo que os resultados são problemáticos e até contraditórios. É possível chegar a taxas de desemprego baixas, quer nos países que evidenciam a existência de rigidez laboral, quer no caso de países com regras laborais mais próximas do funcionamento natural de Mercado. Para além disso, as variáveis explicativas são maioritariamente não relevantes e quando o são apresentam-se demasiadamente dispersas, impossibilitando a adoção de medidas baseadas no estudo.
(Nickell 2002)	Ausátria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha; Suécia, Suíça, Reino Unido	1960-2000	Desemprego	Benefícios sociais; Política Monetária; Proteção laboral; Barreiras à mobilidade; Sindicatos; Políticas ativas; Alterações inesperadas na procura; Alterações inesperadas na produtividade	Segundo o autor e relativamente aos benefícios sociais associados ao desemprego, conclui que para além do nível, à que ter em atenção a duração, o grau de cobertura e as condições de acesso dos mesmos. Quanto às políticas ativas, os países do Norte da Europa e Escandinávia apresentam elevados níveis de investimento em relação ao PIB, no que respeita às políticas ativas de emprego. Sindicalização e o processo de negociação salarial é igualmente apontado pelo autor como um elemento importante na explicação da taxa de desemprego. Por último a proteção legislativa laboral. Sendo este fator apontado como o principal despoletador de rigidez no mercado de trabalho, constatou o autor por análise de trabalhos precedentes que os resultados não são tão lineares, chegando mesmo a serem contraditórios.

Quadro XIII – Empregabilidade; desemprego

Autor	Área Geográfica	Período Temporal	V. Explicada	V. Explicativa	Resultados
(Almeida 2007)	Portugal		Empregabilidade	Políticas de formação e Sistema organizacional	<p>Relativamente às políticas de formação, o autor aponta algumas limitações, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formações limitativas para para alguns grupos de, tais como os que encontram perto do fim da vida ativa e os que detém fracos níveis de escolaridade. - Nem todas as políticas de formação conseguem promover o aumento das competências necessárias à empregabilidade. - Quando alcançados os objetivos das políticas de formação (empregabilidade), à que pesar os prós e os contras das mesmas, uma vez que ao tornarem a sua mão-de-obra mais empregável aumenta o risco de perda para a concorrência <p>No que ao sistema organizacional diz respeito, para o autor a forma de organização deveria ser entendida como um meio para alcançar/potenciar a empregabilidade através de um processo de valorização e desenvolvimento das competências, promovendo a flexibilidade organizacional.</p>
(Siebert 1997)	OCDE	1960-1990	Desemprego	Salários e flexibilidade laboral; Processo de negociação salarial; Carga Fiscal; Salário Reserva	<p>Constatou o autor durante as décadas de 60 e 70, na Europa surgiram em muitos dos países Europeus, as pensões de velhice, restrições aos despedimentos e respetivo enquadramento legal, aumentos ao valor do salário mínimo, aumento dos valores referentes aos subsídios de doença.</p> <p>Com a introdução/reforço destas medidas em termos institucionais o mercado de trabalho europeu tornou-se mais rígido, potenciando segundo o autor o aumento do desemprego. Chegadas a este ponto reformas urgem no sentido da flexibilização. No entanto a maioria dos países europeus apenas efetuou alterações marginais – anos 90 – não conseguindo reduções substanciais do desemprego.</p> <p>Como exemplo, o caso da Holanda e do Reino Unido, sugerem que alterações substanciais melhoram o funcionamento do mercado de trabalho, possibilitando a criação de mais emprego. Termina Siebert dizendo que “<i>the specter of unemployment that is haunting Europe will not be exorcised unless governments are prepared to undertake major reforms of the institutional setup of the labor market</i>”.</p>

Quadro XIV – Desemprego

Autor	Área Geográfica	Período Temporal	V. Explicada	V. Explicativa	Resultados
(Schettkat and Sun 2008)	EUA e Alemanha	1970-1990	Desemprego	Política monetária assimétrica	<p>Concluiu o autor, através de modelos econométricos que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quando o PIB real é superior ao PIB potencial (pressão inflacionista), o Bundesbank (posteriormente o Banco Central Europeu - BCE) tende a ser proactivo no controlo da inflação, aumentando não só a taxa nominal, mas também a taxa real de juro. - Quando o PIB real se situou em valores inferiores ao PIB potencial a resposta por parte do Bundesbank não mereceu a mesma proactividade em termos de taxas de juro, mantendo-as inalteradas. - Inércia é o adjetivo que melhor se aplica na relação entre o Bundesbank e a economia real. - Contrariamente às respostas verificadas pelo Bundesbank, o FED, reagiu em termos monetários ativamente e de forma simétrica, tanto em situações de pressões inflacionistas, como no caso de pressões deflacionistas. - Nos períodos pós crise, as taxas de crescimento nos EUA (onde a PM é utilizada como forma de se alcançar mais crescimento económico, mais emprego) foram claramente superiores às verificadas na Alemanha.

Quadro XV – Eficácia das políticas ativas emprego

Autor	Área Geográfica	Período Temporal	V. Explicada	V. Explicativa	Resultados
(Kluve 2006)	União Europeia	1970-2000	Eficácia das políticas ativas de emprego.	<p>Políticas ativas de emprego;</p> <p>Assistência credenciada na procura de emprego;</p> <p>Ações de formação;</p> <p>Incentivos à contratação;</p> <p>Criação direta de emprego por parte do Estado;</p> <p>Programas destinados a jovens desempregados;</p> <p>Contexto legislativo;</p>	<p>Quanto aos programas constituintes das políticas ativas de emprego e no que aos efeitos positivos diz respeito, conclui o autor que programas de assistência na procura de emprego associado a um sistema de incentivos/sanções, assim como políticas baseadas em esquemas de incentivo á contratação de desempregados por parte do sector privado, são as que mais se destacam pela positiva.</p> <p>Quanto aos programas baseados nas ações de formação, apesar dos seus efeitos não serem negativos, o impacto positivo poderá ser caracterizado como modesto, especialmente quando comparado com os dois programas anteriormente referidos.</p> <p>Por seu lado, políticas ativas baseadas na criação direta de postos de trabalho por parte do Estado, não mostram qualquer eficácia, assim como os programas cujo principal objetivo consiste em assistir jovens desempregados, pelo que a continuação dos mesmos deverá ser posta em causa.</p> <p>Segundo o autor o argumento principal será a tipologia do programa, uma vez que a relação entre a eficácia do programa e outros fatores conjunturais, tais como o País, ou o período e contexto macroeconómico, terão uma relevância nula na eficácia do programa em questão. Negativamente, o único fator que terá alguma significância, correlacionando-se negativamente com a eficácia do programa será a tipologia legislativa em vigor (proteção laboral elevada ou diminuta).</p>

Pelos estudos analisados, observamos que não são coincidentes, sendo inclusivamente alguns deles contraditórios.

4.2. Dados e Métodos.

Na tentativa de perceber o comportamento do desemprego na zona Euro e eventuais diferenças comportamentais consoante o país em análise iremos centrar a nossa análise sobre as seguintes variáveis explicadas – *Taxa anual média de desemprego* e a *Variação da taxa anual média de desemprego*, Dentro da taxa anual média de desemprego iremos observar o comportamento de grupos de países, mediante a sua localização geográfica, pelo que iremos considerar a - *Taxa anual média de desemprego nos países periféricos* (Portugal, Espanha, Itália, Irlanda, Grécia e Chipre) e *Taxa anual média de desemprego para os restantes países da zona Euro*.

Quanto às variáveis explicativas, iremos apresentá-las no ponto seguinte. Os dados estatísticos usados nos nossos modelos, foram recolhidos junto do EUROSTAT e OCDE.

4.2.1. Variáveis explicativas:

- A primeira variável explicativa apresentada são as políticas macroeconómicas. Como forma de consubstanciarmos esta variável através de dados estatísticos, selecionamos dados referentes ao crescimento anual do PIB tendo por base o ano anterior, nos respetivos Estados membros da zona Euro. Com esta variável pretendemos constatar a perceção de que a taxa de desemprego, assim como a sua variação anual e evolução do PIB variam em sentido contrário.
- Inovação tecnológica é a segunda variável explicativa apresentada, traduzida através de dados estatísticos recolhidos junto do Eurostat e que traduzem em percentagem do PIB, a despesa total em investigação e desenvolvimento de cada Estado membro da zona euro, confirmando ou rejeitando a hipótese de que quanto maior a percentagem gasta em investigação por um Estado membro, menor será a taxa de desemprego. No entanto esta extrapolação não será tão simples quanto à primeira vista poderá ser apresentada, na medida em que gastos em investigação levam à criação de postos de trabalho qualificados, com elevados índices de escolaridade e formação, o que poderá não se verificar em todos os Estados.

Nos países onde se verifiquem mercados de trabalho caracterizados por trabalhadores pouco qualificados, os efeitos provenientes de investimento em investigação e desenvolvimento serão diferentes dos verificados em mercados de trabalho caracterizados por trabalhadores altamente qualificados. No entanto a nossa perceção empírica é de que apesar da dimensão dos efeitos provocados diferir consoante as características laborais de cada país, em ambos os casos esses efeitos serão positivos.

- A terceira variável explicativa prende-se com a temática dos intangíveis, englobando capital humano, capital intelectual, empregabilidade e conhecimento. Sendo esta temática de difícil mensuração, adotamos como unidade de medida a despesa anual gasta por cada Estado membro em educação (instituições públicas e privadas). Mais uma vez, os efeitos resultantes de uma maior ou menor percentagem da população licenciada, ou de um maior ou menor grau de escolaridade da população deverão ter em consideração as características inerentes à maioria dos trabalhadores. Se a procura de trabalho se caracterizar por qualificações médio/baixas e a oferta de trabalho tiver qualificações altas, vai provocar um problema de desfasamento entre procura e oferta, levando a que esses trabalhadores qualificados fiquem desempregados e que os pouco qualificados encontrem facilmente emprego, aplicando-se a mesma lógica em sentido contrário.
- Como quarta explicativa teremos a inflação e suas eventuais implicações na taxa de desemprego. Sempre que o fenómeno desemprego e inflação surgem na mesma frase, economicamente não nos conseguimos dissociar da curva de Phillips, segundo a qual no curto prazo, conseguiríamos um “trade-off” entre inflação e desemprego. Se quiséssemos uma diminuição do desemprego teríamos de aceitar uma maior taxa de inflação, sendo que o contrário também se verificaria. Menos desemprego provocaria mais consumo, conseqüentemente aumento dos preços, sendo o contrário igualmente verdade. Outro termo económico inerente à problemática do desemprego e da inflação é a NAIRU (*Non accelerate inflation rate of unemployment*), que não é mais do que a taxa desemprego para a qual não

existem pressões inflacionistas, onde as forças de mercado da procura e da oferta se encontram em equilíbrio. Assim sendo iremos tentar constatar quais as implicações da inflação na taxa de desemprego dos países da zona euro.

- As políticas sociais aparecem igualmente como uma variável explicativa para os dois modelos considerados. Apesar de tudo, reconhecemos a necessidade premente da existência destas políticas, como já explicitado no ponto anterior. No entanto e da mesma forma que reconhecemos a sua importância, não podemos ignorar as potenciais implicações negativas. Subsídios de desemprego elevados (próximos do ordenado mínimo legal) e por períodos de tempo prolongados, interferem na motivação e empenhamento dos candidatos a um emprego. Assim sendo, iremos analisar os gastos em benefícios sociais associados ao desemprego, medidos em percentagem do PIB de forma a tentarmos clarificar a nossa posição.
- Deslocalização das multinacionais, será igualmente uma variável explicativa. Aqui o empirismo aponta no sentido de que a deslocalização poder-se-á fazer ou pela vertente fiscal, ou pela componente do custo da mão-de-obra, pelo que iremos abordar a taxa anual de crescimento do custo de trabalho unitário.
- Como última variável explicativa apresentamos a população estrangeira em percentagem da população residente. Tentaremos perceber, até que ponto um aumento da oferta de mão-de-obra motivada pelo aumento da população estrangeira (imigrantes), influenciará o comportamento das nossas variáveis explicadas.

No que concerne à amostra, selecionamos os 17 países constituintes da zona Euro e observamos os anos compreendidos entre 2001 e 2010.

Apresentamos de seguida quatro modelos. Um assente na taxa de desemprego, como variável dependente e um outro em que consideramos não a taxa de desemprego em si mesma, mas antes a variação ocorrida na taxa de desemprego. Dentro do modelo que se baseia na taxa de desemprego, vamos considerar um modelo para a taxa de desemprego

dos países por nós classificados como periféricos e restantes países da zona Euro (não periféricos).

4.2.2. Modelos

$$\text{A) } \mathbf{TXDESEMP} = \mathbf{c} + \beta_1.\mathbf{PIB} + \beta_2.\mathbf{IED} + \beta_3.\mathbf{INVEDUFORM} + \beta_4.\mathbf{INFL} + \beta_5.\mathbf{DESPSDES} + \beta_6.\mathbf{CUT} + \beta_7.\mathbf{POPESTR} + \mu$$

$$\text{B) } \mathbf{VARTXDESEMP} = \mathbf{c} + \beta_1.\mathbf{PIB} + \beta_2.\mathbf{IED} + \beta_3.\mathbf{INVEDUFORM} + \beta_4.\mathbf{INFL} + \beta_5.\mathbf{DESPSDES} + \beta_6.\mathbf{CUT} + \beta_7.\mathbf{POPESTR} + \mu$$

$$\text{C) } \mathbf{TXDESEMP.PER} = \mathbf{c} + \beta_1.\mathbf{PIB} + \beta_2.\mathbf{IED} + \beta_3.\mathbf{INVEDUFORM} + \beta_4.\mathbf{INFL} + \beta_5.\mathbf{DESPSDES} + \beta_6.\mathbf{CUT} + \beta_7.\mathbf{POPESTR} + \mu$$

$$\text{D) } \mathbf{TXDESEMP.NPER} = \mathbf{c} + \beta_1.\mathbf{PIB} + \beta_2.\mathbf{IED} + \beta_3.\mathbf{INVEDUFORM} + \beta_4.\mathbf{INFL} + \beta_5.\mathbf{DESPSDES} + \beta_6.\mathbf{CUT} + \beta_7.\mathbf{POPESTR} + \mu$$

Onde:

TXDESEMP – Taxa anual média de desemprego.

VARTXDESEMP – Variação da taxa anual média de desemprego.

TXDESEMP.PER – Taxa anual média de desemprego, países periféricos (Portugal, Grécia, Irlanda, Itália, Espanha e Chipre).

TXDESEMP.NPER – Taxa de desemprego, países não periféricos (Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda, França, Eslovénia, Eslováquia, Malta, Luxemburgo, Finlândia, Estónia).

PIB - Crescimento real do PIB (variação em relação ao ano anterior).

IED - Despesa total efetuada em Investigação e desenvolvimento, levada a cabo em todos os sectores da economia, medidos através da percentagem do PIB.

INVEDUFORM - Despesa anual efetuada por cada Estado em educação (instituições públicas e privadas em percentagem do PIB).

INFL - Taxa anual de inflação medida pelo índice HICP (2005=100)

DESPSDES - Despesas tidas com os benefícios sociais associados ao desemprego, em percentagem do PIB.

CUT - Taxa de Crescimento anual dos custos unitários do fator trabalho (tendo por base o ano anterior).

POPESTR - População estrangeira em percentagem da população residente.

4.3. Resultados

4.3.1. Modelo A

Numa primeira fase analisamos o *modelo A* referente à taxa de desemprego e os eventuais fatores explicativos para os anos de 2001 a 2010.

Tabela XIII: Matriz de correlação dos coeficientes de regressão

Matriz de correlação dos coeficientes de regressão Modelo A							
	PIB	IED	INVEDUFORM	INFL	DESPSDES	CUT	POPESTR
PIB	1						
IED	0,103	1					
INVEDUFORM	0,174	0,076	1				
INFL	-0,41	0,126	0,083	1			
DESPSDES	0,098	-0,45	-0,146	0,1	1		
CUT	0,386	-0,05	-0,046	-0,57	0,168	1	
POPESTR	0	0,02	0,264	0,021	-0,043	0	1

Pela análise do quadro das correlações, podemos concluir que não existe entre as variáveis independentes elevada correlação (valores inferiores a 0,6), pelo que podemos manter as referidas variáveis explicativas no modelo.

Tabela XIV: Variável dependente - taxa de desemprego zona Euro

Variável dependente: Taxa de desemprego na zona Euro			
N: 125			
R ² : 0,369			
Variáveis	Coeficiente	valor – p	Significância
C	15,533	0	
PIB	-0,21	0,008	***
IED	-1,233	0	***
INVEDUFORM	-1,354	0	***
INFL	0,192	0,288	
DESPSDES	1,744	0	***
CUT	-0,135	0,181	
POPESTR	-0,148	0	***

(*** = variáveis estatisticamente significantes, significância de 99%)

Podemos concluir pelos dados apurados, mais precisamente pelo coeficiente de determinação ($R^2 = 0,369$), que em 36,9 % dos casos, a variável taxa de desemprego consegue ser explicada pelos regressores existentes no modelo. Quanto aos coeficientes das respetivas variáveis explicativas, concluímos que na sua generalidade, comportam-se de maneira economicamente previsível. No intuito de não nos dispersarmos no nosso estudo, iremos apenas debruçar-nos naquelas que são estatisticamente significativas (***)

Começemos pelo PIB. Segundo o que nos é dado a observar pelos elementos recolhidos, constatamos que PIB e desemprego variam em sentido contrário. Existe pois evidência estatística que nos permite afiançar com elevado nível de significância (99 %), que quando o PIB aumenta, a taxa de desemprego diminui.

Concluímos que IED, tal como o PIB, varia em sentido contrário relativamente à taxa de desemprego. À medida que aumentamos a despesa em investigação e desenvolvimento (em termos totais e em todos os sectores económicos), a taxa de desemprego diminui. Também esta variável explicativa assume valores de significância elevados.

INVEDUFORM: Tal como as duas variáveis explicativas apresentadas anteriormente, também esta regista uma variação inversa relativamente à taxa de

desemprego e também com um nível de significância estatística elevado, mantendo a coerência com o empirismo económico.

DESPSDES, esta é a única variável das apresentadas que varia no mesmo sentido da taxa de desemprego sendo também estatisticamente significativa. Podemos pois concluir que, à medida que aumentam as despesas com benefícios sociais imputáveis à situação de desempregado, aumenta igualmente a taxa de desemprego.

Por último e no que às variáveis significantes diz respeito, a variável POPESTR assume igualmente papel importante na explicação da taxa de desemprego, ajudando a perceber que à medida que o número de população estrangeira em percentagem da população residente aumenta, o desemprego diminui. Economicamente a interpretação desta variável e o sentido da sua variação podem não gerar consensos, pelo que vamos voltar a abordar este tema no ponto 4.3, dedicado à discussão dos resultados.

4.3.2. Modelo B

Pela análise do quadro das correlações, podemos concluir que tal como no modelo A não existe entre as variáveis independentes elevada correlação (valores inferiores a 0,6), pelo que podemos desta forma manter as referidas variáveis explicativas no modelo.

Tabela XV: Matriz de correlação dos coeficientes de regressão

Matriz de correlação dos coeficientes de regressão							
	PIB	IED	INVEDUFORM	INFL	DESPSDES	CUT	POPESTR
PIB	1						
IED	0,103	1					
INVEDUFORM	0,174	0,076	1				
INFL	-0,409	0,126	0,083	1			
DESPSDES	0,098	-0,454	-0,146	0,1	1		
CUT	0,386	-0,048	-0,046	-0,57	0,168	1	
POPESTR	0	0,0209	0,264	0,021	-0,043	-0,002	1

Tabela XVI: Variável dependente – Variação da taxa de desemprego zona Euro

Variável dependente: Variação da Taxa de desemprego na zona Euro			
N: 125			
R ² : 0,642			
Variáveis	Coeficiente	valor – p	Significância
C	0,823	0,184	
PIB	-0,313	0	***
IED	-0,436	0	***
INVEDUFORM	0,007	0,941	
INFL	0,003	0,042	**
DESPSDES	0,324	0,007	**
CUT	-0,062	0,075	*
POPESTR	0,037	0,001	***

(*** nível de significância 99%; ** nível de significância de 95%; * nível de significância de 90%)

Neste caso, para os dados analisados, podemos concluir que a variável dependente, variação da taxa de desemprego, é explicada em 64,2% pelas variáveis explicativas consideradas. Dentro das variáveis explicativas apresentadas, vamos considerar quais as que serão estatisticamente significantes na explicação da variação da taxa de desemprego.

Tal como no Modelo A, onde consideramos como variável explicada a taxa de desemprego, também aqui, onde temos como variável dependente a variação da taxa de desemprego, constatamos que a variável independente PIB varia em sentido contrário à variação da taxa de desemprego (com elevada significância estatística). Concluimos portanto que, quando a percentagem do crescimento real do PIB aumenta, a variação da taxa de desemprego é negativa.

A variável explicativa IED revela comportamento similar, pelo que um aumento da despesa (total em todos os sectores de atividade económica, em percentagem do PIB) provocará, segundo o nosso modelo, uma variação da taxa de desemprego negativa. Variável que se revela igualmente estatisticamente bastante relevante.

A variável INFL é outra variável com considerável relevância estatística, sendo o seu comportamento em termos de empirismo económico difuso. Observamos que à medida que a taxa anual de inflação medida pelo índice HIPC (2005 = 100) aumenta, a variação da taxa de desemprego varia em sentido positivo.

No caso das despesas sociais relacionadas com o desemprego (DESPSDES), para além de constatarmos a sua relevância estatística, em termos comportamentais, concluímos que existe uma variação que vai no mesmo sentido da variável dependente estudada (variação da taxa de desemprego).

Os custos unitários do fator trabalho, como variável explicativa assumem maior significância estatística no modelo em questão, apesar de podermos considerar que mesmo assim a sua relevância seja moderada. Assim sendo, e à medida que aumenta o custo do fator produtivo trabalho, a variação da taxa de desemprego revela-se negativa.

Por último, no modelo em análise, constatamos que um aumento na POPESTR, provocará uma variação positiva na taxa de desemprego, revelando-se enquanto variável explicativa de relevância estatística.

4.3.3. Modelo C

Tabela XVII: Matriz de correlação dos coeficientes de regressão

Matriz de correlação dos coeficientes de regressão							
	PIB	IED	INVEDUFORM	INFL	DESPSDES	CUT	POPESTR
PIB	1						
IED	0,421	1					
INVEDUFORM	0,433	0,643	1				
INFL	-0,303	0,36	0,289	1			
DESPSDES	0,085	-0,251	0,152	-0,014	1		
CUT	0,034	-0,272	-0,17	-0,521	0,18	1	
POPESTR	-0,367	-0,108	-0,575	0,048	-0,419	-0,03	1

Na medida em que os valores observados, são inferiores a 0,60, podemos manter as variáveis explicativas do modelo, uma vez que a correlação entre variáveis é moderada.

Tabela XVIII: Variável dependente – Taxa de desemprego, países periféricos

V. dependente: Taxa de desemprego países periféricos			
N: 42			
R ² : 0,773			
Variáveis	Coeficiente	valor – p	Significância
C	14,324	0	
PIB	-0,469	0,001	***
IED	-2,406	0,045	**
INVEDUFORM	-1,07	0,014	**
INFL	-0,214	0,477	
DESPDES	2,953	0	***
CUT	-0,167	0,218	
POPESTR	-0,11	0,257	

(*** nível de significância 99%; ** nível de significância de 95%)

Para os dados analisados, relativos aos países periféricos, concluímos que as variáveis independentes consideradas, conseguem explicar a variável dependente em 77,3% dos casos.

Pela análise do quadro anterior e pelos valores apresentados para os coeficientes das variáveis explicativas, constatamos que o comportamento é bastante similar ao verificado no Modelo A. Também aqui o PIB e a taxa de desemprego variam em sentido contrário, pelo que mais uma vez verificamos que se aumentar a taxa de crescimento real do PIB, a taxa de desemprego irá diminuir.

O mesmo se passa relativamente à variável IED e INVEDUFORM, pelo que o aumento em qualquer uma das variáveis anteriormente aludidas provocará uma diminuição da taxa de desemprego anual média para os países por nós considerados como periféricos da zona Euro.

INFL, CUT e POPESTR, não são estatisticamente relevantes, pelo que não teceremos considerações relativas a elas.

Já no que respeita à variável DESPDES, o seu comportamento é em tudo similar ao comportamento verificado no Modelo A, onde consideramos não só os países designado por periféricos, mas a totalidade dos países constituintes da zona Euro (aumento das DESSDES, provocam aumentos da taxa de desemprego).

4.3.4. Modelo D

Tabela XIX: Matriz de correlação dos coeficientes de regressão

Matriz de correlação dos coeficientes de regressão							
	PIB	IED	INVEDUFORM	INFL	DESPSDES	CUT	POPESTR
PIB	1						
IED	0,073	1					
INVEDUFORM	0,301	0,01	1				
INFL	-0,39	0,159	0,002	1			
DESPSDES	0,065	-0,481	-0,295	0,091	1		
CUT	0,436	-0,059	-0,037	-0,586	0,195	1	
POPESTR	0,171	-0,025	0,607	-0,018	-0,134	0,005	1

Mais uma vez e dado o facto dos valores observados para a correlação dos coeficientes assumir valores moderados, podemos incluir as variáveis explicativas no modelo apresentado.

Tabela XX: Variável dependente – taxa de desemprego, países não periféricos

V. dependente: Taxa de desemprego países não periféricos			
N: 83			
R ² : 0,413			
Efeito	Coefficiente	valor – p	Significância
C	22,637	0	
PIB	-0,183	0,05	**
IED	-1,398	0,001	***
INVEDUFORM	-2,479	0	***
INFL	0,19	0,341	
DESPSDES	1,778	0	***
CUT	-0,058	0,616	
POPESTR	-0,22	0	***

(*** nível de significância 99%; ** nível de significância de 95%)

Para o modelo em questão e pelo valor do coeficiente de determinação apurado ($R^2 = 0,413$), podemos concluir que as variáveis explicativas apresentadas, ajudam a explicar o comportamento da variável taxa de desemprego (dos países da zona Euro, mas não periféricos) em 41,3%.

Mais uma vez confirma-se o comportamento das variáveis consideradas significativas, em linha com o observado nos modelos anteriores (Modelo A e Modelo C).

4.4. Discussão dos Resultados

4.4.1. Modelo A: Taxa de desemprego

No primeiro estudo, onde consideramos como variável explicativa a taxa de desemprego, concluímos que economicamente as variáveis explicativas significantes, comportavam-se de modo empiricamente expectável. Desta forma não nos surpreendeu o facto da taxa de crescimento real do PIB, variar em sentido contrário à taxa de desemprego. Alias, faz todo o sentido economicamente falando que quanto mais pujante estiver uma economia, menor seja o desemprego. Maior atividade económica, maior crescimento, mais e maiores necessidades de produção conducentes à contratação de mais trabalhadores e conseqüentemente uma diminuição da taxa de desemprego.

O mesmo se passou para a relação entre taxa de desemprego e IED. Em termos empíricos o aumento da despesa total em todos os sectores económicos em investigação poderá desencadear um aumento da produtividade (Baumol, et al. 1998), que por seu lado em determinadas circunstancias, poderá levar não só a uma diminuição do desemprego, como também a um aumento da qualidade de vida dos indivíduos, traduzida pela diminuição do número de horas trabalhadas (Atkinson 2006).

Relativamente ao comportamento da variável INVEDU, traduzida pela despesa anual efetuada em educação em percentagem do PIB, mais uma vez prevalece o empirismo económico. Dada a evolução do fator trabalho, ao longo dos tempos (seculo XIX – força bruta; século XX – aparecimento de novos fatores influenciadores e/ou potenciadores do valor dos trabalhadores, tais como a educação, competências, experiência; seculo XXI aparecimento de competências inerentes ao conhecimento, experiência, capital intelectual), num mercado de trabalho cada vez mais exigente, onde o nível tecnológico é também cada vez maior, não foi para nós surpreendente que INVEDU e taxa de desemprego variem em sentido contrário e que esta variável assuma (tal como as anteriormente

aludidas), elevada significância estatística na nossa função explicativa da taxa de desemprego. Seria expectável que tal comportamento se verificasse, até porque o investimento necessário para se obter índices de empregabilidade mais elevados, por parte dos candidatos a um posto de trabalho podem ser elevados, pelo que, este investimento só ocorrerá se os potenciais ganhos recompensarem (LeGrand, et al. 1992, McConnell, et al. 2009).

A variável seguinte analisada no ponto 4.2, foram os benefícios sociais gastos em percentagem do PIB, relativos ao desemprego. Pelo sinal positivo do estimador apresentado, concluímos que, à medida que os valores gastos em benefícios sociais respeitantes ao desemprego aumentam, mais elevada se torna essa mesma taxa de desemprego. Este resultado vai de encontro a uma corrente, que tende a explicar como um dos fatores explicadores das elevadas taxas de desemprego, os elevados benefícios sociais, uma vez que estes irão interferir na componente motivacional (Gallie 2004) dos indivíduos no que à procura de trabalho diz respeito. Paradoxalmente, constatamos que a diminuição/inexistência destes apoios sociais poderão ter efeitos nefastos, potenciar situações de pobreza e exclusão social, decorrentes da situação de desempregado. Esta situação por si só levará a um ponto de eventual não retorno da situação de desempregado e leva a concluir que os benefícios sociais devem funcionar como uma rede de segurança, não podendo ser considerado como um substituto dos rendimentos anteriormente auferidos, mas antes como um mínimo (complementar) atribuído numa situação transitória.

Quanto à população estrangeira em percentagem da população residente (POPESTR), observamos que, à medida que a população estrangeira aumenta a taxa de desemprego diminui.

Numa abordagem mais superficial poderemos ficar confusos com esses resultados. No entanto, podemos enquadrá-los no âmbito do ponto 2.7 deste nosso trabalho, onde expressámos que apesar de ser inegável que o aumento do número de estrangeiros num determinado país conduz a um aumento da oferta de mão-de-obra, tal aumento de oferta poderá não resultar num aumento do desemprego e/ou na diminuição do valor dos salários. Esta conclusão vai ao encontro da premissa apontada por Peri (2010) segundo o qual os imigrantes não devem ser considerados substitutos da mão-de-obra nacional, mas antes complementares, na medida em que podem ser considerados em muitos dos casos como a força impulsionadora para os

nacionais progredirem na carreira. Segundo esta perspectiva, os emigrantes iriam ocupar um lugar na base da pirâmide hierárquica, levando a que os trabalhadores nacionais que anteriormente estariam na base progredissem em termos de evolução na posição que ocupam da pirâmide. A complementaridade entre nacionais e imigrantes acentua-se sobretudo nos casos em que as qualificações e competências da mão-de-obra nacional são superiores às da mão-de-obra imigrante. Para além deste fator, o facto de existirem particularidades próprias dos imigrantes (de entre as quais poderemos destacar o espírito de iniciativa), assim como dos nacionais (características inerentes e que não conseguem ser assimiladas pelos imigrantes), fazem com que muitas das vezes o cenário a que assistimos entre mão-de-obra nacional e imigrante não é de concorrência feroz, mas antes de complementaridade saudável.

4.4.2. Modelo B: Variação da taxa de desemprego

Mais uma vez e embora a variável explicada seja diferente (variação da taxa e desemprego), verificamos que o PIB e a nossa variável explicada, variam em sentido contrário. Da mesma forma poderemos concluir que o crescimento da taxa do PIB se repercute numa variação da taxa de desemprego negativa, conseqüentemente numa diminuição do número de desempregados. Também aqui o empirismo económico prevalece, se bem que um crescimento da taxa do PIB pode não resultar diretamente numa diminuição do número de trabalhadores desempregados, fenómeno parcialmente explicado pela lei de Okun (Samuelson, et al. 2005).

No que respeita à nossa variável explicativa traduzida pela despesa total efetuada em todos os sectores de atividade em investigação e desenvolvimento e medida em percentagem do PIB (IED), aferimos que o seu comportamento e a variação da taxa de desemprego seguem sentidos opostos, ou seja, um aumento da despesa em IED, traduzir-se-á numa diminuição da variação da taxa de desempregados (variação negativa). Se em termos de IED houver desenvolvimentos positivos, resultantes de aumento na despesa/investimento em investigação e desenvolvimento, estes poder-se-ão traduzir no aumento da prosperidade económica que por sua vez irão desencadear uma variação em sentido negativo da taxa de desemprego.

Surpreendentemente, nos resultados do modelo B, a inflação e a variação da taxa de desemprego variam no mesmo sentido. Dizemos surpreendentemente, porque conforme já analisamos no ponto 2.10 deste nosso trabalho onde estudamos a curva de Phillips, inflação e desemprego, variam em sentido contrário, pelo menos no curto prazo. No entanto e pelos resultados apurados neste modelo, atestamos que à medida que a taxa anual de inflação medida pelo índice HIPC (2005=100) aumenta, a variação da taxa de desemprego apresenta sinal positivo, resultante de um aumento da taxa de desemprego. A variação verificada é pequena, mas ocorre de facto e com uma significância estatística aceitável. Podemos tentar explicar esta variação positiva, pelo aumento da inflação provocada por um aumento da massa monetária em circulação decorrente de aumentos salariais, não acompanhados por correspondentes aumentos de produtividade. De outra forma, sempre que aumentam os salários e esse aumento de salários não é justificado pelo aumento da produtividade, isto resulta num aumento da massa monetária em circulação e conseqüente aumento da procura. Previsivelmente este aumento da massa monetária, que no fundo será ilusório, traduzir-se-á no curto prazo num aumento da procura, conducente a um aumento da capacidade produtiva e a um aumento do número de trabalhadores. Não obstante o exposto anteriormente, podemos igualmente concluir que os postos de trabalho só existirão porque existe uma inflação crescente no curto prazo, digamos que são empregos resultantes da ilusão criada pela inflação. No entanto e quando o processo inflacionário abrandar ou mesmo se inverter, verificar-se-á um aumento do número de desempregados (Hayek 1985).

Para além desta possível explicação, para uma variação positiva entre a taxa de inflação e o desemprego, poderemos apontar o aumento do custo de matérias-primas, que por sua vez se irá repercutir no aumento dos preços dos bens e serviços, traduzidos por um aumento da inflação, sem que este aumento esteja diretamente relacionado com aumentos da procura.

O comportamento da variável DESPSDES (traduzida pelos benefícios sociais com desemprego em percentagem do PIB), diz-nos que quando se verifica um aumento da variável DESPSDES, a variação da taxa de desemprego também aumenta (variação positiva). Mais uma vez chamamos a atenção para esta variação em sentido positivo da variável explicada como resposta a um aumento da variável

explicativa. Tal como já referido na discussão dos resultados alcançados no Modelo A, os benefícios traduzidos em rendimentos atribuídos aos indivíduos que se encontrem numa situação de desemprego, devem funcionar como uma “rede de segurança”, uma vez que os confrangimentos inerentes à condição de desempregado poderão ser conducentes a situações de exclusão social. A questão aqui será determinar qual o valor e por quanto tempo é que este apoio social deverá ser atribuído de forma a não interferir em termos motivacionais na procura de um novo emprego. No entanto não deveremos ignorar que em determinadas situações estes benefícios sociais são um apoio não só necessário, como também essencial para evitar uma espiral em sentido descendente da situação económica e social dos indivíduos, diminuindo a possibilidade de investimento pessoal, muitas vezes imprescindíveis para aumentar a possibilidade de se conseguir um emprego.

Quanto à taxa de crescimento anual dos custos unitários do fator trabalho, constatamos que à medida que os custos aumentam, a variação da taxa de desemprego diminui (variação negativa). Esta conclusão, rebate a linha ideológica que relaciona positivamente o aumento do custo do fator trabalho e o aumento do número de indivíduos desempregados, que neste modelo nos é dado pela variação da taxa de desemprego. Podemos justificar esta variação em sentido contrário, com aumentos dos custos do fator trabalho associados a aumentos da produtividade, não contribuindo desta forma para o aumento da variação da taxa de desemprego.

Por último o comportamento da variável explicativa POPESTR (população estrangeira em percentagem da população residente) diz-nos que à medida que o número de estrangeiros em percentagem da população residente aumenta, a variação da taxa de desemprego, responde no mesmo sentido (variação positiva – agravamento do número de desempregados). Este comportamento poderá ser explicado, através de um aumento da oferta de trabalho em determinado sector, conducente a um desajustamento entre a oferta e a procura, levando a que para o salário em vigor haja mais pessoas à procura de trabalho do que postos de trabalho disponíveis (desemprego estrutural).

4.4.3 Modelo C (países Periféricos) e Modelo D (países não Periféricos).

Para qualquer um destes dois modelos, verificamos que a tendência comportamental das variáveis é consentânea com os estudos do modelo A, que mede a mesma variável explicada, mas com a diferença de no Modelo A considerarmos a totalidade dos 17 países constituintes da zona Euro, enquanto no Modelo C apenas consideramos os países por nós designado por periféricos (Portugal, Grécia, Irlanda Espanha, Itália e Chipre) e no modelo D os países considerados não periféricos (Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Malta, Eslovénia, Eslováquia, Áustria, Finlândia, Estónia).

Desta forma e decorrente da análise do PIB foi evidente em ambos os casos (Modelo C e D), uma relação inversa entre taxa de desemprego e taxa de crescimento do PIB. À medida que uma economia se torna mais próspera, com taxas de crescimento do PIB mais vigorosas, menor será a taxa de desemprego verificada nesses países. Não obstante o sentido resultante de variações da variável explicativa na variável explicada seguirem o mesmo sentido, as dimensões das respostas são diferentes, constatando-se que a diminuição da taxa de desemprego é maior para variações positivas do PIB nos países periféricos, comparativamente com os países não periféricos.

IED e taxa de desemprego, também apresentam um comportamento semelhante ao verificado no modelo A, onde uma variação positiva da variável explicativa IED provoca uma diminuição na taxa de desemprego, apresentando esta variável explicativa considerável relevância estatística. Mais uma vez o efeito provocado na taxa de desemprego resultante de uma variação positiva da despesa total efetuada em todos os sectores económicos em investigação e desenvolvimento em todos os sectores económicos é revela-se superior para os países periféricos.

Quanto à variável INVEDUFORM e tal com verificado no modelo A, também aqui e para os Modelo C e D, um aumento da despesa total efetuada em educação (instituições públicas e privadas), provocará uma diminuição da taxa de desemprego. Tal como já referido anteriormente e segundo a evolução verificada nas características inerentes ao fator trabalho (Século XIX – força bruta; século XX

– aparecimento dos recursos humanos; século XXI – Intangíveis), à medida que o nível tecnológico aumenta, as exigências da mão-de-obra necessárias são inevitavelmente mais elevadas. Padrões de exigência impostos aos trabalhadores, que só serão preenchidos com uma força de trabalho mais e melhor preparada. Para que esse objetivo seja alcançado, o aumento da despesa (investimento) em educação torna-se de primordial importância. Os efeitos resultantes de uma variação positiva da variável explicativa, na variável explicada são superiores para os países não periféricos. Este resultado revela-nos que o fator educacional tem um peso diferente em cada um dos blocos de países analisados, apesar do sentido da variação ser o mesmo.

Continuando a nossa análise e discussão dos resultados dos Modelos C e D e relativamente à variável explicativa DESPSDES (despesas tidas com os benefícios sociais associados ao desemprego em percentagem do PIB), para além da significância estatística observada em ambos os modelos (C e D), o seu comportamento apresenta-se na linha dos observados e apresentados no Modelo A. Aumentos de DESPSDES e taxa de desemprego variam no mesmo sentido, podendo este movimento estar relacionado com a componente motivacional de um desempregado, na procura de um novo emprego (Gallie 2004). Também aqui e apesar do sentido da variação ser o mesmo, as dimensões das variações são diferentes. Nos países periféricos, o aumento das DESPSDES provocam um maior aumento da taxa de desemprego, comparativamente com igual movimento observado nos países não periféricos. A componente motivacional revela-se mais influenciável pela atribuição de rendimentos associados à situação de desemprego nos países periféricos, do que nos países não periféricos.

Por último, a variável POPESSTR (medida através do rácio entre população estrangeira pela população residente) também nos modelos C e D, a significância estatística é evidente, pelo que concluímos igualmente para estes dois modelos que o aumento do número de estrangeiros num determinado país poderá contribuir para a diminuição da taxa de desemprego. Apesar desta relação parecer à primeira vista estranha e tal como já referido no ponto 2.7. deste nosso trabalho, tal comportamento poderá ficar a dever-se à complementaridade de que se poderão revestir os trabalhadores estrangeiro num determinado mercado de trabalho. Desta

forma e sempre que os trabalhadores estrangeiros vão colmatar uma falha do mercado de trabalho nacional, constatamos que o desemprego não aumenta, pelo contrário poderá diminuir fruto do aumento do consumo potenciado pelo aumento da população, assim como o resultado de um processo de ajustamento entre a procura de trabalho e a oferta de trabalho. Queremos com isto dizer que para o nível salarial existente os trabalhadores nacionais poderão não estar disponíveis para determinado tipo de tarefas (convém fazer uma referência às prestações sociais decorrentes do estado de desempregado – DESPSDES – que como apuramos anteriormente poderá ter implicações negativas na componente motivacional, no que à procura de emprego diz respeito) no caso dos países desenvolvidos estamos a referir a profissões menos exigentes em termos de capital humano e intelectual, tarefas para as quais os emigrantes poderão estar mais predispostos. Pelo contrário, nos países subdesenvolvidos, o ajustamento entre oferta e procura poder-se-á verificar com o preenchimento por parte dos emigrantes que vêm colmatar vagas para postos de trabalho com padrões de exigência em termos de formação e competências mais elevadas. Além do anteriormente exposto e no caso de mão-de-obra imigrante menos qualificada do que a mão-de-obra nacional, a primeira poderá considerar-se como complementar e ao preencher os lugares de base da pirâmide, possibilita aos trabalhadores nacionais a sua progressão em termos de hierarquia piramidal.

Tabela resumo comparativo dos valores estimados:

Tabela XXI – Resumo comparativo dos valores estimados

Var. Estat. Significantes	Modelo A	Modelo B	Modelo C	Modelo D
PIB	-0,21	-0,313	-0,469	-0,183
IED	-1,233	-0,436	-2,406	-1,398
INVEDUFORM	-1,354		-1,07	-2,479
INFL		0,003		
DESPSDES	1,744	0,324	2,953	1,778
CUT		-0,062		
POPESTR	-0,148	0,037		-0,22

CAPITULO V

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

5.1. Apresentação das conclusões

O fenómeno desemprego tem assumido ao longo dos tempos um papel de destaque no seio da ciência económica. A atribuição no ano de 2010 do prémio nobel da economia, a três economistas (Mortensen, Diamond e Pissarides) cujo cerne dos seus trabalhos se insere na problemática do desemprego é sinal evidente da sua importância em termos económicos.

A força das circunstâncias, com taxas de desemprego a atingir valores historicamente elevados, decorrentes de uma crise económica sem precedentes e com final embora já várias vezes anunciado, sempre adiado, têm igualmente dado uma outra visibilidade ao desemprego.

A problemática do desemprego poderá ser abordada a montante, no que se refere às suas causas, ou a jusante relativamente às suas consequências. A complexidade do fenómeno é em nosso entender evidente. Existe uma diversidade de variáveis económicas que contribuem para alterações da taxa de desemprego, umas interrelacionando-se de forma dependente e outras de forma autónoma. Para além das económicas, existem outras de natureza não económica, nomeadamente sociais, que poderão da mesma forma influenciar o comportamento dos valores observados para a taxa de desemprego. E isto acontece, porque apesar das variáveis não serem naturalmente económicas, as suas consequências são altamente limitativas/potenciadoras em termos económicos.

Se as primeiras variáveis a que nos referimos – económicas – são com maior ou menor dificuldade mensuráveis de forma clara e objetiva, o mesmo já não acontece com as variáveis sociais, dada a dificuldade de traduzir comportamentos sociais, em números estatísticos. Por conseguinte, continuamos a entender que a complexidade da explicação de certas oscilações do fenómeno desemprego é muito própria, perdendo-se a objetividade de eventuais explicações na generalização de modelos abrangentes.

A economia da zona Euro pode ser determinada como um todo, assim como a sua taxa de desemprego. No entanto, sabemos que dentro desta realidade global, existem dezassete “sub-realidades” completamente diferentes, com amplitudes de valores para o desemprego abismais, variando dos 4,9% para a Áustria, até aos 27% na Grécia (Eurostat 2013). Para

além das variações em termos geográficos, podemos igualmente observar variações do desemprego por género, raça, habilitações académicas, entre outras, contribuindo desta forma para o adensamento de informação.

Iniciamos esta nossa dissertação pela explanação de eventuais fatores que se possam considerar relevantes na explicação do desemprego. Apresentamos quinze possíveis fatores explicativos, no entanto estes não se esgotam por aqui.

Feita a exposição dos fatores explicativos, passamos para a análise estatística. Aqui chegados, analisamos os dados mediante a distribuição geográfica previamente elaborada (países nórdicos, países centrais e micro países e países periféricos). Os dados analisados referem-se ao período temporal que vai de 2001 a 2010. Desta forma e pelos dados observados, constatamos algumas diferenças no comportamento da taxa de desemprego em termos geográficos. Independentemente do critério de análise, a partir do ano de 2008 é evidente a existência de um movimento ascendente, no que ao desemprego diz respeito, transversal a todos os países constituintes da zona euro, movimento coincidente com o despoletar da crise económica.

Quando o critério de análise é temporal, verificamos que, no caso do desemprego de curto prazo (inferiores a um ano), os valores mais elevados dizem respeito a países do bloco geográfico denominado por países centrais, nomeadamente a Áustria e a Holanda, assim como para a Finlândia (pertencente aos países nórdicos). É também nos países centrais que se verificam as menores taxas de desemprego de longo prazo (superiores a um ano). Por sua vez, é nos países periféricos que encontramos as taxas de desemprego de longo prazo mais elevadas.

Passando para o critério “género”, observamos que regra geral o desemprego feminino é superior ao masculino independentemente dos países. No entanto, essa diferença salta à vista em países como a Grécia, Espanha, Chipre ou mesmo Itália (todos países periféricos). Analisadas as taxas de desemprego por nível escolar, a tendência é transversal. Para os níveis de escolaridade mais baixos, as taxas de desemprego são mais elevadas. No entanto as maiores diferenças observam-se no caso dos países Nórdicos e de alguns países Centrais, onde a disparidade entre taxas de desemprego para níveis de escolaridade inferiores e taxas de desemprego para níveis de escolaridade mais elevado é abissal.

Finda a parte da análise estatística avançamos para a Recensão de estudos anteriores, sobre o desemprego. Um denominador comum aos estudos analisados passa pelos chamados

fatores de rigidez do mercado de trabalho (sindicatos e sua contribuição no processo de negociação salarial, proteção laboral, benefícios sociais associados ao desemprego). No entanto, no que se refere aos fatores de rigidez, as opiniões divergem. Segundo (Todaro 2008) e para os dados analisados, a autora observou a existência de uma relação positiva entre os benefícios sociais associados ao desemprego e o desemprego jovem. Já quanto aos sindicatos e ainda segundo o mesmo estudo, a relação é inversa, pelo que depreendemos que quanto maior o grau de sindicalização, menor será a facilidade em despedir. No entanto, há estudos que não conseguem estabelecer qualquer tipo de relação causal entre os benefícios sociais associados ao desemprego e a taxa de desemprego de trabalhadores pouco qualificados, caso do estudo protagonizado por Oesch (Oesch 2009).

No que concerne aos fatores económicos, constatamos através do estudo desenvolvido por Schettkat e Sun (Schettkat, et al. 2008), mediante a assunção da neutralidade da política monetária, que a utilização deste tipo de medidas não terá grande impacto em termos de desemprego.

Terminada a recensão de estudos anteriores prosseguimos no intuito de estabelecer modelos que nos permitissem determinar relações entre as variáveis explicativas e as variáveis explicadas por nós definidas. Desta forma, relativamente aos valores encontrados na sua grande parte vão de encontro às perceções empíricas. Dizemos na sua grande parte, porque a variável explicativa POPESTR, assume um comportamento disforme, quer estejamos no Modelo A, ou no Modelo B. Todas as outras variáveis assumem um comportamento economicamente expectável.

No caso das variáveis explicativas PIB, IED, INVEDUFORM ou POPESTR (para esta última variável, este comportamento acontece especificamente no Modelo A e D), constatamos a existência de uma relação inversa quer estejamos perante a taxa de desemprego da zona euro, a taxa de desemprego dos países periféricos, ou a taxa de desemprego dos países não periféricos. Constatamos igualmente que, no caso da variável explicada ser a variação da taxa de desemprego da zona euro, a relação entre as variáveis explicativas anteriormente referenciadas e esta mantém-se, com exceção da variável POPESTR (neste caso particular assume uma relação positiva) e o caso da variável INVEDUFORM, uma vez que esta variável neste modelo específico não assume relevância estatística.

A variável explicativa INFL, apenas revela significância estatística no modelo B. É neste modelo que verificamos a existência de uma relação positiva entre a variável explicativa

(INFL) e a variável explicada (variação da taxa anual média de desemprego da zona euro). Estando o comportamento da inflação associado à política monetária de cada país/região, observamos em estudos anteriores, nomeadamente através de (Todaro 2008), a existência de uma relação positiva entre desemprego jovem e taxa de juro. Não obstante em (Schettkat, et al. 2008), cujo estudo se debruça na tentativa de explicar o desemprego, através de políticas monetárias assimétricas, o autor faz menção ao facto de uma política monetária restritiva resultar num crescimento económico mais anémico, dadas as preocupações com a estabilidade dos preços.

Quanto à DESPSDES, esta assume significância estatística em todos os Modelos apresentados. É igualmente em todos os modelos que observamos uma relação positiva entre esta variável explicativa e todas as variáveis explicadas. Esta relação é de certa forma apresentada no ponto 4.1. (Todaro 2008), quando a autora constata a existência de uma relação positiva entre os benefícios sociais e o desemprego jovem. Por seu lado, (Oesch 2009) quando analisado o caso do desemprego entre trabalhadores pouco qualificados, concluiu que para os dados analisados não existe evidência estatística que nos leve a crer que os benefícios sociais decorrentes da situação de desempregado, assim como os mecanismos de proteção laboral estejam na causa de taxas de desemprego elevadas.

Em suma a economia enquanto ciência social, tem o “homem” no centro das teorias económicas. Sendo a variável “homem” uma das mais voláteis de que há memória, este fator entendido como um processo dinâmico de constantes alterações comportamentais, transfere para o fenómeno económico toda essa mesma dinâmica. Assim sendo, tornam-se prementes constantes reavaliações da realidade, de forma a serem efetuados os necessários reajustamentos por parte das políticas económicas. Esta visão leva-nos a crer que o constante grito de “Eureka”, sempre que estamos perante uma nova situação, um novo fenómeno económico não contemplado por políticas já existentes, tem sido um caminho perigoso, até porque, é uma questão de tempo até uma nova situação económica surgir.

Esta problemática da dinâmica tem uma valorização acrescida no mundo globalizado, em que vivemos com informação em quantidades de terabytes e velocidades superiores à da luz. Aliás o fenómeno da globalização é uma fonte de novos acontecimentos económicos, cujas causas e efeitos são o exemplo da complexidade dinâmica da economia.

Toda esta questão da necessidade de acompanhamento evolutivo da realidade por parte da economia para enquadrarmos a questão do desemprego que enquanto fenómeno

económico, terá igualmente e necessariamente de ser alvo de uma abordagem analítica dinâmica e o mais abrangente possível. Não obstante a necessidade de avaliação sucessiva da realidade económica, conseguimos estabelecer alguns fatores comuns explicativos da taxa de desemprego da zona Euro. Concluimos igualmente que esses fatores são na maioria dos casos transversais, independentemente dos países analisados.

No entanto e apesar de tudo em nosso entender, as diferenças anteriormente descritas não nos permitem justificar a disparidade de valores observada nas taxas de desemprego de alguns países constituintes da zona Euro. Não justificam, mas ajudam a entender o comportamento do desemprego.

5.2. Propostas de políticas

Para além das políticas macroeconómicas, por vezes estamos perante taxas de desemprego resultantes do desajustamento entre a oferta e a procura de trabalho, pelo que alguns dos caminhos apontados para o desejado ajustamento passam pela sincronização do sistema educacional e as necessidades do mercado de trabalho. Não obstante a importância da medida, é em nosso entender pouco eficaz, dado o hiato temporal necessário para a formação educacional de um trabalhador. Parece evidente que o conhecimento e as qualificações são de primordial importância, não sendo menos verdade que toda esta formação e conhecimento exigem investimentos em termos de tempo e dinheiro, fatores que podem contribuir para a falta de eficiência da proposta.

Em nosso entender, uma forma mais eficaz de colmatar eventuais lacunas em termos de mercado de trabalho poderá passar por políticas imigratórias assentes numa tipologia de discriminação positiva. Por exemplo, assegurar uma comparticipação no alojamento (rendas de casa). Esta política poderia estar associada à recente medida de recapitalização dos bancos, na medida em que sempre que o Estado concedesse um determinado empréstimo a uma determinada Instituição bancária e sabendo que os bancos são neste momento os maiores agentes imobiliários do país (por força das circunstâncias). Com esta política conseguiríamos colmatar as lacunas do mercado de trabalho, fomentar o mercado imobiliário e o crescimento económico.

Para além da comparticipação nas rendas de casa, eventuais medidas fiscais positivamente discricionárias poderiam funcionar de forma mais eficaz, no preenchimento das lacunas do mercado de trabalho.

No caso do desemprego estrutural provocado pelo desajustamento entre as características dos trabalhadores e as necessidades para o desempenho de determinada profissão, deveriam as empresas adotar políticas mais ativas, no que à formação dos seus trabalhadores diz respeito. Sabemos que em termos economicistas, será mais vantajoso para as empresas substituírem os trabalhadores “obsoletos”, por trabalhadores mais preparados para o desempenho das funções e com níveis salariais inferiores. No entanto, estes trabalhadores que foram despedidos, quando se encontrarem na situação de desemprego, reúnem um conjunto de características que os transformarão em desempregados vitalícios, tais como:

- São trabalhadores com qualificações obsoletas, com idade ativa pouco atrativa em termos de contratação, regra geral com família (cônjuge e filhos), pelo que eventuais investimentos em termos de formação estarão restringidos pelas necessidade de um orçamento familiar.
- Uma vez desempregados, deixam de ser membros maioritariamente contribuintes de um sistema fiscal, para passarem a ser membros beneficiários, com todas as implicações negativas daí provenientes.

Todas as medidas anteriormente enunciadas funcionam numa economia dinâmica, em movimento, mesmo que lento. Economias paradas ou paralisadas e em regressão a tarefa torna-se mais árdua.

5.3. Propostas para estudos futuros

Estudo futuros passarão quer pela complexidade inerente à especificidade do fenómeno, quer pelas limitações decorrentes em termos de volume desta nossa dissertação, por uma abordagem do fenómeno desemprego no âmbito dos NUTS.

Ao afirmarmos que a taxa de desemprego na zona Euro em Março é de 12,1% (Eurostat 2013), estamos a descrever realidades de países com taxas de desemprego de 4,7% (Áustria), ou 5,4% (Alemanha), assim como realidades de 27,2% e 26,7% referentes à Grécia e Espanha respetivamente. São estas disparidades que nos levam a crer que, políticas comuns de emprego ou de luta contra o desemprego aplicadas a 17 países que se encontram em patamares económicos e sociais tão distintos tem efeitos igualmente

dispares nos resultados alcançados. Desta forma, é nosso entendimento que quanto mais quanto mais analítico for o estudo mais próximos estaremos das causas do desemprego.

Bibliografia:

Almeida, A. J. d. (2007), "Employability, Work Contexts and Labour Market in Portugal", *Educational Science Journal*, 2

Alves, N. (2009), "Novos Factos Sobre a Pobreza Em Portugal," *Banco de Portugal*, Artigos /Primavera 2009.

Annett, A. (2007), "Lessons from Successful Labor Market Reformers in Europe", *International Monetary Fund - Discussion paper*

Atkinson, R. D. (2006), "Building a More Human Economy," *The futurist*, 40.

Baker, D., Glyn, A., Howell, D., and Schmitt, J. (2004), "Unemployment and Labour Market Institutions: The Failure of Empirical Case for Deregulation", *International labour office*.

Baumol, W. J., and Wolff, E. N. (1998), "Side Effects of Progress", *Levy Economics Institute*.

Blanchard, O. (2009), *Macroeconomics* (Fifth ed.), New Jersey: Prentice Hall.

Brown, P., Hesketh, A., and Williams, S. (2002), "Employability in a Knowledge-Driven Economy," *Journal of Education and Work*, 16.

Brülhar, M. (1994), "Measurement and Relevance for the Pattern of Industrial Adjustment," *Review of world economics - Weltwirtschaftliches Archiv*, 130.

Centeno, M., and Novo, A. (2008), "As Políticas Activas E Passivas Do Mercado De Trabalho," *Janus 2008*

Centeno, M., and Novo, A.(2007), " A Regressividade do Subsídio de Desemprego: Identificação Através do Efeito de Rendimento da Alteração Legislativa de Julho de 1999," *Boletim Outono*, Banco de Portugal, 13,3.

Chamlin, M. B., and Cochran, J. K. (2000), "Unemployment, Economic Theory, and Property Crime: A Note on Measurement," *Journal of Quantitative Crimonology*, 16.

Chang, R. (1997), "Is Low Unemployment Inflationary?." *Federal Reserve Bank of Atlanta*

Chiuri, M. C., Conglio, N., and Ferri, G. (2010), *Exército Dos Invisíveis - Aspectos Económicos Da Imigração Clandestina*, Lisboa: Almedina.

Comission, E. (2013), "[Http://Ec.Europa.Eu/Education/Focus/Focus479_En.Htm](http://Ec.Europa.Eu/Education/Focus/Focus479_En.Htm)," 2013.

Crawford, R. (1994), *Na Era Do Capital Humano: O Talento, a Inteligência E O Conhecimento Como Forças Económicas, Seu Impacto Nas Empresas E Nas Decisões De Investimento.*, São Paulo: Atlas.

Dornbusch, R., Fischer, S., and Startz, R. (2004), *Macroeconomics* (9th ed.), London: McGraw Hill.

Drucker, P. F. (1995), *Uma Era Da Descontinuidade: Administrando Em Tempos De Grandes Mudanças*, São Paulo: Pioneira.

Eurostat. (1999), "Eurostat's Concepts and Definitions Database," 2011, Eurostat's Concepts and Definitions Database

Eurostat.(2009), "[Http://Epp.Eurostat.Ec.Europa.Eu/Portal/Page/Portal/Employment_Unemployment_Lfs/Methodology/Definitions](http://Epp.Eurostat.Ec.Europa.Eu/Portal/Page/Portal/Employment_Unemployment_Lfs/Methodology/Definitions)," 2011-09-15.

Eurostat. (2012) "Eurostat News Release Euroindicators, 31-2012", 2012-03-10

Eurostat. (2013), "Eurostat News Release Euroindicators, 70-2013, 2013-05-17."

Galbraith, J., and Garcilazo, E. (2008), "Inequalities, Employment and Income Convergence in Europe: Evidence from Regional Data, " *University of Texas Inequality project - Paper n.52*

Gallie, D. (2004), *Resisting Marginalization - Unemployment Experience and Social Policy in the European Union*, New York: Oxford niversity Press Inc.

Groot, H. L. F. D. (2001), "Unemployment, Growth, and Trade Unions," *Growth and Change*, 32.

Guia, M. J. (2008), *Imigração E Criminalidade - Caleidoscópio De Imigrantes Recluso*, Coimbra: Almedina.

Hayek, F. A. (1985), *Desemprego E Política Monetária* (2 ed.), São Paulo: instituto ludwig von mises Brasil.

Hijzen, A., and Swaim, P. (2008), "Do Multinationals Promote Better Pay and Working Conditions?," *OECD Observer*.

IEFP. (2011), "Plano De Actividades," Technical, IEFP.

INE. (1994),
"[Http://Metaweb.Ine.Pt/Sim/Conceitos/Detailhe.aspx?Cnc_Cod=2757&Cnc_Ini=24-05-1994](http://Metaweb.Ine.Pt/Sim/Conceitos/Detailhe.aspx?Cnc_Cod=2757&Cnc_Ini=24-05-1994)," 2011-09-15, Taxa de desemprego.

INE. (2006a),
"[Http://Metaweb.Ine.Pt/Sim/Conceitos/Detailhe.aspx?Cnc_Cod=1476&Cnc_Ini=29-04-2006](http://Metaweb.Ine.Pt/Sim/Conceitos/Detailhe.aspx?Cnc_Cod=1476&Cnc_Ini=29-04-2006)," 2011-09-15, População activa.

INE. (2006b),
"[Http://Metaweb.Ine.Pt/Sim/Conceitos/Detailhe.aspx?Cnc_Cod=1476&Cnc_Ini=29-04-2006](http://Metaweb.Ine.Pt/Sim/Conceitos/Detailhe.aspx?Cnc_Cod=1476&Cnc_Ini=29-04-2006)," 10-09-2011.

Keynes, J. M. (M. Resend, trans.) (2010), *Teoria Geral Do Emprego, Do Juro E Da Moeda*, Lisboa: Relógio D'água Editores.

Klugman, J. (2009), "Relatório De Desenvolvimento Humano 2009 - Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos," *Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento*.

Kluve, J. (2006), "The Effectiveness of European Active Labor Market Policies," *Iza discussion papers*

Krogh, G. V., Nonaka, I., and Nishiguchi, T. (2000), *Knowledge Creation a Source of Value*, New York: Palgrave Macmillan

Krugman, P., Cooper, R. N., and Srinivasan, T. N. (1995), "Growing World Trade: Causes and Consequences," *Brookings Papers on Economic Activity*, 1995 N.º1.

Krugman, P., and Wells, R. (H. Hoffmann, trans.) (2007a), *Introdução À Economia* (terceira tiragem ed.), Rio de Janeiro: Elsevier.

Krugman, P. R., and Obstfeld, M. (2007b), *Economia Internacional Teoria E Política* (Sixth ed.), São Paulo: Pearson.

LeGrand, J., Propper, C., and Robinson, R. (1992), *The Economics of Social Problems*, Hampshire: Palgrave.

Louçã, F., and Caldas, J. C. (2009), *Economia(S)*, Porto: Edições Afrontamento.

Mankwin, n. G. (A. V. Hastings, trans.) (2005), *Principio De Macroeconomia* (Third ed.), São Paulo: Thomson.

McConnell, C. R., Brue, S. L., and Macpherson, D. A. (2009), *Contemporary Labor Economics* (9 ed.), New York: Mc Graw Hill.

Morley, J. (2009), "Erm Case Studies: Employment Impact of Relocation of Multinational Companies across the Eu," *Technical, European Foundation for the improvement of living and Working Conditions*.

Nickell, S. J. (1979), "The effect of unemployment and related benefits on the duration of unemployment", *Economic Journal* 89(353),pp. 34–49.

Nickell, S. (1997), "Unemployment and Labor Regidities: Europe Vs North America," *The Journal of Economic Perspectives*, 11, 55-74.

Nickell, S. (2002), "A Picture of European Unemployment: Success an Failure," *Unemployment in Europe: Reasons and Remedies*, 54.

Nonaka, I., and Takeuchi, H. (1997), *Criação De Conhecimento Na Empresa. Como as Empresas Japonesas Geram a Dinâmica Da Inovação* (third ed.), Rio de Janeiro: Campus

Oesch, D. (2009), "Explaining High Unemployment among Low-Skilled Workers: Evidence from 21 European and Anglo-Saxon Countries, 1991-2006," *MPRA Paper N. 21041*

Pedroso, P., et al. (2005), "Acesso ao Emprego e Mercado De Trabalho Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013" *Faculdade de economia Universidade Coimbra*

Peri, G. (2010), "Foreign Policy in Focus,"
http://www.fpif.org/articles/immigration_economics_an_interview_with_professor_giovanini_peri, 2012-06-10

Pinto, A. M. (1999), *Política Económica Em Portugal E Na Zona Euro* (first ed.), Cascais: Principia.

Pinto, A. M. (2007), *Economia Portuguesa - Melhor É Possível*, Coimbra: Almedina.

Pordata. (2013), "População Estrangeira Com Estatuto Legal De Residente: Total E Por Algumas Nacionalidades," 2013.

Porter, M. E. (1989), *A Vantagem Competitiva Das Nações*, Rio de Janeiro: Campus.

Rowthorn, R., and Ramaswamy, R. (1997), "Deindustrialization - Its Causes and Implications," *International Monetary Fund*.

Saint-Paul, G. (2004), "Why Are European Countries Diverging in Their Unemployment Experience," *Journal of Economic Perspectives* 38,49-68.

Samuelson, P. A., and Nordhaus, W. D. (2005), *Economia* (18 ed.), Madrid: McGraw-Hill.

Santos, J., Braga, J., Teixeira, M., and Aubyn, M. S. (1994), *Macroeconomia Exercícios E Teoria*, Lisboa: McGraw-Hill.

Schettkat, R., and Sun, R. (2008), "Monetary Policy and European Unemployment," *Oxford review of economic Policy*, 25, 94-108

Siebert, H. (1997), "Labor Market Rigidities: At the Root of Unemployment in Europe," *The Journal of Economic Perspectives*, 11, 37-54.

Silva, J. (2006), "Globalização E Custos De Ajustamento No Mercado De Trabalho," *Quadros de Pessoal e Investigação em Economia*.

Slaughter, M. J., and Swagel, P. (1997), "Does Globalization Lower Wages and Export Jobs?," *Economic issues*, 11, *International Monetary Fund*

Spence, M. (2011), "Globalization and Unemployment," *Foreign Affairs Magazine*.

- Todaro, N. (2008), "What Determines Youth Unemployment," *School of Business*.
- Tomé, E. (2004), "Economic Policies for the New Millennium: The European Union Case," *Instituto superior de Serviço Social - Economic Department*."
- Tomé, E. (2005), "Intellectual Capital and Knowledge Management in a Macroeconomic Perspective: The Portuguese Case," *6th European Conference on Knowledge Management*, 584-592
- Tomé, E. (2007), "Employability, Skills and Training in Portugal (1988-2000): Evidential Fro Official Data," *Journal of European Industrial Training*, 31.
- Tomé, E. (2011), "Human Resource Development for Sustainability and Social Responsibility: An Economic Perspective," *12th International Conference on HRD Research and Practice across Europe in 2011*,.
- Turrin, A. (2002), "International Trade and Labour Market Performance: Major Findings and Open Question," *United Nations Conference on Trade and Development*.
- Whelan, Hannon, and Creighton (1991), *Unemployment, Poverty, and Quality of Working Life - Some European Experiences*, Berlin: Sigma.

ANEXOS

Quadro I: Taxa de desemprego, dos 15 aos 74 anos - Total

Ano	EU	Zona Euro	Portugal
2000	9,2	9,3	3,8
2001	8,6	8,2	3,8
2002	8,9	8,5	4,5
2003	9	8,9	6,1
2004	9,2	9,2	6,3
2005	8,9	9	7,6
2006	8,2	8,3	7,7
2007	7,1	7,4	8
2008	7	7,5	7,6
2009	8,9	9,4	9,5
2010	9,6	10	10,8

Quadro II: Taxas desemprego mensal - 2011

	EU	Zona Euro	Portugal
Julho	9,6	10,1	12,5
Agosto	9,7	10,2	12,7
Setembro	9,8	10,3	13
Outubro	9,9	10,4	13,6
Novembro	10	10,5	14
Dezembro	10	10,6	14,6

Quadro III: Taxa desemprego “Países periféricos” - Total

	EU	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Italia	Portugal
2000	9,2	9,3	5	13,8	11,2	4,3	10,8	3,8
2001	8,6	8,2	4	10,3	10,4	3,7	9,6	3,8
2002	8,9	8,5	3,3	11,2	9,9	4,2	9,2	4,5
2003	9	8,9	4,1	11,3	9,3	4,5	8,9	6,1
2004	9,2	9,2	4,3	11,1	10,2	4,5	7,9	6,3
2005	8,9	9	5,3	9,2	9,8	4,3	7,7	7,6
2006	8,2	8,3	4,5	8,5	8,9	4,4	6,8	7,7
2007	7,1	7,4	3,9	8,3	8,3	4,6	6,1	8
2008	7	7,5	3,6	11,3	7,7	6	6,7	7,6
2009	8,9	9,4	5,3	18	9,5	11,7	7,8	9,5
2010	9,6	10	6,2	20,1	12,5	13,5	8,4	10,8

Quadro IV: Taxa desemprego “ Países nórdicos” - Total

	EU	Zona Euro	Estónia	Finlândia
2000	9,2	9,3	13,1	11,1
2001	8,6	8,2	12,4	10,3
2002	8,9	8,5	9,4	10,4
2003	9	8,9	10,7	10,5
2004	9,2	9,2	10	10,4
2005	8,9	9	7,9	8,4
2006	8,2	8,3	5,9	7,7
2007	7,1	7,4	4,7	6,9
2008	7	7,5	5,5	6,4
2009	8,9	9,4	13,8	8,2
2010	9,6	10	16,9	8,4

Quadro V: Taxa desemprego “ micro países” - Total

	EU	Zona Euro	Luxemburgo	Malta
2000	9,2	9,3	2,3	6,3
2001	8,6	8,2	1,8	7,1
2002	8,9	8,5	2,6	6,9
2003	9	8,9	3,7	7,5
2004	9,2	9,2	5,1	7,3
2005	8,9	9	4,5	7,3
2006	8,2	8,3	4,7	6,9
2007	7,1	7,4	4,1	6,5
2008	7	7,5	5,1	6
2009	8,9	9,4	5,1	6,9
2010	9,6	10	4,4	6,9

Quadro VI: Taxa desemprego “Países centrais” - Total

	EU	Zona Euro	Alemanha	Áustria	Bélgica	Eslováquia	Eslovénia	França	Holanda
2000	9,2	9,3	7,9	4,7	6,6	19,1	6,9	10,2	2,7
2001	8,6	8,2	7,8	4	6,2	19,4	5,7	8,6	2,1
2002	8,9	8,5	8,5	4,8	6,9	18,7	5,9	8,7	2,6
2003	9	8,9	9,8	4,8	7,7	17,1	6,5	8,6	3,6
2004	9,2	9,2	10,7	5,3	7,4	18,6	6	9,2	4,6
2005	8,9	9	11,1	5,2	8,4	16,3	6,5	8,9	4,7
2006	8,2	8,3	10,2	4,7	8,2	13,4	5,9	8,8	3,9
2007	7,1	7,4	8,6	4,4	7,5	11,1	4,8	8	3,2
2008	7	7,5	7,5	3,8	7	9,5	4,4	7,4	2,8
2009	8,9	9,4	7,7	4,8	7,9	12	5,9	9,1	3,4
2010	9,6	10	7,1	4,4	8,3	14,4	7,2	9,3	4,5

Quadro VII: População desempregada < 1 ano (%) - “Países periféricos”

	União Europeia	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	51,1	47,9	74	57,6	42,9		38,2	-
2001	51,3	49,9	79,7	63,5	46,4		36,2	60,5
2002	53,5	54,1	79,6	66,2	46,6		40,3	64,4
2003	53,7	54,1	76,6	66,4	43,4		41,3	67,1
2004	54,4	54,6	71,1	67,4	44,3		48,7	56,8
2005	51,8	53,7	74,9	75,5	46,8		47,8	51,7
2006	52,1	52,8	78,8	78,3	45,1	57,8	47,5	49,7
2007	56	54,7	81,2	79,6	49,2	59	49,9	52,7
2008	61,5	59,6	84,8	82,1	51,7	62,7	51,1	52,4
2009	65,8	63,5	89,2	76,3	58,2	64,2	53,2	55,5
2010	59,4	56,7	79,1	63,4	54	46,3	49	47,5

Quadro VIII: População desempregada 1 ou mais anos (%) - “Países periféricos”

	União Europeia	Zona Euro	Chipre	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	45,6	47,4		42,4	57	37,9	61	43,3
2001	46,2	46,3		36,5	53		63	39
2002	44,9	43,5		33,8	53	29,4	59	35,4
2003	45,2	44,5		33,6	56	34,8	58	32,8
2004	44,6	44,1		32,6	55	33,7	48	43,2
2005	45	44,9		24,5	52	33,3	48	48
2006	44,7	45,7		21,7	54	31,4	49	50,1
2007	42,5	43,9		20,4	50	29	47	47
2008	36,8	39		17,9	48	26,9	45	47,2
2009	33	35,4		23,7	41	28,8	44	43,9
2010	39,7	42,3		36,6	45	48,7	48	52

Quadro IX: População desempregada < 1 ano (%) - “Países nórdicos”

	União Europeia	Zona Euro	Estónia	Finlândia
2000	51,1	47,9	52,9	73,3
2001	51,3	49,9		74,3
2002	53,5	54,1		78,1
2003	53,7	54,1	57,7	77,8
2004	54,4	54,6	47,6	77,7
2005	51,8	53,7		73,5
2006	52,1	52,8		73,9
2007	56	54,7		76,3
2008	61,5	59,6	69	79,8
2009	65,8	63,5	72,6	82,1
2010	59,4	56,7	54,6	74,6

Quadro X: População desempregada 1 ou mais anos (%) - “Países nórdicos”

	UE27	Zona Euro	EE - Estónia	FI - Finlândia
2000	45,6	47,4	47,1	23,9
2001	46,2	46,3		23
2002	44,9	43,5		21,1
2003	45,2	44,5		21,1
2004	44,6	44,1	52,6	20,8
2005	45	44,9		25,6
2006	44,7	45,7		24,9
2007	42,5	43,9		22,6
2008	36,8	39		18,2
2009	33	35,4		16,7
2010	39,7	42,3	45,4	23,8

Quadro XI: População desempregada < 1 ano (%) - “Micro países”

	UE27	Zona Euro	Luxemburgo	Malta
2000	51,1	47,9	72,1	
2001	51,3	49,9	70,6	
2002	53,5	54,1		62,7
2003	53,7	54,1	74,6	65
2004	54,4	54,6	77,5	
2005	51,8	53,7	72,5	
2006	52,1	52,8	70,1	
2007	56,0	54,7		
2008	61,5	59,6	65,7	
2009	65,8	63,5		
2010	59,4	56,7	68,3	